

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Desvio com Via Dupla

Trabalho e Drogas na Construção de Carreiras Desviantes

Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre

2004

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

*Dissertação de candidatura ao grau de Mestre, na área de
especialização em Psicologia do Comportamento Desviante
(Toxicodependências)*

Elaborado sob orientação da Prof^a. Doutora Celina Manita

Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre

2004

RESUMO

Pretende-se com este estudo aprofundar o conhecimento sobre uma área de investigação ainda pouco desenvolvida: as relações entre trabalho e drogas, mais precisamente, a forma como o trajecto laboral e o trajecto de consumo de drogas ilegais interagem no desenrolar da vida dos indivíduos.

Após síntese da revisão bibliográfica e definição do quadro teórico e conceptual desta investigação é apresentado o estudo empírico realizado. Adoptando uma perspectiva teórico-metodológica assente nos princípios do interaccionismo simbólico e da teoria do actor social, realizaram-se seis entrevistas qualitativas, em profundidade, a uma amostra teórica, de tipo selectivo, constituída por seis sujeitos, dois (um homem e uma mulher) de cada década de início de consumo de drogas (70,80 e 90). Para a análise das narrativas produzidas pelos sujeitos acerca dos seus trajectos laborais e de consumo de drogas ilegais, utilizamos a análise de conteúdo, mais precisamente a análise categorial por milha.

Foram identificadas duas formas principais de interacção entre as duas trajectórias: (1) as drogas no trajecto laboral e (2) o trabalho nos projectos das drogas. No que se refere à primeira sublinhe-se que a influência do consumo de drogas é apenas sentida e valorizada numa fase já avançada do percurso laboral, concretamente quando é percebido pelos sujeitos o estado de dependência, sobretudo da heroína. A percepção da dependência, ocorre, de resto, para a maioria dos indivíduos numa fase de vida em que exerciam de forma regular, e há já algum tempo, numa actividade profissional convencional.

Quanto à segunda forma de interacção, ela pode ser de dois tipos: (I) trabalha-se para manter o consumo de drogas e (II) trabalha-se para deixar as drogas. O primeiro tipo evidencia-se através das múltiplas tentativas dos indivíduos para conseguirem uma ocupação ou emprego (ainda que, se possível, precário e com condições de remuneração particulares, como pagamento ao dia ou à semana) como forma de financiar o consumo. A maioria dos sujeitos refere também experiências laborais cujo objectivo fundamental era controlar o consumo de drogas, sem, no entanto pretenderem abandoná-lo. Para isso referem várias estratégias. Uma delas é planejar e organizar o consumo de acordo com o horário de trabalho: de manhã antes de começar a trabalhar, no intervalo para almoço e no fim do horário de trabalho. Dito, de forma breve, consomem nas horas vagas.

Por outro lado, ao longo dos trajectos de consumo de drogas os indivíduos fizeram várias tentativas para encontrar um emprego como estratégia para abandonar o consumo. No entanto, e mesmo quando conseguem esse emprego, essa estratégia é avaliada negativamente. Se o conseguem, rapidamente o perdem, o que é atribuído, fundamentalmente, às condições de trabalho, com destaque para a precariedade do vínculo laboral.

SUMMARY

The purpose of this study is to deepen our understanding of an area of research which has so far been subject to little development: the relationship between work and drugs, more specifically the interaction between the working career and the consumption of illegal drugs, over the course of an individual's life.

After summarising the bibliographic review and defining the theoretical and conceptual framework for this investigation, a presentation is given of the empirical study carried out. By using a theoretical-methodological perspective, based on the principles of symbolic interaction and the theory of the social agent, six qualitative interviews were carried out, in depth, on a selective, theoretic sample group made up of six members, two (one man and one woman) for each decade in which drug consumption began. (70s, 80s and 90s). In order to analyse the narrative produced by the subjects, regarding their work and consumption of illegal drugs, we used categorical analysis as a milestone.

Two main forms of interaction were identified between the different paths: (1) drugs in the working career (2) work in the drug projects. In the first category, the influence of drug consumption is only given value in an advanced phase of the working career, more specifically when the state of dependency is realised by the subject, particularly in the case of heroine. The realisation of dependency takes place for most individuals during a period of life in which they are regularly carrying out conventional professional work, and have been for some time.

With regard to the second form of interaction, it can be of two types: (I) work is maintained in order to maintain drug consumption and (II) work is carried out in order to stop taking drugs. The first type is shown by means of multiple attempts by individuals to find an occupation or employment (even if, where possible, it is precarious and with unique payment conditions, such as daily or weekly wages) as a means of financing consumption. Most subjects also indicated work experience with the primary objective of controlling drug consumption, without intending to give up completely.

The subjects mentioned several strategies for this. One of these consists of planning and organising consumption based on the work timetable: in the morning before starting to work, in the lunch break and at the end of the working day. To summarise, they consumed during their free hours.

On the other hand, over the course of their drug taking, the individual subjects made several attempts to find employment as a means of giving up drug consumption. However, even when this employment was found, the strategy is evaluated negatively. If they manage to find a job, they lose it quickly, mainly as a result of the working conditions, given the precarious nature of working contracts.

RÉSUMÉ

On prétend grâce à cette étude approfondir la connaissance portant sur une aire de recherche encore peu développée: les relations entre le travail et les drogues, et plus précisément, la façon dont le parcours professionnel et le parcours de la consommation de drogues illégales interagissent dans le développement de la vie des individus.

Après synthèse de la révision bibliographique et définition du cadre théorique et conceptuel de cette recherche, on présente l'étude empirique réalisée. En adoptant une perspective théorico-méthodologique fondée sur les principes de l'interactionnisme symbolique et de la théorie de l'acteur social, six entretiens qualitatifs ont été réalisés, en profondeur, portant sur un échantillon théorique, du type sélectif, constitué de six sujets, deux (un homme et une femme) de chaque décennie du début de la consommation de drogues (années 70,80 et 90) Pour l'analyse des narrations faites par les sujets à propos de leurs parcours professionnels et de la consommation de drogues illégales, nous utilisons l'analyse catégorielle par mille.

Deux sortes principales d'interaction entre les deux parcours ont été identifiées: (1) les drogues sur le parcours professionnel et (2) le travail sur les projets des drogues. Dans le premier cas, on souligne que l'influence de la consommation de drogues est à peine ressentie et valorisée dans une phase déjà avancée du parcours professionnel, concrètement lorsque les sujets perçoivent un état de dépendance, surtout à l'héroïne. La perception de la dépendance se produit du reste pour la majorité des individus durant une phase de leurs vie où ils exerçaient de façon régulière, et il y a de cela quelque temps déjà, une activité professionnelle conventionnelle.

En ce qui concerne la seconde forme d'interaction, elle peut être de deux types: (I) travailler pour maintenir la consommation de drogues et (II) travailler pour arrêter de se droguer. Le premier type est mis en évidence par les multiples tentatives des individus souhaitant avoir une occupation ou un poste (encore que, si possible, précaire et avec des conditions de rémunération particulières, tel que le paiement journalier ou hebdomadaire) pour pouvoir financer leur consommation. La majorité des sujets rapporte également des expériences professionnelles dont l'objectif fondamental était de contrôler la consommation de drogues, sans pour autant prétendre arrêter.

On fait état pour cela de différentes stratégies. L'une d'elles est de planifier et d'organiser la consommation selon l'horaire de travail: le matin avant d'aller travailler, à la pause pour le déjeuner et à la fin de la journée de travail. Ils consomment en fait pendant les heures creuses.

D'un autre côté, tout au long des parcours de consommation de drogues, les individus ont plusieurs fois tenter de trouver un travail pour pouvoir arrêter leur consommation. Cependant, quand bien même ils trouvent du travail, cette stratégie s'avère infructueuse. S'ils trouvent du travail, ils le perdent rapidement, ce qui est fondamentalement attribué aux conditions de travail, en faisant ressortir la précarité du lien professionnel.

Agradecendo ...

Qualquer trabalho, por mais personalizado que seja, nunca é individual. E muito menos um projecto de investigação.

No trabalho que agora apresentamos, colaboraram directa ou indirectamente, muitas pessoas a quem deixamos aqui o nosso agradecimento.

Este agradecimento genérico, não é, no entanto, suficiente para reconhecer a especial participação que nele tiveram algumas dessas pessoas. Estão neste caso, aquelas e aqueles que, de forma pronta e paciente, aceitaram contar-nos as suas vidas. A essas diremos, apenas, que não temos a certeza de termos sido rigorosos e suficientemente justos na interpretação que fizemos daquilo que nos confidenciaram. Prometemos, contudo, que terão oportunidade de fazer os seus comentários e críticas, quando (assim o esperamos) lhes entregarmos uma cópia daquilo que escrevemos.

Está também neste caso, e de forma muito especial, a Professora Celina. Não bastará dizer, como é habitual, que sem a sua sábia colaboração esta tese não teria conhecido a luz do dia. É inteiramente justo e apropriado acrescentar que foi um verdadeiro mestre, no sentido mais autêntico e generoso que me é possível encontrar para esta palavra. Soube escutar as dúvidas, as incertezas e até as angústias. Deu importantes e decisivos contributos para as ultrapassar. Foi capaz de dar tempo para que o pensamento adquirisse densidade e consistência. Para além de tudo o mais, ensinou-me que fazer investigação é sobretudo um processo de descoberta, de nós, em primeiro de lugar, e depois do mundo e da vida que dá prazer conhecer.

Aliás, se outras razões não tivesse para agradecer ao Professor Luís Fernandes (o sábio das drogas) bastaria o facto de ter sido ele que me sugeriu o nome da Professora Celina para me ajudar a fazer o percurso de investigação, para me orientar nas encruzilhadas e desvios que certamente iria encontrar e experimentar.

Finalmente, mas não menos importante para que este trabalho apareça agora dactilografado, com um aspecto relativamente acabado e cuidado, agradeço à D. Margarida Fernandes, antiga companheira de outras caminhadas. Constatada a minha deliberada e resistente incapacidade para as coisas das novas tecnologias, foi ela que, com paciência e mestria, decifrou os meus manuscritos, como aliás, tem feito há já longos anos.

ÍNDICE

Introdução	10
-------------------	-----------

PARTE A – Peregrinações Teórico-Epistemológicas

Capítulo I – O Trabalho: a centralidade perdida?

1. O trabalho no centro das representações da vida social	16
2. As “Anomalias” do trabalho ou o trabalho como anomalia	20
2.1. A rarefacção do trabalho ou a diminuição e descontinuidade do tempo laboral no tempo vital do sujeito.....	22
2.2. O trabalho Multiforme	25
2.3. O que é trabalho?.....	28
3. O trabalho na organização da experiência biográfica.....	31
3.1. Trabalho e diferenciação dos espaços sociais	32
3.2. O trabalho: um instrumento para a vida ou forma de realização de si?.....	34
3.3. Desemprego, precaridade e modos de vida	39
4. As Sociedades baseadas no trabalho: paradoxos e alternativas.....	45

Capítulo II – Drogas e Trajectórias de Vida

1. Modos elementares de inteligibilidade de trajectórias de vida.....	51
1.1. Os modelos arqueológico e estrutural	53
1.2. Modelo processual	57
2. Trajectos de vida com drogas	62

2.1. Da balística das drogas ao uso de drogas como carreira.....	62
2.2. Contingências de carreira. O trabalho como contingência de carreira de uso de drogas	67

PARTE B – Estudo Empírico

Capítulo III – Estratégia de conhecimento: assim foi o método

1. Abordagem Qualitativa/Interpretativa.....	75
1.1. Objecto e Objectivos	80
2. Estratégia de recolha de dados	83
2.1. Constituição e caracterização da amostra	84
2.2. Recolha de dados: Entrevista Qualitativa	94
3. Procedimentos de tratamento e análise de dados	96
3.1. Processo de codificação e categorização	97

CAPÍTULO IV – Apresentação e interpretação de resultados

1. Descrição Analítica das Categorias	109
1.1. Representações do Trabalho	109
1.2. Condições de Trabalho	110
1.3. Ingresso na Vida Activa/Começar a Trabalhar	112
1.4. Razões da Mobilidade Profissional	114
1.5 Experiência dos Períodos de não Trabalho	115
1.6. Representações sobre Drogas e Toxicodependência	117
1.7. Iniciação ao Consumo de Drogas	120

1.8. Manutenção do Consumo	122
1.9. Percepção da Dependência	123
1.10. Períodos de não Consumo	126
1.11. Períodos de não Trabalho e Consumo de Drogas	128
1.12. Consumir e Trabalhar	130
1.13. Disponibilidade Financeira e Consumo de Drogas	133
2. Elementos de Síntese Integrativa	135
2.1. Entre o Trabalho e as Drogas, Projectos e Trajectos	137
2.2. Ficar Dependente no Trabalho	140
2.3. Consumir nas Horas Vagas. Horas Vagas para Consumir	142
BIBLIOGRAFIA	145
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata de relações entre trabalho e drogas. Mais especificamente, tenta dar conta do projecto de investigação que desenvolvemos e para o qual definimos como objectivo fundamental estudar as interacções entre trajectórias laborais e trajectórias de consumo de drogas ilegais.

Embora este tema não tenha suscitado, pelo menos até agora e tanto quanto conseguimos apurar, particular interesse por parte dos especialistas, quer da área das drogas, quer área do trabalho, sendo, por isso, praticamente inexistente a investigação neste domínio, diremos, por agora, que entre o trabalho e as drogas é possível descortinar várias e complexas relações. A história geral das drogas, desde logo, revela-nos algumas.

Revela-nos, por exemplo, que é com a emergência e desenvolvimento da revolução industrial que ocorre no ocidente o primeiro período de grande expansão do uso de substâncias psicoactivas, não apenas de álcool, mas também de ópio e seus derivados. Esse período, que vários autores (Bachmann e Coppel, 1989; Escohotado, 1996) designam por ópiomania operária do século XIX, é frequentemente associado às profundas transformações dos modos de vida que essa nova forma de organização do trabalho implicou para a maioria da população, mas também, e mais concretamente, à particular dureza e mesmo penosidade das condições de trabalho que marcou a fase inicial do processo de industrialização.

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, não param de aumentar as preocupações dos poderes públicos e das organizações de natureza sindical e de defesa do trabalho com o consumo de drogas, considerado frequentemente como um flagelo. São produzidos nessa época diversos relatórios, como o da Organização Internacional do Trabalho, nos anos 30, que tendem a estabelecer uma relação directa entre o consumo de produtos psicotrópicos, as condições de

trabalho e as situações de pauperismo em que vive um número significativo de trabalhadores da indústria nascente. Ou seja, o que esses relatórios sugerem é que os indivíduos consomem drogas por causa do trabalho, ou, mais precisamente, das condições em que ele é realizado.

Notemos, por outro lado, que é justamente nesse período histórico que proliferam, quer ao nível de vários estados quer a nível internacional, as medidas de combate às drogas e ao seu consumo, de que a Convenção Internacional do Ópio (ocorrida em Haia, em 1912) pode servir-nos de exemplo. Aliás, embora os argumentos utilizados para justificar a crescente proibição e criminalização do consumo de produtos psicotrópicos sejam muito diversos e mutantes, com destaque, no entanto, para os de carácter moral, o facto de eleger o consumo de drogas como um problema está intimamente ligado à emergência das sociedades industriais (Macquet, 1994).

Estas breves considerações sobre o fio de superfície da história das relações entre trabalho e drogas servem-nos, afinal, para situarmos a questão central do projecto de investigação que realizamos, a saber: como se relacionam hoje os dois fenómenos? Mais concretamente, de que forma se articulam trabalho e consumo de drogas no desenrolar da vida dos indivíduos?

Para analisar esta questão, e à semelhança do que geralmente sucede neste tipo de processos, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o trabalho e sobre as drogas. O que encontramos foi uma dispersão de temas relativos a cada um desses fenómenos e, sobretudo, não encontramos referências consistentes às relações entre eles.

Nestas condições, tentamos identificar na vasta literatura científica disponível sobre estas duas áreas do saber os temas que, pela sua potencialidade heurística, melhor se ajustavam aos nossos objectivos. É disso que daremos conta na Parte A desta dissertação, à qual sugestivamente, parece-nos, decidimos chamar Peregrinações Teórico-Epistemológicas, e na qual incluímos dois capítulos: o Capítulo I, dedicado à discussão e análise de questões relativas

ao trabalho e o Capítulo II, dedicado ao fenómeno droga, no qual incluimos também uma abordagem, ainda que breve, ao conceito de trajectória de vida.

A esta parte, centrada nos aspectos epistemológicos e teóricos, e intimamente relacionada com ela, segue-se a Parte B, na qual se dá conta do estudo empírico. Iniciamos esta segunda parte com a referência às escolhas e opções metodológicas desenvolvidas para a concretização desta investigação, bem como aos respectivos procedimentos (Capítulo III).

Concluimos esta dissertação com o Capítulo IV, no qual são apresentados os principais resultados obtidos. Esses resultados, mais do que apontarem para uma conclusão, sugerem, pelo contrário, a necessidade de continuar a desenvolver investigação sobre este tema que, neste estudo, abordamos apenas de forma exploratória.

PARTE A

PEREGRINAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO I

O TRABALHO: A centralidade perdida?

O trabalho tem cada vez mais a boa consciência do seu lado: o gosto pela alegria chama-se já “necessidade de descanso”, e começa a corar de vergonha de si próprio. “Temos de fazer isto por causa da saúde”, dizemos às pessoas que nos surpreendam num passeio pelo campo. Por este caminho, poderá chegar-se rapidamente ao ponto de não mais se ceder ao gosto pela *vita contemplativa* (ou seja, ao gosto de passear em companhia de pensamentos ou de amigos) sem desprezo por si próprio e sem má consciência.

Friedrich Nietzsche

«Ócio e ociosidade»

(in *A Gaia Ciência*), 1882

Continua o trabalho a desempenhar a função de grande orientador dos projectos e trajectos existenciais individuais e a constituir o atractor maior no processo de configuração dos modos de vida? É ainda o trabalho o princípio organizador das estruturas e dinâmicas sociais? Uma análise à vasta literatura científica sobre o trabalho permite afirmar, com efeito, que pelo menos a partir dos anos 70 do último século, com o fim do período (1945-1975) frequentemente designado “os trinta gloriosos”, o discurso teórico-científico sobre o trabalho está confrontado com a questão da sua centralidade ou, dito de outra forma, com o seu lugar na vida individual e colectiva.

Esse confronto é, de resto, e certamente por razões histórico-epistemológicas, particularmente evidenciado pelo pensamento sociológico actual onde surgem teses que constataam e/ou anunciam o fim do trabalho (Offe, 1992; Gorz, 1995; Meda, 1999) ou, nas

palavras de Habermas (1990, p. 84), “O fim, historicamente previsível, da sociedade de trabalho”, e outras que defendem a sua actualidade e o seu estatuto de valor central na sociedade pós-industrial (Schnapper, 1998; De Coster, 1994) ainda que se reconheçam as profundas transformações e mesmo desconfigurações a que tem estado sujeito. “(...) Mesmo se o trabalho está em crise, o seu lugar na construção do indivíduo, da justiça e da vida social, mantém-se essencial” (Dubet, 1999, p.19).

Neste capítulo, propomo-nos percorrer analiticamente alguns dos temas que, em nosso entender, melhor esclarecem os contornos desse debate e que, simultaneamente, melhor se ajustam, pela sua potencialidade heurística, aos objectivos definidos para este trabalho.

1 – O TRABALHO NO CENTRO DAS REPRESENTAÇÕES DA VIDA SOCIAL

De actividade circunscrita ao domínio privado e considerada mesmo degradante e indigna, porque reveladora da sujeição do homem à necessidade (Arendt, 1995; Gorz, 1991), o trabalho foi adquirindo e consolidando, nos dois últimos séculos, e sobretudo com a manifestação generalizada das consequências da revolução industrial, o estatuto teórico-epistemológico, mas também político-normativo de factor estruturante e princípio organizador da vida individual e colectiva. A concepção que hoje dele temos e a importância que lhe atribuímos terá resultado, pois, de um longo e complexo processo, cujo acto fundador foi a sua submissão à racionalidade económica, vale dizer a sua invenção (Meda, 1999), para depois ser concebido e profusamente teorizado como modelo e, até, fundamento da relação social.

Ainda que seja vasta, diversa e até dispersa a argumentação, quer de natureza teórica quer empírica, que sustentou a emergência e o desenvolvimento da moderna concepção do trabalho

(para a qual contribuíram, de resto, vários domínios do saber, desde a economia política, passando pelo pensamento filosófico, até à história, sociologia, antropologia e psicologia) salientemos dois argumentos que configuram, parece-nos, o seu núcleo conceptual: (1) o trabalho como essência do homem; (2) e como fundamento do laço social. Esses argumentos, aliás, são hoje retomados, de forma sistemática e recorrente por autores de diversas filiações teóricas, disciplinares e também ideológicas, que através deles e face à chamada crise das sociedades do trabalho, pretendem reafirmar a sua actualidade e centralidade, porque “se hoje devemos repensar o estatuto do trabalho, devemos fazê-lo sem negligenciar este elo original, que continua a ser fundamental, entre o trabalho produtivo e a cidadania. O cidadão moderno adquire a sua dignidade trabalhando ” (Schnapper, 1998, p.15).

Um desses argumentos, repousa na ideia, originalmente introduzida (ainda que de modo não explícito) pelos clássicos da economia política e incorporado depois no discurso e prática científica de várias áreas disciplinares e, particularmente, na sociologia, de que o trabalho é a forma maior de interacção social e está mesmo na origem e manutenção do laço social, ou, nas palavras de M.de Coster (1994, p.28), é “a referência identitária societal por excelência”. Por via do mecanismo da contribuição-retribuição e segundo o conhecido princípio “a cada um segundo a sua utilidade real”, o trabalho e a actividade produtiva seria, ainda, e sobretudo, não apenas a medida e o modelo das permutas sociais, mas também a forma privilegiada, e mesmo única, do indivíduo se reconhecer e ser reconhecido útil à sociedade, prestando-lhe a sua colaboração. Seria, ainda, e sobretudo, o principal meio de aprendizagem da vida em comum e, portanto, o principal factor na construção das identidades colectivas e individuais, ideia esta bem expressa na afirmação de dois psicólogos do trabalho: “a centralidade do trabalho é constatada na construção da identidade, na realização de si e na saúde mental” (Dejours e Molinier, 1994, p.42).

Por todas estas características e funções, a que se pode acrescentar o seu importante papel na sociabilidade, o trabalho é, pois, apreendido como o grande operador de socialização e, sobretudo, como o instrumento principal de integração social, de tal maneira que “quer sejamos liberais ou socialistas, progressistas ou conservadores, partidários de Adam Smith ou de Marx, temos a mesma ideia de integração social. Não conhecemos outro tipo de integração, nas nossas democracias actuais que não seja a que passa pelo trabalho”. (Mongin, 1998, p.74).

Dito de forma breve, o trabalho e, mais especificamente, o trabalho assalariado, organiza o nosso imaginário social enquanto condição do homem moderno à qual não pode escapar, pois “(...) é inimaginável que o trabalho não continue a ser um eixo principal nas nossas sociedades” (Schnapper, 1998, p.18).

Não haveria, portanto, alternativa ao trabalho, até porque, para além de ser condição, ele é também a essência do homem moderno e potencialmente de todo e qualquer homem, pois é afirmado como invariante antropológica, ou, nas palavras de Jacques Bidet, filósofo contemporâneo de inspiração marxista, citado por Meda (1999, p.26), “o trabalho é, como a linguagem, uma categoria antropológica geral, sem a qual não podem ser pensados nem o processo de hominização nem a especificidade do homem”. Tal é o segundo nervo argumentativo na construção da moderna teoria do trabalho a que corresponde também uma nova visão do mundo e da vida.

Tendo surgido no século XIX, por via do pensamento filosófico, mais especificamente no idealismo alemão e, em particular, por um dos seus principais representantes que foi Hegel, mas também por Marx, esta ideia, mais do que um princípio moral afirma uma ética do trabalho e, talvez até, o trabalho como a ética. De facto, segundo este pensamento, é pelo trabalho que o homem experimenta e exprime a sua humanidade; o homem faz-se pelo trabalho ou, mais especificamente, pela obra que produz e exterioriza em oposição e confronto com a natureza,

ainda que essa natureza seja a sua. O trabalho tem, pois, uma dimensão de coerção, esforço e sofrimento, mas um sofrimento que é realizador. A este propósito vale a pena citar Dominique Schnapper (1998, p.19) por nos parecer bastante elucidativa deste ponto de vista e também para demonstrar a actualidade deste pensamento: “A ambição de dominar a natureza está profundamente inscrita na civilização ocidental muito antes de Adam Smith e da democracia americana (...) desde a Tora, a ideia do trabalho é constitutiva da definição do homem ocidental. Na nossa tradição, o homem realiza-se por si próprio e exprime a sua plena humanidade através do trabalho, isto é, do esforço para se tornar senhor da natureza”.

Assim, a uma representação mais materialista do trabalho, porque concebido, no essencial, como força produtiva e lugar de realização de uma solidariedade forçada – que põe em relação o indivíduo com a sociedade – que nos foi legada pelo pensamento económico do século XVIII, segue-se então uma outra que o define como forma de expressão e realização do homem e da humanidade. De instrumento de troca, de ordenador das posições sociais e critério de distinção entre o “Bom” e o “Mau” cidadão¹ o trabalho passa a ser concebido como obra, de cada um e de todos nós, que há-de, designadamente através do progresso técnico, libertar o homem das amarras da natureza e de si próprio e conduzi-lo à abundância e à expressão plena das suas capacidades.

Com tais atributos e dimensões, portador de tão diversificadas e múltiplas funções, o trabalho tem sido concebido e utilizado, quer na produção teórica, quer na construção de projectos de investigação, como categoria geral de análise de vida social, já que através dele se poderiam explicar todas as suas dimensões, a económica, seguramente, mas também a política e a cultural e até a histórica. Pelas mesmas razões, percebe-se que a posição ocupada no sistema

¹ Como é sabido, no final do século XVIII, a capacidade para o trabalho foi, por exemplo, o critério de distinção dos verdadeiros e falsos pobres e indigentes: “Se aquele que existe tem o direito de dizer à sociedade: «fazei-me viver» a sociedade tem igualmente o direito de lhe responder: “Dá-me o teu trabalho”, assim escreveu no seu primeiro relatório, citado por Meda (1999, p.94), o Comité de Mendicidade criado por altura da Revolução Francesa.

produtivo, quer dizer a actividade profissional, tenha sido considerada como o preditor maior das atitudes e condutas individuais e dos grupos, dos seus usos e costumes, dos seus hábitos de consumo, das suas opções políticas, enfim, do seu modo de vida.

De resto, é também por referência a esses fundamentos do trabalho, base do elo social porque essência do homem, que podem ser interpretadas as medidas e políticas que há mais de trinta anos têm sido implementadas para o salvar e lhe conservar o lugar e a importância nas nossas sociedades ainda que “o alívio da imposição que o trabalho exerce sobre nós pareça enfim possível, mas um longo cortejo de lamentos acompanham esta evolução” (Meda, 1999, p.19).

2 – AS “ANOMALIAS” DO TRABALHO OU O TRABALHO COMO ANOMALIA

Com razão ou sem ela² o trabalho constituiu até há pouco tempo a categoria central da análise social. O trabalho e a sua ética, a forma como está dividido e organizado, o desenvolvimento técnico e científico que produz e operacionaliza, a classe trabalhadora enquanto princípio e modelo de movimento social, enfim, o conceito de racionalidade que convoca e generaliza, foram estes, com efeito, os alicerces maiores na construção dos edifícios teóricos da moderna teoria social.

A ideia de que é pelo trabalho que as sociedades se estruturam e organizam, funcionam e se desenvolvem e se projectam no futuro, terá estado, aliás, na origem de uma nova área disciplinar, a sociologia. A experiência sociológica dos efeitos produzidos pela revolução industrial, traduzida, além do mais, na separação do trabalho dos outros aspectos de vida, o seu surgimento como espaço autónomo e “puro”, com as alterações que isso produziu nos modos de

² Utilizamos o título de um dos trabalhos de Henri Atlan para sublinhar que a concepção que hoje temos do trabalho é uma construção social e como todas as realidades construídas socialmente não se fazem apenas de razão, também esta tem os seus elementos irracionais, ou como escreve André Gorz (1991, p.13) referindo-se à designada crise da sociedade do trabalho “A crise presente não é a crise da razão, mas a crise dos motivos irracionais”.

vida das comunidades tradicionais, constituiu, segundo Offe (1992, p.19), “o material empírico de partida para as construções teórico-sociais dos clássicos da sociologia”. Pese embora a postura metodológica que os separa, bem como a diferença de resultados e conclusões a que chegaram, para Claus Offe (idem, p.18) “o modelo de uma sociedade civil que gira em torno do trabalho, impulsionado pela sua racionalidade e sacudida por conflitos laborais encontram-lo em Marx, Weber e Durkheim no ponto central dos seus esforços teóricos, constituindo uma referência comum que salta à vista”.

Desde então, o trabalho continuou a ser o modo de análise, o paradigma da vida social: “de facto, a maior parte das sociologias foram sempre fundadas sobre uma relação de Homologia entre meio de trabalho e sociedade” (Schehr, 1999a, p.23). Contudo a partir dos anos 70, com a aproximação do fim do período 1945-1975 que, em França, se designou por “Trinta Gloriosos”, na Alemanha por “Milagre Alemão” e, em Itália, por “Nova Renascença” (e que, no essencial, se traduziu pelo fim da situação de pleno emprego e pela emergência de novas formas e posturas culturais bem ilustradas pelas palavras de ordem dos jovens dessa época que se recusam a “perder a vida a tentar ganhá-la ” ou a “morrer aos trinta anos e esperar ser enterrado aos 70”), surgiram autores, primeiro na América do Norte e depois na Alemanha, Itália, Bélgica e Grã-Bretanha e, mais recentemente, em França, que denunciam o reducionismo que consiste em alicerçar no trabalho o modelo interpretativo e explicativo da vida social.

Assim, e para além de outras razões invocadas, constata-se que o trabalho tem registado, quer ao nível empírico, quer ao nível das significações, profundas mudanças, o que permite e até obriga a considerá-lo não como enigma a esclarecer mas como uma anomalia, no sentido Kuhniano, nos modos de explicação da teoria social. Vejamos, pois, de forma necessariamente breve e esquemática, as objecções de carácter empírico e teórico a que se continue a centrar no trabalho e na produção, a construção de modelos explicativos da vida colectiva. Essas objecções

levam, aliás, alguns autores (Schehr, 1999b; Offe, 1992) a defender a necessidade de um “êxodo teórico” e, outros (Meda, 1999), a referir “o fim do trabalho”, certamente não enquanto actividade necessária à sobrevivência, mas como valor fundamental e princípio explicativo da vida social contemporânea.

2.1 – A RAREFACÇÃO DO TRABALHO OU A DIMINUIÇÃO E DESCONTINUIDADE DO TEMPO LABORAL NO TEMPO VITAL DO SUJEITO

Após um longo período de mobilização geral para o trabalho, cujo início podemos situar no final do século XIX, em que, apesar das grandes dificuldades e resistências à sua economização³, foi generalizado o mercado de emprego e conseguida a expansão do salariado (Castel, 1998) e depois continuado por várias décadas (com especial impacto nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial) o que assistimos hoje é à sua rarefacção ou, nas palavras de Arendt (1995, p.13), “(...) a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho”. Seja por razões tecnológicas, micro ou macroeconómicas, políticas ou sócio-culturais ou talvez o resultado da sua conjugação, as sociedades contemporâneas parecem dispensar cada vez mais o trabalho humano para a produção de bens, mas também na prestação de serviços, pois, como refere Gorz (1997, p.14), “dado que o trabalho é cada vez mais produtivo, o resultado é uma imensa infra-utilização da oferta de mão-de-obra”.

³ Essas resistências terão constituído, aliás, uma das principais dificuldades sentidas na fase de implementação do capitalismo industrial, já que não foram actos isolados, situados, pontuais. Ter-se-ão alastrado e prolongado por muito tempo e, por isso, foram objecto de preocupação, matéria para vários relatórios e motivo para medidas de controle social, como a onda de repressão que foi dirigida contra a vagabundagem que não parava de crescer. Castel (1998, p.421) a este propósito refere “William Beveridge, desde 1910, tinha visto de modo justo que o principal obstáculo à racionalização do mercado de trabalho era a existência desses trabalhadores intermitentes que se recusavam a submeter-se a uma disciplina rigorosa. Também é preciso domá-los”

Esta “metamorfose” do trabalho, para além de corrosiva dos pilares em que assenta a ordem e a coesão social das sociedades modernas (o mesmo é dizer, o contrato salarial como princípio de justiça e o pleno emprego como condição para conseguir a sempre desejada abundância, mesmo que não se lhe definam os limites), não deixa de influenciar o valor subjectivo do trabalho, as atribuições e significados que lhe são conferidos pelos sujeitos. Assim, e ainda que sejam escassas as investigações sobre as representações e significações do trabalho, as dúvidas e as hipóteses que se colocam a este respeito são fundamentadas na constatação empírica da diminuição e descontinuidade que caracterizam a sua actual estrutura temporal por relação com o tempo vital.

Com efeito, a primeira das características referidas traduz-se, antes de mais, na diminuição do tempo de trabalho, quer seja medido diária ou semanalmente, mensal ou anualmente. Mesmo os argumentos como os de De Coster (1994) e também de Dubet (1999, p.11) que afirma “lembramos também que um casal que trabalha duas vezes 35 horas, trabalha mais que um casal onde o chefe de família só trabalha 45 horas”, não são, parece-nos, suficientemente convincentes para esbater a importância da redução secular e sucessiva do tempo de trabalho. De resto, a diminuição do tempo de trabalho verifica-se ainda e sobretudo ao longo da vida, sendo aliás esta modalidade que tem maiores implicações quer individuais quer sociais.

De facto, e como tem sido abundantemente referido pela literatura (e também esgrimido pelo discurso político), é cada vez mais elevada a idade de ingresso no mercado de emprego, entre outras razões, por via do aumento gradual e sucessivo da escolaridade obrigatória. As crescentes exigências do mercado de emprego, quer em termos técnicos quer relacionais, justificariam o prolongamento do percurso escolar e formativo dos indivíduos, até porque a escola é, sobretudo, concebida e utilizada como um instrumento ao serviço do trabalho e da sua

produtividade, ou, na formulação de Gorz (1997, p.47), “A educação formal, por sua vez, está funcionalmente ligada (e individualmente motivada por) à inserção esperada da mão-de-obra “educada” em papéis ocupacionais”. Refira-se, no entanto, que o aumento da escolaridade obrigatória pode ser interpretado, também, como forma de gestão social do emprego ou da falta dele, tal como refere Pais (2001, p.45), “(...) porque, ao prolongarem as suas trajetórias escolares, adiam o enfrentamento com o mercado de trabalho. Aqui temos um factor claro de contenção do desemprego: a escola como parque de estacionamento de potenciais desempregados”!

Mas, se se entra cada vez mais tarde também se sai cada vez mais cedo do mercado de trabalho. Desde o final dos anos 70, com efeito, desenha-se nos países da OCDE a tendência, consolidada nos anos 80 e 90, quer para baixar a idade de reforma (mesmo que isso se faça por vias muito diversas e tenha registado oscilações de acordo com os ciclos político-económicos) quer para o recurso à sua antecipação, ou seja a saída involuntária do mercado de trabalho. E isto em nome da sua racionalidade.

É também por referência à racionalidade económica do trabalho que pode ser interpretada a crescente tendência para a sua descontinuidade no trajecto de vida dos indivíduos. Por razões de facilidade de exposição, diremos que a descontinuidade pode assumir duas formas principais: chamemos-lhe descontinuidade temporal e funcional. Assim, o trajecto laboral de um número cada vez maior de pessoas é marcado pela inserção provisória e precária no mercado de trabalho, alternado pela inscrição mais ou menos prolongada nos serviços públicos de emprego. E não se pense que essa é uma experiência que é vivida e está reservada apenas a alguns grupos profissionais ou sociais. Pelo contrário, e como evidenciam vários estudos de natureza estatística, a transitoriedade e precariedade laboral está actualmente generalizada a todos os sectores de actividade, a pessoas com pouca ou muita qualificação escolar ou profissional, a jovens e a

menos jovens, ainda que, é certo, em medidas e com implicações individuais e sociais muito diferentes. André Gorz, no prefácio que escreve ao livro de Schehr (1999), refere um estudo realizado por sociólogos da Universidade de Munique que constata que, no período 1984-1995, 97% da população activa da Alemanha de oeste passou pela experiência do desemprego. Ou seja, o que estes e outros dados similares revelam é que a vida profissional é, cada vez mais generalizadamente, interrompida por períodos de desemprego. É, também, frequentemente feita sob o signo da descontinuidade funcional, não apenas porque são cada vez menos coincidentes a preparação e qualificação profissional e a actividade profissional exercida, mas também porque se muda de profissão com alguma frequência e, não raro, também de função dentro da mesma actividade profissional.

2.2 – O TRABALHO MULTIFORME

Segmentação do trabalho e fragmentação do estatuto do trabalhador são as duas linhas orientadoras da organização e funcionamento do mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas. As exigências da produção e as necessidades do sistema económico, impulsionadas pelo império da competitividade, não param de diferenciar as formas e situações de trabalho. Mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo, aberto e fechado, trabalho precário e clandestino, o que estas noções traduzem é a dificuldade, senão a impossibilidade, de continuar a apreender o trabalho através das suas divisões tradicionais. O trabalho estará hoje sob o efeito da desordem, ainda que continue a ditar a ordenação político-social.

Começemos, pois, a este propósito, por referir uma constatação que reúne consenso entre muitos teóricos do trabalho: o que orienta a actual organização do trabalho já não é a

competência técnica nem o seu valor de uso, mas antes a flexibilidade, seja ela interna ou externa (Castel, 1998), funcional ou numérica (Gorz, 1991). Assim, é pela estratégia da flexibilização externa ou numérica, designadamente através da externalização de custos com o recurso à subcontratação, que se produz e organiza a principal fractura ou o ponto nodal da diferenciação interna do trabalho (Offe, 1992). A que se assiste a partir do final dos anos 70 do último século é, com efeito, à dualização do mercado de trabalho em que, a par de um segmento dito “primário”, que assegura melhores salários, exige e proporciona melhores qualificações e, pelo menos promete, carreiras ou trajectos profissionais mais estáveis, existe um outro segmento dito “secundário”, cada vez mais maioritário⁴ caracterizado pela precariedade (mão de obra descartável), por baixos salários e baixas qualificações, enfim, com as piores condições de trabalho. Acresce que, dentro deste último segmento, é frequente encontrar situações de trabalho diferenciado, quer em termos de remuneração, quer em termos de estatuto e condições de trabalho em geral, para os jovens, para as mulheres, para as minorias étnicas e, diríamos nós, para os indivíduos que adoptam estilos de vida e posturas culturais não convencionais.

Enfim, como refere Pais (2001, p.17), “ele há o mercado negro (dos trabalhadores clandestinos); o mercado azul (dos operários de macacão de ganga); o mercado branco (dos colarinhos brancos); o mercado rosa (das empregadas domésticas, secretárias, recepcionistas, telefonistas,...); e o mercado vermelho (das linhas eróticas dos telefones vermelhos e encontros afins); o mercado cinzento (dos burocratas e yuppies de mentalidade e trajes cinzentas), etc. Ou seja, o mercado de trabalho é um «arco-íris» de segmentações”.

⁴ Gorz (1991, p.90) refere um estudo de um instituto de investigação alemão, segundo o qual nos próximos anos a mão-de-obra tenderá a apresentar a seguinte repartição: 25% de trabalhadores estáveis, bem remunerados e protegidos; 25% de trabalhadores permanentes, mas no segmento periférico, e os restantes 50% de trabalhadores desempregados ou em situação de precariedade, trabalhadores ocasionais e mal remunerados.

Diga-se, entretanto, que a segmentação do trabalho é um fenómeno que não resulta apenas dos mecanismos da flexibilidade externa, o que levaria a considerar, por exemplo, que as chamadas “empresa-mãe”, ou centrais, constituiriam o mercado de trabalho primário e as empresas “periféricas” o mercado de trabalho secundário. A segmentação do trabalho verifica-se também, e cada vez mais, no interior da própria e de qualquer empresa, seja ela de grande ou pequena dimensão, pertença ela a este ou àquele sector de actividade económica, pois, como refere Dubet (1999, p. 13), “o indivíduo passa de um lado para o outro e talvez no seio da mesma empresa encontram-se trabalhadores tendo exactamente o mesmo tipo de actividade e estatutos totalmente diferentes”. É por isso, aliás, que o discurso da “empresa integradora” ou “empresa cidadã” que apela à sua responsabilidade social tem cada vez menos consistência, desde logo empírica, pois verifica-se “(...) que a empresa funciona também, e aparentemente cada vez mais como uma máquina de vulnerabilização, e até mesmo como «máquina de exclusão»” (Castel, 1998, p.519).

Em síntese, com base nestas breves observações e considerações, é nosso propósito sublinhar que o trabalho apresenta hoje contornos de algum modo paradoxais. Se é verdade que, pelo menos até ao momento, e por comparação com outros períodos históricos mais ou menos próximos, tem vindo a aumentar o número de pessoas que participam no mercado de trabalho, na condição de assalariados, também é certo que fenómenos como a crescente segmentação do trabalho e a fragmentação do estatuto de trabalhador (traduzido, além do mais, no facto de, quer a nível individual quer colectivo, não haver correspondência necessária entre as qualificações, as competências, os rendimentos e os estatutos) fazem com que tenham muito pouca coisa em comum. Aliás, é cada vez menos certo que o facto de um indivíduo ser trabalhador e desempenhar determinada actividade profissional seja revelador, ou tão-só um indicador seguro, do seu estilo de vida, dos seus hábitos culturais, enfim dos seus interesses e projectos de vida.

Ou, nas palavras de Offe (1992, p.28), que interpreta a crescente diferenciação interna como um sinal claro da irreversível perda da centralidade do trabalho, “tais sintomas de uma elevada e cada vez maior falta de homogeneidade fazem que se torne questionável que o trabalho dependente, enquanto tal, possa continuar a ter uma significação precisa e distinta para os trabalhadores, para a percepção dos seus interesses sociais, para a sua consciência e para o seu comportamento organizacional e político”.

2.3 – O QUE É TRABALHO?

Tentar tecer algumas considerações em torno desta questão não releva apenas, nem principalmente, do propósito de fazer um exercício teórico-conceitual (como eventualmente o título deixaria supor e como, de resto, tantas vezes acontece em estudos que tomam por objecto as questões do trabalho), mas antes da necessidade de evidenciar, no âmbito deste estudo, que as realidades que esta noção hoje recobre e nomeia são frequentemente diversas e até opostas. A extensão e indiferenciação do conceito de trabalho, mesmo que não constituam novidade⁵, denotam hoje a crise em que ele se encontra, materializada, além do mais, na sua crescente e visível rarefacção. De facto, na medida em que escasseiam as oportunidades para desenvolver actividades tradicionalmente entendidas como trabalho, porque portadoras de objectivos e resultados económicos precisos, pretende-se incluir no mesmo conceito actividades de natureza e expressão tão diferentes (porque resultantes de motivações e significações individuais e sociais também elas diferentes) como participar na produção de parafusos no interior de uma fábrica e as tarefas desenvolvidas na esfera familiar privada. Aliás, são frequentes os argumentos que negam

⁵ Desde a sua emergência, o moderno conceito de trabalho é um conceito indiferenciado. Dominique Meda (1999, p.106) diz-nos a esse respeito que: “Marx, retomando o conceito mais amplo de Hegel (“Trabalho do espírito”) e aplicando-o ao homem, engloba, de facto, nesse conceito a quase-totalidade da actividade humana: Tudo é trabalho, toda a actividade humana, da procriação à actividade de conhecimento”.

que o tempo de trabalho esteja num processo de redução progressiva, já que, dizem, as pessoas trabalham 4 ou 5 horas em casa depois de terem trabalhado 7 ou 8 horas na fábrica ou no escritório.

Michel de Coster (1994, p.29), na introdução ao *Traité de Sociologie du Travail*, expressa bem esta postura quando afirma: “ Assim, considerando unicamente o trabalho em termos de actividades, reduzimos erradamente aquele só ao emprego ou só à profissão, já que, muito sumariamente, três tipos de actividades são facilmente discerníveis para um trabalhador: o seu emprego, as actividades-satélite que o prolongam e o trabalho pessoal que releva da esfera privada das suas ocupações”.

O conceito de trabalho é assim alargado e de contornos pouco definidos, de tal forma que se torna difícil perceber onde começa e onde acaba, o que é trabalho e não-trabalho. Talvez para que, e face à previsão de uma redução do trabalho industrial (a produção de bens materiais será cada vez mais realizada por máquinas e sistemas automatizados), e, consequentemente também no designado “sector terciário”, seja possível estende-lo aos serviços prestados às pessoas, uma solução para o fenómeno do desemprego e talvez até uma via para reencontrar o pleno emprego. É isso mesmo o que encontramos na proposta de Schnapper (1998, p. 83): “há todo um sector da vida comum que não é dirigido pela informática. É o conjunto a que se chama o social no sentido lato do termo: cuidar materialmente, moralmente, intelectualmente das crianças, das adolescentes e dos idosos, dos doentes e enfermos, e até mesmo dos adultos activos, isto é, instruí-los, tratá-los e distraí-los. As necessidades das pessoas, essas são ilimitadas, portanto, igualmente as «jazidas de emprego»⁶.

⁶ Este tipo de proposta parece ter tido bom acolhimento nos países da União Europeia e também em Portugal. Demonstra-o, com efeito o aumento registado no nosso país, nos últimos anos, da oferta formativa na área designada por “serviços pessoais e à comunidade” do IEPF e dos Programas Operacionais financiados pelo FSE.

Notemos contudo que, para além das consequências que daí poderão resultar para a nossa vida colectiva, designadamente no que se refere ao aprofundamento das desigualdades entre as pessoas e a possibilidade de nos tornarmos uma sociedade de servidores e de neo-domesticidade (Gorz) este tipo de actividades não se enquadra no conceito de trabalho racional e em sentido económico⁷. De facto, trata-se de actividades que, por si próprias, não criam qualquer valor de uso, já que, pelo menos na maior parte das situações em que ocorrem, não fazem nada que não pudesse ser feito pelas pessoas (pense-se, por exemplo, no caso do engraxador de sapatos) a quem é prestado esse serviço. Dito de outra forma, é trabalho que é realizado para que outros não tenham necessidade de o fazer, mas que não o fazendo, também não fazem mais nada.

O que se acaba de referir sobre as actividades de serviços pessoais ou, na terminologia de Gorz (1995), “o trabalho de servidor” é igualmente verificável em muitos outros tipos de actividade a que passamos a chamar trabalho. Referimo-nos, por exemplo, às actividades de vigilância, de controlo e, também, a algumas actividades médicas, pois trata-se de “trabalho” cuja utilidade social é tanto maior quanto menos trabalho se realizar. Paga-se a esses trabalhadores na expectativa de que não tenham que fazer e, em última análise espera-se que não façam nada.⁸

3 – O TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA BIOGRÁFICA

As condições de realização do trabalho assalariado das sociedades contemporâneas, a que sumariamente fizemos referência no ponto anterior, têm suscitado nos últimos anos um conjunto

⁷ Na reflexão que produz sobre este tema André Gorz (1995, pp168-212) sublinha que o trabalho em sentido económico se verifica quando estão presentes quatro características: criação de valores de uso; ter por finalidade a troca mercantil; realização na esfera pública e ter um tempo mensurável e com um rendimento tão elevado quanto possível.

⁸ O médico que está no serviço de urgência ou o bombeiro, são exemplos que podem ilustrar o que acabamos de referir.

de dúvidas e interrogações acerca do seu valor subjectivo, da importância e significado no trajecto existencial do sujeito. Trata-se de saber se a diferenciação interna do trabalho, constatada empiricamente na multiplicação e estilhaçamento das formas da sua realização, na sua rarefacção, e também na diminuição e descontinuidade nos tempos vitais, enfim, na implosão da sua racionalidade, não corrói e desagrega a ética do trabalho. Nestas condições, o trabalho não pode continuar a ser considerado o ponto federador ou elemento agenciador da existência pessoal ou, o grande integrador da experiência biográfica e social. Pelas mesmas razões, o papel do trabalho e da actividade profissional nos processos de socialização e de construção das identidades pessoais e sociais deve ser relativizado. Deve ser também abandonado o princípio da determinação única da identidade social pela identidade profissional, já que “este ponto de vista esquece muito simplesmente de invocar outras experiência sociais que não o trabalho que também podem ser fundamentais da construção identitária” (Schehr, 1990a, p.250).

De resto, este tipo de dúvidas aumenta e ganha maior consistência quando se toma em consideração a crescente desumanização do trabalho, no sentido em que os processos de racionalização técnica e organizacional cada vez mais dispensam (e até cada vez menos permitem) a manifestação das características e qualidades, incluindo as de natureza moral da pessoa que o executa já que “(...) o «trabalho morto», «espírito coagulado» interpõem-se entre o trabalhador e o produto e impede que o trabalho possa ser vivido como poïesis, como acção soberana do homem sobre a matéria” (Gorz, 1991, p.73). Enfim, as dúvidas resultam também da constatação de que as sociedades ditas de capitalismo avançado sustentam no consumo a sua lógica de funcionamento e desenvolvimento, fazendo permanentes apelos ao consumo hedonista⁹

⁹ O trabalho pode esperar, o consumo não. Tal parece ser o racional que organiza o discurso publicitário. Aliás, a publicidade, pelas suas mensagens implícitas e também explícitas assume cada vez mais a função de autêntico manifesto contra o trabalho.

pois, como afirma Touraine (1991, p. 31), nas sociedades industriais capitalistas “o trabalhador transforma-se em consumidor”.

Alinhemos, pois, mais alguns argumentos em favor da ideia de que já não é só no e pelo trabalho que o indivíduo moderno encontra os pontos de referência fundamentais para a construção e organização do seu modo de vida, ou, nas palavras de Offe (1992, p.41), “todas estas circunstâncias fazem com que não se apresente como muito provável que o trabalho, a eficácia e actividade económica tenham de jogar um papel central como norma de referência integradora da personalidade para efeitos de condução da vida”.

3.1 – TRABALHO E DIFERENCIAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

Que as sociedades contemporâneas não constituem mais um todo integrado em torno de um princípio de racionalidade mais ou menos dominante, à maneira funcionalista, mas que, pelo contrário, se observa uma crescente dissociação dos diversos elementos do sistema social que a tornam uma sociedade policêntrica e policontextual, é uma afirmação que podemos encontrar em vários teóricos do social, entre os quais Dubet (1999, p.19) quando afirma que “a separação dos elementos que compõem a vida social e que organizam a acção é característica da modernidade”. Que, talvez também por via disso, proliferam e cada vez mais se diferenciam os espaços e esferas de vida que às vezes concorrem entre si no processo de configuração e ordenação das condutas dos actores, também¹⁰.

¹⁰ Esta ideia está presente, de forma mais ou menos clara, em vários autores que abordam a problemática da acção e do actor. Mais uma vez Dubet (1996, p.15) pode servir de exemplo: “É nesta perspectiva que eu sugiro aqui a construção da noção de experiência social, noção esta que designa as condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas praticas no próprio seio desta heterogeneidade”.

No entanto, este tipo de considerações não tiveram, pelo menos até agora, grandes implicações na forma como continuamos a conceber e interpretar o trabalho, quer a nível social, quer a nível pessoal. De facto, e ainda largamente maioritária, entre os teóricos do trabalho, a ideia que ele constitui o referencial maior na vida dos indivíduos, quer seja analisado por relação ao lazer (Pronovost, 1994), quer quando se comparam as suas significações e valores desde o início do último século até aos nossos dias, análise que autoriza Lalive d'Epinay (1994, p. 93) a afirmar: “o trabalho mercantil é ainda percebido pela grande maioria como uma realidade incontornável (e como poderia ser de outra maneira?) (...) A omnipresença do trabalho é tal que não pode não encontrar o seu lugar no projecto de vida”. Vemos, pois, que estes, como muitos outros autores, algum deles já referidos nos pontos anteriores, continuam a considerar que é sobretudo por referência ao trabalho que o indivíduo moderno constrói, organiza e desenvolve o seu projecto de vida, ainda que se reconheça que esta é cada vez mais policêntrica (Lalive d'Epinay, op.cit.).

E, contudo, são muitos os sinais evidenciados por pesquisas de recorte qualitativo¹¹ que permitem pensar que o trabalho já não é o valor central ou maior para o indivíduo e que a ética do trabalho se encontra, pelo menos, dissolvida e fortemente relativizada no percurso de vida do sujeito. Até porque a dinâmica e complexidade das sociedades modernas implica, e também se traduz, na crescente diferenciação social, isto é, de universos diferenciados de actividades e de sentidos que permitem ao indivíduo encontrar reconhecimento, legitimação e utilidade social para além do trabalho assalariado e, mesmo, na ausência dele. Aliás, o declínio da ética do trabalho, a menor implicação e envolvimento dos trabalhadores no seu trabalho e a, cada vez menor, determinação ou, tão-só, influência por ele exercida nos modos de vida, interpreta-os

¹¹ Ver a este propósito, entre outros, o trabalho de Paul Grell et Anne Wery (1993), sobre uma pesquisa realizada com recurso a histórias de vida de 89 desempregados, bem como a obra de Sebastien Schehr (1999,a), especialmente o capítulo II.

Offe (1992, p.35) como uma consequência da multiplicação das esferas de vida, já que se verifica “o descentramento da esfera do trabalho com respeito a outras referências vitais, a sua relegação à margem das biografias pessoais”.

Em síntese, a multiplicação e diferenciação das esferas de vida ou, na terminologia de Anselm Stauss os “mundos sociais”, conjugada com as condições e formas de organização do trabalho nas sociedades industriais capitalistas (e na medida em que não se considere os actores, neste caso os trabalhadores, como “idiotas culturais”, para utilizar a célebre expressão de Garfinkel), permitem pensar que, também ao nível da vida pessoal, o trabalho perdeu a centralidade. Nessa medida, pode ser considerado como uma actividade entre iguais,¹² entre muitas outras que, no zig-zag da vida, o indivíduo ajusta e combina na procura de sentido e significações existenciais.

3.2 – O TRABALHO: UM INSTRUMENTO PARA A VIDA OU FORMA DE REALIZAÇÃO

DE SI?

Comecemos por recordar, que, tradicionalmente, são identificados e distinguidos dois tipos de atributos do trabalho: (1) o trabalho constituiria a forma soberana do indivíduo experimentar e evidenciar as suas capacidades e de exercitar as suas competências. É o que usualmente se designa por atributos intrínsecos ou expressivos do trabalho ou o trabalho fonte de satisfação e de realização; (2) nas sociedades modernas o trabalho seria, além disso, o meio de participação do indivíduo na vida económica e social. As condições materiais da sua realização,

¹² Para além das consequências ao nível das políticas públicas de emprego, e das políticas sociais em geral, que uma tal perspectiva necessariamente implica (nomeadamente o abandono, ou pelo menos, a relativização do velho e já estafado princípio segundo o qual a inserção profissional produz sempre, e em qualquer caso, a integração social) considerar o trabalho uma actividade entre iguais obriga a rever e repensar os conceitos e categorias que têm norteado as análises e teorias dos mecanismos e processos de socialização e de construção das identidades pessoais e sociais, que, de resto, são cada vez mais nómadas.

tais como salário, horário de trabalho, estatuto e carreira profissional e direitos sociais dele derivados, etc, constituiriam a sua dimensão instrumental. Saber se, e em que medida, estas duas dimensões estão presentes e explicam o acto de trabalhar tem constituído um tema importante e até central nas reflexões acerca do trabalho humano. Aliás, esse tema, hoje, reaparece de forma persistente e renovada, designadamente através da multiplicação de estudos e inquéritos acerca da hierarquização dos valores, particularmente no que se refere aos jovens. Estão neste caso, entre outros, o inquérito europeu sobre os valores, segundo o qual “o trabalho está entre as dimensões mais importantes da vida (Lalivie d’Epinay, 1994, p.89) e, no caso português, o inquérito sobre gerações e valores na sociedade portuguesa, publicado em 1999 e que, segundo o seu coordenador científico, “constata que os jovens portugueses têm atitudes ambivalentes em relação ao emprego e ao trabalho. Num emprego, o que mais valorizam é a segurança e a estabilidade. Em contrapartida, preferem um emprego, em que se ganhe menos, mas onde as relações de trabalho são afectivas e conviviais, a um emprego bem pago mas no qual as relações de trabalho são formais e frias” (Pais, 2001, p.19). Em última análise, trata-se pois, de responder à seguinte questão: porque trabalhamos? Dito de forma mais ligeira, é o trabalho um bem desejável ou um mal necessário?

A este propósito, recordemos também o que dissemos no ponto 1 deste capítulo, para podermos agora sublinhar que a ideia de que é sobretudo a sua realização o que o homem procura no trabalho (porque este é, por essência, realizador) tem constituído a perspectiva dominante. Encontramo-la nos teóricos do trabalho de ontem e de hoje. Encontramo-la também, e cada vez mais, nos homens de negócios, nos tecnocratas, nos políticos e também (pelo menos em alguns) sindicalistas. Para justificar esta afirmação seria possível socorrermo-nos de um conjunto de afirmações vindas dos mais variados quadrantes ideológicos e políticos e também de diversas filiações teórico-epistemológicas. Basta-nos, contudo, referir aqui a respeitável opinião

de Dubet (1999, p.21) ao afirmar que: “quando o trabalho aparece menos como uma obrigação moral, como uma forma laica de expiação e de remissão, da submissão ao *fatum*, ele resulta cada vez mais num modo de realização de si”, para logo de seguida (op.cit., p.23) perguntar “como fazer para que o trabalho produza os sujeitos e não os destrua?)

A esta pergunta, formulada, de resto, por muitos outros teóricos sociais que sustentam a opinião de que o trabalho, se ainda não é plenamente realizador, não poderá deixar de o ser no futuro, respondem os críticos do trabalho: “não há nada a fazer! Desde logo porque a genealogia do trabalho, evidencia que este, na medida em que foi submetido à racionalidade económica, é, antes de tudo, um factor de produção e está, por isso, sob o signo da rentabilidade e da eficácia. É também por via disso cada vez mais trabalho heterónimo, heteroregulado e parcelarizado¹³. Dito de forma simples, e talvez exagerando um pouco os termos: não decidimos o que fazemos, a forma como o fazemos e, em rigor, não fazemos nada, já que, na maior parte dos casos, executamos um conjunto de tarefas, sem dúvida importantes, dizem-nos, para obtenção de um resultado final (objecto ou serviço) que raramente conhecemos e quase nunca possuímos, de tal maneira que consumimos o que não produzimos, produzindo o que não consumimos. Em suma, exceptuando talvez o trabalho de natureza intelectual (e são os intelectuais que falam do trabalho...) e as actividades verdadeiramente artesanais, cada vez mais raras, como se sabe, o trabalho nas sociedades contemporâneas só excepcionalmente permite, ao indivíduo que o executa, decidir e controlar o seu processo de realização, o seu ritmo, o seu desenvolvimento, a

¹³ Sobre os conceitos de trabalho heterónimo e heteroregulado e da sua importância e implicações na análise do trabalho nas sociedades contemporâneas pode consultar-se com vantagem, entre outros, Gorz (1991), especialmente o ponto 3 da primeira parte (pp47-55). Relativamente ao primeiro desses conceitos diz-nos o autor: “chamo esfera de heteronomia ao conjunto das actividades especializadas que os indivíduos têm de cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização preestabelecida. No seio desta esfera de heteronomia, a natureza e o conteúdo das tarefas assim como as suas relações são heterodeterminadas de maneira a fazer funcionar os indivíduos e os colectivos”.

sua finalidade. Isto leva Dominique Meda (1999, p.144) a formular a seguinte pergunta: “quem exerce hoje em dia um trabalho que permita exprimir a sua personalidade?”.

Pelas considerações anteriores, e ainda que alguns estudos e inquéritos tendam a revelar o contrário, pois “(...) os jovens valorizam mais aspectos intrínsecos do trabalho que dê gosto a realizar e em que seja possível desenvolver as suas capacidades pessoais, se bem que os aspectos materiais/instrumentais se revelem bastante importantes” (Calvão Borges e Leonor Pires, 1999, p.271), parece ser possível admitir, pelo menos a título de hipótese, que o trabalho, quer pela natureza e conteúdo das actividades que promove, quer pela forma como está organizado, não permite ao indivíduo manifestar as suas faculdades, a sua forma e ritmo de funcionamento, os seus interesses e valores, enfim, a expressão de si. O trabalho, pelo tipo de racionalidade que impõe, poderá mesmo provocar uma cisão na vida dos indivíduos, separando, e até opondo, a vida quotidiana e privada à vida profissional, tal como refere Gorz (1991, p. 54): “as qualidades profissionais são isentas de virtudes pessoais e a vida privada resguardada contra os imperativos da vida profissional”.

Nestas condições, a relação dominante com o trabalho seria uma relação moralmente neutra, de tipo instrumental. O que fundamentalmente incentiva os indivíduos ao trabalho são razões e objectivos de natureza material e, particularmente, a procura de um salário,¹⁴ que permite não apenas a obtenção de bens e serviços, mas também evita a falta deles, evita situações de escassez e de pobreza. É o “agulhão da fome” que motiva os indivíduos a trabalhar.

Esta atitude perante o trabalho, reconhecida mesmo pelos defensores da sua centralidade na vida dos indivíduos, como, por exemplo, Lalive d’Epinay (1999, p.93) quando afirma que “o

¹⁴ A importância das condições materiais e desde logo do salário nas opções e exercício profissional dos indivíduos tem suscitado nos últimos tempos reflexões e debates, nomeadamente a propósito dos chamados “valores pós-materialistas”. Escutemos o que diz Gorz (1991, p.65): “o salário tornou-se o objectivo essencial da actividade a tal ponto que deixa de ser aceitável toda a actividade que não receba compensação monetária. O dinheiro suplanta os outros valores para se tornar a sua única medida”.

valor do trabalho depende da sua contribuição à organização geral da vida”, para além de estar sustentado nas condições modernas da sua realização, encontraria também explicação no funcionamento do sistema social em geral. Este, com efeito, funciona cada vez mais orientado por uma lógica mercantil e monetária, onde tudo se compra e tudo se vende (necessidades, prazeres e satisfações) onde o dinheiro tudo pode e pode mais do que tudo ou, na formulação de Gorz (1991, p.65), “a incitação monetária ao trabalho funcional supõe, com efeito, a convicção, transmitida pela publicidade comercial, que tudo aquilo que pode um indivíduo, o dinheiro pode melhor que ele”.

Para finalizar este ponto, e a propósito da questão que aqui nos ocupa, ou seja, saber se o trabalho é forma de realização de si (versão trabalho realizador) ou se é um instrumento para a vida (versão instrumental do trabalho) deixemos uma interrogação: não será o facto de não se sentirem identificados e realizados com o que fazem e porque (também eles...) calculam os custos/benefícios, nomeadamente quanto às condições físicas, psíquicas e institucionais em que realizam o trabalho e o salário que recebem, o que leva muito indivíduos, designadamente jovens com baixas qualificações escolares e profissionais, a abandonarem a actividade profissional (habitualmente desenvolvida no sector periférico do mercado) e a procurarem outras formas de sobrevivência, nomeadamente nas prestações sociais e/ou no trabalho mais ou menos clandestino, conseguindo assim aquilo que o trabalho regular e formal lhes dava e o que ele significava para a construção e configuração dos seus trajectos de vida?

3.3 – DESEMPREGO, PRECARIEDADE E MODOS DE VIDA

A pergunta com que finalizamos o ponto anterior pode servir-nos para situar o tema que nos propomos agora analisar. O que ela pretendia sugerir, com efeito, é a necessidade, ou, pelo menos, a possibilidade de realizar novas abordagens sobre o fenómeno (que não o problema) do desemprego e da precariedade. Esta possibilidade, e talvez mesmo até este dever ético-científico, tem sido aliás referido nos últimos anos por vários autores (Schehr, Paul Grell, Gorz, Offe, entre outros) que assinalam o facto das abordagens “tradicionais” desses fenómenos (como, de resto, de muitos outros, como o da pobreza, da toxicodependência, da marginalidade, etc.) terem sido marcadas e fortemente condicionadas pelo princípio da negatividade ou, nas palavras de Schehr (1999,a p.13): “(...)nós definimos os desempregados por aquilo que eles não são (ou mais exactamente por aquilo que nós acreditamos que eles não são) e, devo acrescentar, por aquilo que eles não fazem”. Segundo o mesmo autor, tal releva fundamentalmente de posições e objectivos (nem sempre explícitos) de natureza político-ideológica, pois “o medo do desemprego é, com efeito, em muitos casos o garante de uma paz social relativamente durável, nomeadamente no seio das empresas”.

Numa análise, mesmo que sumária, à literatura dominante sobre este tema (que a maioria das vezes é suportada em dados com origem nos dispositivos burocrático/administrativos) revela, de facto, que os desempregados são aí representados como indivíduos que perderam todas as suas referências e objectivos de vida. Vida, em relação à qual se resignam ou então tudo fazem para a readquirir, quando conseguirem um novo ou o velho emprego. Para além de perderem o rendimento que obtinham do trabalho (o que nem sempre é suficientemente valorizado por este tipo de análises) a principal perda do desempregado é um espaço importante e até insubstituível de socialização e de sociabilidade. O seu risco maior é a perda, não apenas do seu estatuto, mas também, e fundamentalmente, da sua identidade social e até pessoal. O desempregado é

representado e definido quase como um morto-vivo (Grell et Wery) o que é particularmente valorizado e tido como preocupante quando esse desempregado é jovem.

Por nos parecer que explicita e sintetiza bem este ponto de vista, escutemos o que nos diz Schnapper (1994, p.127), conhecida, além do mais, pelas suas investigações sobre o desemprego e os desempregados: “privado das suas referências espaciais e temporais, o desempregado tem o sentimento de ter perdido a sua dignidade. Ele vive uma crise de identidade pessoal, que corre o risco de se traduzir por colocar em causa os seus papéis familiares e a ruptura das relações com os outros. O isolamento e a dessocialização estão no horizonte daquilo a que podemos chamar «a prova do desemprego»”.

Ainda que descrições como esta possam traduzir as condições e vivências de alguns desempregados, notemos contudo que tendem a homogeneizar situações que são cada vez mais heterogêneas (desempregados ocasionais; desempregados de longa duração; desempregados à procura do primeiro emprego; trabalhadores precários; desempregados em formação, etc.) e, elas próprias, diferenciadas no percurso de vida dos sujeitos. O seu horizonte é, além disso, delimitado pela suposição de que se trata de fenómenos de origem crónica e episódica, circunscritos a alguns grupos de trabalhadores e situados em fases ou períodos particulares de trajetórias laborais. Mesmo as perspectivas mais optimistas admitem, no entanto, que de circunstâncias excepcionais, o desemprego e precariedade passaram a constituir factores estruturais do mercado de trabalho e também do sistema económico. “Com efeito, o desemprego não aparece somente como uma fatalidade ligada à crise, mas como o produto de uma série de escolhas, entre o emprego e as protecções sociais, entre as gerações, como uma estratégia de gestão de recursos, como «solução» em vez de ser um problema.” (Dubet, 1999, p.14).

Na medida em que é uma experiência cada vez mais generalizada, e até massificada, e também mais recorrente na vida dos indivíduos, a questão que se coloca é, pois, a de saber se

ainda podemos explicar o desemprego e a precariedade pelo trabalho ou pela falta dele. Importa também saber se podemos continuar a analisar e a interpretar os comportamentos e condutas dos desempregados e precários tendo por referência a figura do trabalhador, sugerindo-se assim uma unidade funcional entre o trabalho e o desemprego. Ou se, pelo contrário, o desemprego e a precariedade não constituem situações de vida com conteúdos e significações próprias, diferentes e até independentes do trabalho assalariado. Se assim for, não serão eles próprios elementos fundadores e configuradores de um espaço social em formação (Grell e Wery) que, além do mais, poderiam servir-nos para compreender o estado do trabalho nas sociedades contemporâneas, designadamente quanto à sua função de “grande realizador” e à sua capacidade imanente de produzir o laço social? Dito de outra maneira: não poderíamos deixar de considerar o desemprego e a precariedade apenas e só nas suas dimensões de fatalismo e anomia para os tomarmos também como analisadores da vida social contemporânea?

Vale a pena, por isso, fazer aqui referência, pelo menos nos seus aspectos mais salientes e significativos para o nosso propósito, a alguns estudos e investigações sobre este tema, surgidos sobretudo nos finais da década de 80 e no decorrer dos anos 90 do último século. Referimo-nos em particular à investigação realizada no Canadá por uma equipa de seis investigadores sobre a direcção de Paul Grell¹⁵ e a respeito da qual os autores afirmam: “ faremos ao longo deste livro apelo à noção de «periferia de trabalho assalariado». Trata-se de uma expressão metafórica para designar uma realidade social que se deixa mal aperceber, descrever e analisar. Falar metaforicamente de periferia do trabalho assalariado dá uma visibilidade aos indivíduos que evoluem num espaço onde o trabalho assalariado estável não ocupa mais a função primeira. É já reconhecer um papel activo, uma identidade concreta àqueles e àquelas que não se identificam

¹⁵ A síntese dessa investigação, assim como as pormenorizadas considerações de ordem metodológica, pode ler-se em Grell e Wery (1993) *Héros Obscurs de la Precarité*.

ou se identificam pouco com o trabalho assalariado e procuram desenrascar-se sem ele” (op. cit. p.15); ao trabalho de investigação sobre os precários realizado pela equipa de P. Cingolani, publicado em 1986, através do qual o autor tenta evidenciar que a precariedade de emprego está intimamente associada, e pode surgir mesmo quando o indivíduo questiona o sentido do trabalho assalariado fixo; à investigação realizada por L. Roulleau-Berger, também, sobre o tema da precariedade, desta vez envolvendo jovens, publicado em 1991, e na sequência do qual, entre outros aspectos igualmente relevantes, o autor nos convida a revisitar a ideia comum acerca do trabalho precário, nomeadamente quando o pensamos e interpretamos apenas e só como consequência das contingências e dificuldades do mercado de trabalho e muitas vezes, também, como via rápida para a exclusão definitiva¹⁶. Referimo-nos, enfim, ao trabalho de Schehr (1999), que, ao proceder à análise crítica dos trabalhos e investigações realizadas nos últimos vinte anos sobre este tema, afirma (op.cit., p.28): “Compreender as combinatórias de práticas, os modos de vida, as culturas que atravessam os universos do desemprego visa, assim, reter, não somente o sentido, mas também as racionalizações, os modos operatórios, outras formas de compromisso: estamos, portanto, muito longe do miserabilismo e da sua visão unívoca e instituída do desemprego, mas certamente mais próximos das vagas de fundo que atravessam as nossas sociedades”.

Adoptando uma perspectiva crítica relativamente à forma habitual de conceber o trabalho e as suas categorias, operando um deslocamento do ponto de análise do “porquê” para o “como” do desemprego e da precariedade, o que estas investigações põem em evidência é, com efeito e desde logo, que se trata de realidades diferenciadas e polimorfos, impossíveis de encaixar num

¹⁶ A síntese e a análise dos últimos trabalhos referidos (P.Cingolani, *L'Exil du preciaire: recits de vie en marge du travail salarié*, Paris, Meridiem; L. Roulleau-Berger, *Jeunesses et Cultures de L'Aleatoire: de L'emploi à La Socialization Professionnelle*) bem como as considerações de ordem teórica e metodológica que os diferencia de outras investigações sobre o “vivido” do desemprego e da precariedade, nomeadamente as realizadas por Galland e M.V. Loius, *Les Jeunes Chômeurs*, e por Dominique Schnapper, *L'Eprente du chômage*, Pais, Gallimard, 1981, pode ler-se em Schehr, S (1999) *La vie Quotidienne des Jeunes Chômeurs*, pp.37-95.

qualquer protótipo¹⁷. O que sublinham também é a diversidade de formas experienciais desses fenómenos. Assim, e embora possam ter uma qualquer ligação ao trajecto profissional, e, de uma maneira geral, às relações com o trabalho, outros factores, porventura maiores (como experiências culturais diferentes e diversas; projectos de toda a natureza, incluindo os de futuro, etc.) influenciam a sua configuração. Nem sempre o desemprego e a precariedade são acontecimentos negativos na vida dos sujeitos. Eles podem desempenhar aí um papel estratégico e portanto positivo, o que aliás é frequentemente referido a propósito das análises dos trajectos profissionais dos jovens, cada vez mais marcados pela transitoriedade e pela aleatoriedade.

Por outro lado, e este é porventura o seu maior contributo para a análise e reflexão sobre estes temas, o que essas investigações sugerem é que o trabalho precário e até o desemprego podem ser (e talvez sejam cada vez mais) elementos integrados e mesmo integradores e configuradores de modos de vida. O conceito de desenrascanço social, introduzido por Paul Grell, e que, para o autor, “relewa da inteligência prática e recorre tanto a cálculos e a estratégias a longo prazo como a procedimentos indirectos e ocasionais, às aparências destinadas a levar a crer e a agir, à dissimulação, ao segredo... mas também a todas as espécies de acções concretas e pontuais nos campos do consumo, da habitação, etc.” (Grell e Wery, 1993, p.176), permitiu, desde logo, identificar e analisar sistematicamente um conjunto de práticas sociais de substituição do trabalho assalariado. Assim, para além daquelas que visam obter um rendimento (executar tarefas pontuais nas áreas da electricidade, pintura, costura, jardinagem, baby-sitting, etc.) há também as que reduzem despesas (troca de bens e serviços, auto-produção de bens e serviços, auto-redução de necessidades, redução dos consumos, partilha do alojamento, etc.) e há

¹⁷ Paul Grell, na investigação já referida, assinala sete modelos ou tipos de desemprego: (1) Desemprego desvalorizador; (2) Desemprego trampolim; (3) Desemprego integrado no trabalho temporário; (4) Desempregado estudante; (5) Viver sem salário; (6) Não desempregado ou desemprego criativo e (7) Desemprego banalizado.

ainda as que “adaptam” às necessidades concretas e de carácter imediato os diversos apoios concedidos pelos serviços públicos e privados.

Mas, mais do que identificar e caracterizar um conjunto de actividades desenvolvidas pelos desempregados e precários, para sobreviverem sem trabalho assalariado fixo (o que mesmo não constituindo novidade, não deixa, no entanto, de contrariar a ideia de que o desemprego é um período marcado pela inércia e desespero) é sobretudo a procura da significação de tais práticas que orienta e organiza essas investigações. Analisadas nessa perspectiva, essas actividades surgem, não apenas na sua dimensão instrumental, como meio operacional e eficaz, mas também como alternativa, considerada viável pelos actores, ao trabalho assalariado, tal como se pode escutar das palavras de um dos “Heróis” de Paul Grell (1993, p.134): “ eu penso em qualquer coisa que possa fazer por mim mesma e que me permita não voltar ao mundo do trabalho tal como o tenho conhecido até à data”. Surgem também, para muitos dos nossos contemporâneos, como um espaço de liberdade e de realização de si (ainda que seja efémero) e de realização de novas actividades que o trabalho assalariado não permite, de experimentação de novas temporalidades e de diferentes sociabilidades, já que tal como refere Schehr (1999a p.279), “estas práticas revelam que não se trata somente dum realismo do desespero ou duma adaptação objectiva mas, ao contrário, trata-se muitas vezes de, através destes sistemas de acções, ser actor da sua própria vida e gerar as suas próprias orientações normativas longe do trabalho assalariado”.

4-AS SOCIEDADES BASEADAS NO TRABALHO: PARADOXOS E ALTERNATIVAS

Do que até agora dissemos, nesta rápida incursão sobre o tema do trabalho, é possível concluir que: (1) desde há dois séculos que o trabalho, concebido como actividade económica e factor de produção foi investido de atributos e de funções que o colocaram no centro da dinâmica social e da vida individual; (2) tendo canalizado todos os seus esforços e orientado todos os seus desejos e esperanças para o trabalho (a que alguns já chamaram a utopia da modernidade), as sociedades contemporâneas confrontam-se com um conjunto de dilemas e de incertezas, resultantes, em larga medida, dos paradoxos ou contradições que ele próprio acabou por manifestar.

Independentemente de outras formulações, de outras contradições que seria certamente possível identificar no seu percurso e no seu estado actual, analisemos, de forma breve e sucinta, aquela que constitui a causa próxima da emergência, ocorrida há pelo menos 30 anos, dos debates e reflexões acerca do trabalho e da sua centralidade. Chamemos-lhe o paradoxo da raridade ou do trabalho tornado inútil.

Com efeito, o desenvolvimento tecnológico, e, particularmente, a designada terceira revolução industrial ou micro-electrónica, reduziu em muito a necessidade de trabalho humano na produção de riqueza, fazendo com que este deixasse de ser a primeira força produtiva. Conseguimos hoje produzir muito mais com muito menos trabalho. Ao que assistimos é ao trabalho (que o desenvolvimento técnico e tecnológico incorpora e traduz) a reduzir a sua própria necessidade, ou seja, o trabalho “morto” a revelar em grande medida desnecessário e até inútil grande parte do trabalho “vivo”. Estamos, pois, perante uma situação histórico-social verdadeiramente nova, tal como tem sido sublinhado por vários autores, entre os quais Offe (1992, p.9) que, a este propósito, refere: “o realmente novo na situação actual é que o fluxo de

serviços e de bens que emana da economia nacional continua certamente a crescer (com lentidão) e, sem dúvida, decresce a capacidade de absorção do mercado tendo em conta o número de desempregados e da chamada «reserva tácita». A perspectiva é, portanto, não haver trabalho para todos, pelos menos na forma actual como os seus tempos se encontram socialmente repartidos, ou, como refere Gorz (1991, p.266), “ (...) o processo social de produção não tem necessidade que toda a gente trabalhe a tempo inteiro”.

Refira-se, entretanto, que é também, por vida desta “metamorfose” que resultam cada vez mais questionáveis, e até considerados paradoxais, os princípios que têm orientado as sociedades baseadas no trabalho, a saber: o trabalho como dever moral, ou seja, quanto mais o indivíduo trabalhar, maiores benefícios daí resultam para todos os outros; como obrigação social, pois aquele que não trabalha causa fortes prejuízos à sociedade e, por último, o trabalho como caminho para o êxito e mesmo para a felicidade, já que é através dele que o homem se realiza. É também por via disso, que são considerados de alcance duvidoso e de resultados por tantos criticados, os esforços desenvolvidos pelas sociedades ocidentais contemporâneas para responder a esta situação criada pelos novos desenvolvimentos do trabalho. De facto, face à sua crescente produtividade e à escassez nos sectores tradicionais procuram-se e inventam-se novas formas de trabalho assalariado, novos empregos “(...) ainda que temporário, ainda que sem conteúdo, ainda que sem interesse, ainda que reforcem as desigualdades, mas contanto que existam” (Meda, 1999, p.20). A necessidade de criar empregos a todo o custo terá levado, aliás, e como já tivemos oportunidade de referir, à crescente tendência para assalariar actividades de natureza não-económica, como parece ser o caso de grande parte dos chamados serviços de apoio às pessoas. Poderá ter contribuído também para enfraquecer e até destruir algumas redes primárias de solidariedade.

Enfim, o que esta nova configuração do trabalho tem suscitado é também, e sobretudo, a questão de saber se podemos continuar a fazer dele o principal (senão o único) critério de distribuição da riqueza socialmente produzida. Se poderá, em suma, o contrato salarial continuar a ser o modelo e o fundamento dos contratos sociais.

É, pois, neste contexto e com interrogações deste tipo a servir-lhes de fio condutor da análise e da reflexão que alguns autores, nomeadamente André Gorz e Claus Offe, têm produzido um conjunto de propostas que visam traduzir e interpretar o sentido possível destas mutações verificadas no trabalho. Ou, nas palavras de Gorz (1991, p.225), “trata-se de se apropriar dos processos em curso para os orientar num sentido que corresponde à sua própria tendência”. Sem entrarmos em análises detalhadas¹⁸ salientemos duas ideias fundamentais dessas propostas, por nos parecerem especialmente reveladoras das posições dos autores.

Assim, como ideia central dessas propostas, surge a possibilidade e mesmo a necessidade de se proceder à diminuição programada, progressiva e generalizada da dinâmica do tempo de trabalho. É necessário trabalharmos menos para que todos possam trabalhar e para que cada vez mais pessoas possam aceder a tarefas profissionais qualificadas, complexas e criadoras. Para Gorz, essa redução não deve ser fixada nem previamente (por dia, por semana, por mês ou ao longo da vida activa) nem de maneira uniforme. Antes, deve permitir ao indivíduo gerir e integrar o seu tempo de trabalho noutros projectos de vida mais amplos e que não estejam directamente ligados à actividade produtiva. Do que se trata é, pois, de propor o direito ao trabalho intermitente, o que para o autor (1991, p.239) tem várias vantagens: “a libertação de um tempo fraccionado – algumas horas por semana, alguns dias por mês, algumas semanas repartidas ao longo do ano – dará lugar sobretudo a uma extensão dos lazeres passivos e do

¹⁸ Para uma análise mais fina, ver o Gorz (1991) *Metamorphoses du Travail, Quête du Sens*, especialmente a terceira parte e anexo e Offe (1992) *La Sociedad de Trabajo*, Capítulo 12.

tempo consagrado às tarefas domésticas (...) permite a realização ou o lançamento de um projecto”.

Por outro lado, e esta é a segunda linha orientadora dessas propostas, a redução da duração do trabalho não deve implicar a perda de rendimento. Diga-se, antes de mais, que esta ideia inscreve-se numa proposta de âmbito muito mais lato que sustenta a possibilidade e até a necessidade de desindexar o rendimento da posição ocupada e da contribuição prestada ao sistema produtivo, ou, de acordo com a formulação de Offe, citado por Gorz (1991, p.250), “é preciso romper com uma evolução que conduziu a maioria da população a depender, para a sua sobrevivência, do mercado de trabalho”. Fundamenta-se, além disso, no facto do sistema económico e produtivo actual ser capaz de criar cada vez mais riqueza com cada vez menos trabalho (economizando as despesas salariais) o que deve ser traduzido na melhoria dos padrões de bem estar colectivo.

Os autores, no entanto, fazem a este propósito uma precisão que nos parece da maior importância. O que sublinham é que o direito ao rendimento não deve ser completamente dissociado do direito ao trabalho. Uma tal dissociação poderia, com efeito, levar à institucionalização e assalarização da marginalidade e da exclusão social, o que para Gorz (op.cit., p.252) “não releva da solidariedade mas da caridade institucional”, o que leva o autor logo de seguida (op.cit., p.253) a precisar nos seguintes termos a sua proposta: “cada cidadão deve ter o direito a um nível de vida normal; mas cada um e cada uma devem também ter a possibilidade (o direito e o dever) de fornecer à sociedade o equivalente-trabalho do que ele ou ela consome.

Em síntese, o que estas propostas sugerem é a necessidade de interpretar e dar um sentido às mutações e “novidades” criadas pelo trabalho. O que propõem é, parece-nos, que essas

mutações sejam orientadas para a libertação do homem do e no trabalho colocando-o ao serviço da vida, que não é só trabalho.

CAPÍTULO II

DROGAS E TRAJECTÓRIAS DE VIDA

Entre o trabalho e as drogas, iniciamos este capítulo com uma aproximação ao tema das trajectórias ou percursos de vida. Dizemos aproximação porque sabemos da multiplicidade e grande complexidade dos aspectos que o método biográfico ou da análise longitudinal convoca. O que é aqui objecto de reflexão e análise é a interpretação dos dados biográficos ou, mais exactamente, os seus modelos interpretativos.

1- MODOS ELEMENTARES DE INTELIGIBILIDADE DE TRAJECTÓRIAS DE VIDA

Como se organiza o desenrolar de uma vida humana, uma existência? Este talvez possa ser considerado o problema seminal e também central da reflexão de vários domínios do saber, particularmente da filosofia e da sociologia da acção. Em última instância, é também por referência a ele que as ciências humanas, sociais e do comportamento têm desenvolvido importantes esforços metodológico-teóricos ao readoptarem, pelo menos a partir dos anos oitenta do último século, o método de análise das histórias de vida na abordagem dos mais variados fenómenos. Referimo-nos, entre outros, à sociologia, à criminologia e também à psicologia, já que “as histórias de vida possibilitam-nos o acesso a material próprio da psicologia: entre outros aspectos, acesso ao conteúdo da vida psíquica e à sua relação com o mundo, às auto-percepções às determinações da acção obtida através do EU que nelas fala” (Manita, 1998, p.506).

Tendo-se afirmado cada vez mais como modo de compreensão e explicação do comportamento humano, o método biográfico suscita, no entanto, diversas atitudes e várias divergências teórico-epistemológicas, de tal forma que autoriza Le Grand (1996, p.87) a afirmar que “é num tal período de transição paradigmática que parece situar-se actualmente as histórias

de vida”. É no seio deste debate que surge a questão de saber se e em que condições o método biográfico permite construir sociologicamente as trajetórias de vida.

Para dois sociólogos franceses, Frederic de Coninck e Francis Godard (1989, pp. 23-53), isso, não só é possível, como necessário para que a abordagem biográfica deixe de ser “uma visão utópica da exaustividade que funda a sua impressão de compreensão na ilusão do imediato” (Passeron, 1990, p.5). Analisemos, pois, de forma sucinta, a sua proposta, com o que pretendemos sobretudo fazer uma sistematização dos principais esquemas ou modelos de interpretação das histórias de vida.

Assim, constatando a grande diversidade de pesquisas que colocam o tempo no centro da sua reflexão, para estes autores, o que lhes confere unidade e singularidade, um ponto de referência comum, é operarem através de figuras ou modelos temporais, (que designam por biografemas)¹⁹ a partir dos quais constroem a biografia e procedem ao desenho “da lógica de encadeamento das práticas e dos acontecimentos no curso da existência” (Coninck e Godard, 1989, p.26). Referem, por outro lado, que os textos dos estudos biográficos fazem frequentemente uso de figuras causais, ainda que seja de forma “envergonhada”. Haveria, portanto, uma recusa em pensar em termos de causalidade, esquecendo-se as várias modalidades que ela pode assumir e que, além do mais, “raciocinar em termos de causalidade, não implica em si nem positivismo, nem determinismo. Uma causalidade não é forçosamente mecânica, nós estamos mais próximos, no caso do *recit* de vida, da imputação causal singular detalhada por Max Weber” (Coninck e Godard, 1989, p.24).

Partindo dessa dupla constatação (a presença de figuras temporais e a necessidade de estabelecer conexões e encadeamentos causais complexos para conferir sentido à análise e

¹⁹ Comentando o texto, (a que estamos a fazer referência), de Frederic Coninck e Francis Godard, Gaston Pineau e Jean-Loius le Grand (1996, p.87) referem o seguinte a propósito do biografema: “a introdução deste neologismo relativo é em si mesmo um indicador de reconhecimento da originalidade epistemológica das unidades que constituem a experiência humana assim configurada pela sua expressão”.

descrição biográfica) os autores adoptam o conceito de “formas temporais de causalidade” para interrogar um conjunto de estudos biográficos. Com base neste critério procedem à sua arrumação em três categorias principais ou modelos: o modelo arqueológico; o modelo processual; e o modelo estrutural. Vejamos, pois, como se caracterizam nos seus aspectos fundamentais cada um desses modelos de inteligibilidade dos percursos ou trajectórias de vida. Deixemos para último lugar o modelo processual, (pois parece-nos necessário fazer-lhe uma análise mais fina e detalhada) e comecemos pelos primeiros dos modelos mencionados.

1.1 – OS MODELOS ARQUEOLÓGICO E ESTRUTURAL

O modelo arqueológico teria como traço fundamental a procura de um ponto inicial (um acontecimento, um período de vida ou uma problemática) do qual derivaria o essencial da vida dos sujeitos. Depois de referirem alguns estudos biográficos onde este tipo de questão está particularmente presente (como é o caso do trabalho de Claude Thélot, 1986 “Tal pai, tal filho?”), os autores classificam estas abordagens de tipo endógeno, pois do que se trata é de perceber o modo de existência e de eficácia de uma causalidade inicial, sendo, aliás, a esse propósito que fundamentalmente divergem as abordagens incluídas neste modelo. Dito de outra maneira, no que elas diferem é no modo de conceber as relações entre o passado e o presente.

É assim que, quanto às abordagens que se focalizam sobre a construção de sentido, são aqui incluídas as que têm na psicanálise o seu quadro teórico de referência. Nesse quadro, com efeito, o passado agiria na construção de sentido, quer através do modo de imbricação, quer da repetição, quer ainda do equívoco. Tratar-se-ia, pois, da construção limitada de sentido, condicionada pelos fantasmas do passado.

São também incluídas nesta categoria, as abordagens que operam com o conceito de *Habitus*, tal como tem sido definido por Pierre Bourdieu, ou seja “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções (...)” (Citado por Fernandes, 1997, p.170) ou, ainda, como “um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *Habitus*, a *Hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (Bourdieu, 1989, p.60). Também aqui, com efeito, o passado estaria no presente. A construção de sentido e das práticas e acontecimentos que ele permite e configura estaria fortemente condicionado, já não pelos fantasmas do passado, mas pela possibilidade, oportunidade e o modo de actualização das disposições ou virtualidades acumuladas no depósito das práticas.

A noção de *Habitus* é, aliás, muito utilizada pelo modelo arqueológico na sua vertente, mais objectivante (designada por Coninck e Godard como balística), centrada sobretudo no curso dos acontecimentos e enraizada no conceito de pêndulo social. Os comportamentos, as práticas e acontecimentos na vida do sujeito seriam, em grande medida, permitidos e originados pelas predisposições. A questão que se coloca é, pois, de saber o que produz o quê, ou seja “um acontecimento parece provocar um outro mas não é o que provoca o primeiro que provoca também o segundo? (Coninck e Godard, 1989, p.33)²⁰.

Finalmente (e ainda que nos pareça bastante questionável) são também incluídos nos modelos arqueológicos as abordagens biográficas que, de forma mais ou menos explícita, se inspiram nos trabalhos de Paul Ricoeur, para quem o passado do sujeito tem uma pluralidade de sentidos igualmente possíveis. O presente do indivíduo seria construído e governado através da

²⁰ Os autores colocam a este propósito um conjunto de interrogações, através da apresentação de alguns exemplos, entre os quais o que se refere ao problema de saber se é o diploma profissional que tem um efeito sobre a situação profissional ou se não será a situação social de um indivíduo que lhe permitiu adquirir aquelas habilitações escolares e profissionais que permite o acesso a determinada posição ou estatuto profissional.

releitura que faz da sua existência passada, ou, nas palavras de Paul Grell (1993, p.27), “ assim o presente toma o seu sentido «mais tarde» a partir de uma olhar novo (posterior) que lhe dá o sentido da história (...)”.

Em síntese, nos modelos arqueológicos, que talvez pudéssemos designar também por modelos de banda estreita e de sentido condicionado, os actores são perseguidos pelo seu passado, que estrutura o presente e condiciona e prefigura o futuro. No caso das abordagens biográficas inspiradas na teoria psicanalítica “os agentes são portadores de padrões de atitudes e de uma propensão à repetição e à reiteração desses padrões (op cit, p.34). Nas abordagens que operam com o conceito de *Habitus* os actores “ são portadores de uma espécie de «congelador simbólico» que guarda ao fresco os recursos mobilizáveis” (Coninck e Godard, 1989, p.34).

Se, no modelo arqueológico, o tempo que pertence ao sujeito produz uma temporalidade própria que, de uma forma ou de outra acaba por imperar, no caso das abordagens estruturais é uma temporalidade exterior que pré-estrutura os percursos ou trajectos de vida. Seja ela uma temporalidade histórica ou a resultante das formas sociais, qualquer uma delas pré-existe ao desenrolar das existências individuais.

No que se refere ao tempo histórico, a sua acção, sobre as biografias tem sido concebida e interpretada de múltiplas maneiras. Essa pluralidade pode ser, no entanto, esquematizada em duas formas principais: (1) actualização de temporalidades longas ou de média frequência, como seria o caso de colocar no centro da análise as matrizes simbólicas ou as evoluções de fenómenos e de espaços sociais concretos, como as do emprego, da família ou dos modos de consumo; (2) análise de comportamentos e atitudes por referência ao efeito de idade, de geração ou de período.

O modelo estrutural considera ainda um outro tipo de constrangimento sobre o percurso existencial do sujeito. Trata-se, como já referimos, dos constrangimentos impostos pelas temporalidades sociais. É assim, com efeito, que as abordagens biográficas que se inscrevem

nestes esquemas analítico-descritivos desenvolvem investigações nas quais conferem especial relevo à questão da normalização das idades de vida. A normalização das idades de vida pode ser produzida administrativamente (por via da acção do estado) como será o caso, por exemplo, das idades para efeitos penais e culturalmente, através das prescrições morais para encorajar ou desencorajar certas práticas ou comportamentos em determinadas idades da vida. A dissonância e mesmo a designada “oposição de fases” entre as temporalidades sociais e as temporalidades pessoais e as consequências daí resultantes nos trajectos de vida dos sujeitos, é, de resto, uma importante linha investigativa deste tipo de abordagens.

Os constrangimentos das temporalidades sociais são também verificáveis, segundo a abordagem estrutural, nas formas narrativas. As narrativas constituir-se-iam, aliás, como uma fonte importante de dados sobre uma época, já que, “partindo da constatação que as formas de *recit* disponíveis numa época não variam até ao infinito, podemos distinguir os esquemas narrativos que constituem as matrizes simbólicas de todo o *recit* biográfico” (Coninck e Godard, 1989, p.47). Assim, por exemplo, um estudo citado pelos autores (op.cit., p. 46) refere que a análise das autobiografias dos operários dos anos trinta do século XIX revela que os operários autodidactas decalam os seus *recits* do esquema das confissões de J.J. Rousseau.

Finalizemos, pois, esta breve análise sobre o método estrutural com uma interrogação colocada pelos autores, cuja proposta temos vindo a analisar, a qual nos conduzirá também para a análise do modelo seguinte, o processual: “até que ponto os processos podem emancipar-se de um certo número de condições iniciais que parecem pré-estruturar as existências?” (op.cit.p.47).

1.2- O MODELO PROCESSUAL

Qualquer um dos modelos sumariamente analisados anteriormente, porque procede a uma análise de natureza longitudinal, revela e dá conta de processos. Nenhum deles, no entanto, coloca no processo o seu centro de análise. Isso é o que faz o modelo processual, o qual, aliás, surgiu como crítica ao modelo arqueológico.

Tendo como objectivo central descrever e interpretar os modos de transição de um estado a outro, o modelo processual opera a partir da construção de uma lógica de encadeamento de acontecimentos que revela e expressa conexões causais. No entanto, contrariamente ao modelo arqueológico que pretende explicar um processo a partir das causas iniciais que o engendram e colocam em movimento (à maneira de uma causalidade balística) o modelo processual supõe uma causalidade complexa e dinâmica, ou, nas palavras de Coninck e Godard (1998, p.40), “as causalidades são sempre condicionais e as condições mudam. Uma vez o efeito produzido, um processo pode viver independentemente da sua causa inicial”.

Funcionando neste registo e com esta forma de racionalidade, o modelo processual não se apresenta, contudo, homogéneo. Na perspectiva dos autores que estamos a comentar é possível descortinar-lhe algumas variantes, segundo as formas temporais retidas. Assim referem quatro sub-modelos: (1) o que considera o tempo, ele próprio como produtor de mudança; (2) os estudos centrados nos momentos de rupturas, reunidos sob a designação de sub-modelo bifurcativo; (3) o sub-modelo energético que, tal como o bifurcativo, considera o tempo como heterogéneo e vai estudar os investimentos necessários na produção das rupturas; (4) finalmente o sub-modelo dito diferencial.

A primeira das variantes referidas é constituída pelas análises que conferem à temporalidade e à cronologia dos acontecimentos um papel explicativo das mudanças de estado. Separando passado e presente, este tipo de análises (a que os autores chamam balísticas)

funcionam com quadros ou formas temporais orientados pelos princípios da sucessividade (um acontecimento sucede ao outro) do efeito directo (um acontecimento segue o outro) e da disjunção (um ou o outro, mas não os dois ao mesmo tempo).

Embora relevem de esquemas analíticos um pouco mais complexos, podem ser incluídos neste sub-modelo os estudos que tomam o tempo de permanência como elemento importante e até fundamental na descrição de trajectórias específicas, como os percursos profissionais ou a mobilidade residencial. A ideia fundamental é que o tempo de permanência num estado influencia a transição para outro. Assim, por exemplo, o facto de se estar muito tempo num emprego diminui as possibilidades de mudança de emprego, seja pelos hábitos entretanto adquiridos, seja pelas sociabilidades e relações sociais aí criadas. A utilização do conceito de moratória, e na medida em que significa e traduz a suspensão do tempo de desenvolvimento de um processo, releva da mesma lógica interpretativa. De maneira talvez ainda mais evidente, é também nesta variante que se situam os estudos que centram a sua atenção na ordem em que surgem os acontecimentos na vida do sujeito a partir da ideia de que “a ordem de desenvolvimento dos acontecimentos passados tem um efeito sobre a ordem de aparição ou as probabilidades de aparição de um acontecimento futuro.” (Coninck e Godard, 1989, p.35).

Se o tipo de análises a que acabamos de fazer referência procura dar conta dos efeitos do tempo no desenrolar da vida dos sujeitos, os outros três sub-modelos colocam como questão central a forma e o modo como as transições se inscrevem no tempo. Assim, considerando que a existência dos sujeitos é constituída por períodos ou fases marcados pela estabilidade e equilíbrio, e outros mais decisivos, em que tudo parece estar em jogo e nos quais se registam importantes mudanças de percurso, as abordagens ditas bifurcativas têm como objectivo fundamental explicar e interpretar, por referência aos trajectos existenciais do sujeito, as rupturas ou bifurcações.

Nesta linha de investigação e análise, é possível distinguir várias propostas. Por um lado, as que consideram que as bifurcações são totalmente imprevisíveis, contingentes, uma “caixa negra”. A sua análise permite, no entanto, conhecer as condições pertinentes da fase de vida em que surgem, ou, como dizem Coninck e Godard (op. cit, p.36), “a saída da última bifurcação define as condições iniciais pertinentes deste tronco homogéneo até à ruptura seguinte que vai complicar os dados do problema”. Além disso, e um pouco à semelhança da teoria das catástrofes, não sabendo quando e como surgem e o que as provoca, sempre podemos tentar identificar os pontos críticos. É assim que, por exemplo, se procura identificar factores de risco que aumentem as probabilidades do aparecimento de uma bifurcação em idades ditas críticas. Neste sub-modelo há, contudo, outras variantes que admitem e supõem que as rupturas são previsíveis, porque decorrem do processo de desenvolvimento da pessoa que percorre um ciclo de vida constituído por uma sucessão de fases; que sublinham a possibilidade e necessidade de saber o que se passa em torno dessas bifurcações, ou, mais concretamente, o que as provoca, o que tem levado a evidenciar o papel decisivo que as chamadas instâncias de orientação social (escola, primeiro emprego, etc.) aí jogam; que evidenciam, enfim, a importância das características sociológicas nos momentos de transição, na saída dos momentos cruciais.

Outra linha investigativa (que Coninck e Godard designam por sub-modelo energético) desenvolvida no seio do modelo processual, centra-se na ideia de que, face à multiplicidade e diversidade de trajectos igualmente possíveis, o indivíduo deve utilizar um conjunto de recursos (materiais, monetários, morais, simbólicos, etc.) para evitar uns e optar por outros. Estudar a trajectória do indivíduo (que tem um stock limitado de recursos de energia) consistiria, pois, “em desenhar o seu ritmo temporal de investimentos energéticos e sua localização” (op.cit., 1989, p.38). A elaboração desse desenho seria particularmente eficaz para a compreensão das formas de evitamento de cursos normais de acontecimentos, como seria o caso, parece-nos, do indivíduo

que, vivendo em espaços eco-sociais (zona residencial, família, etc.) considerados problemáticos, segue percursos de vida que podem ser percebidos e vividos como alternativos, por relação a esses “espaços”.

Por último, Coninck e Godard (op.cit.) consideram outro sub-modelo a que chamam diferencial. Aqui a figura temporal utilizada é a da continuidade, ou seja, o tempo do sujeito é concebido como homogéneo, como um *continuum*. Contrariamente às abordagens bifurcativas e às energéticas (nas quais a análise dos percursos vitais é feita considerando os momentos ou espaços de tempo particulares) as análises de tipo diferencial operam a partir de um instante (t) dado para, a partir daí, observarem o desenrolar dos acontecimentos na vida do sujeito. Não há, pois, momentos ou fases de vida particularmente valorizados na análise das trajectórias existenciais, até porque em cada instante há uma probabilidade de passagem de um estado a outro, verificadas que sejam determinadas condições e características. Assim, é possível perspectivar os percursos de vida construídos na base da lógica de sobrevivência de estados. Mas também, porque a passagem de um estado a outro resulta fundamentalmente da actividade do sujeito, inscrita num determinado sistema de acção, no qual as suas decisões “ são ditadas, em cada instante, pela antecipação que ele faz dos possíveis e dos prováveis” (op.cit., 1989, p.39). Estamos, pois, no domínio das abordagens estratégicas.

Em síntese, o que o modelo processual evidencia é o papel jogado pelo tempo (processos) na definição dos agentes que se constituem no decorrer e por via da sua própria acção. Mas, ao centrar-se no processo, no desenrolar dos acontecimentos, escapam-lhe as “conjunturas biográficas”, as quais constituem, em última análise, a questão central das abordagens estruturais e do modelo arqueológico. Qualquer um destes dois modelos, por sua vez, concede ao processo o estatuto de variável independente nas análises longitudinais que efectuem.

Assim, e à semelhança de outros temas que são objecto de reflexão científica, também na análise das histórias de vida se coloca a necessidade de pensar o modo de combinar os modelos interpretativos que, em traços gerais, acabamos de descrever. É nesse sentido que conduz a proposta de Coninck e Godard. Estes autores, com efeito, sugerem e propõem um primeiro modo de combinação (que designam por modo cardinal) que se traduziria na articulação das variáveis específicas de cada um desses modelos, já que, as «variáveis» arqueológicas tomam sentido encontrando parte activa num processo. E o próprio processo ganha sentido sendo referido a uma temporalidade de mais vasta amplitude” (Coninck e Godard, 1989 p.49).

2 – TRAJECTOS DE VIDA COM DROGAS

Requer-se inteligência para entender a química das drogas que alguém toma, mas entender a cerimónia que alguém executa requer coragem; e se faz falta inteligência para entender a química da droga que outros tomam, faz falta tanto coragem como tolerância para entender a cerimónia que executam.

Thomas Szasz

Droga e Ritual

2.1 – DA BALÍSTICA DAS DROGAS AO USO DE DROGAS COMO CARREIRA

Em que medida e de que modo o consumo de drogas ilícitas condiciona e percorre o percurso ou trajecto de vida dos indivíduos? Quando interrogado sobre esta questão, o que nos diz o discurso científico sobre as drogas?

Ainda que seja difícil agrupar, a este propósito, os vários modelos explicativo-interpretativos do fenómeno das drogas (pois queremos evitar falsas dicotomias), já nos parece possível descortinar-lhes duas grandes tendências ou orientações: uma, que designaremos por balística, nos termos da qual o consumo de drogas seguiria uma trajectória imparável e imperturbável e que, nessa medida, iria arrastando consigo e anulando progressiva e rapidamente todas as outras dimensões de vida dos indivíduos, até tomar conta das suas vidas; outra, considerando que a relação que um individuo estabelece com uma substância não é definitivamente dada, é mutável, complexa e multiforme, concebe o uso de drogas como uma

carreira que se desenvolve em interacção recíproca com outras trajectórias específicas percorridas pelo indivíduo noutras esferas existenciais e de vida.

Sem entrarmos em detalhe, diremos que é possível situar na vertente a que chamamos balística as abordagens (mais ao menos explicitamente deterministas) que constroem os seus edifícios teórico-explicativos do fenómeno droga e da toxicodependência com base numa concepção mecânica e circular da relação indivíduo-substância. Essa relação é, de resto, frequentemente percebida e explicada a partir das propriedades farmacológicas da substância, seguindo, no essencial, o clássico esquema classificatório das drogas que nos legou Louis Lewin. Como é sabido, este antropólogo e também farmacologista, definiu para cada substância psicoactiva um efeito principal e também as noções de dependência, tolerância e síndrome de abstinência.

A análise crítica desses conceitos já foi feita por vários autores. Por isso não nos vamos deter nela aqui (ver, entre outros, Comas, 1986; Escohotado, 1990; Fernandes, 1990; 1997; Agra, 1995, pp.47-58; 1996). Vale a pena, no entanto, escutar o que nos diz Becker (1977, p.181) a propósito da questão do efeito principal: “os efeitos das drogas têm um carácter multiforme que varia de pessoa para pessoa e de lugar para lugar. Eles podem variar assim porque as drogas quase sempre têm mais do que um efeito sobre o organismo”. Ouçamos também o que Laurie (1969, p.13) nos diz na crítica que, já nessa altura, fez ao conceito de dependência, crítica essa que é hoje retomada por vários autores que, além do mais, propõem que o conceito de dependência (física e psicológica) incorpore, não apenas os elementos farmacológicos, mas também os aspectos sócio-culturais: “Devo dizer que as pessoas se tornam dependentes não só das drogas, mas também da experiência que as drogas proporcionam e ainda da experiência obtida sem as drogas”.

Outro conceito, também ele já clássico, mas que continua a desempenhar um papel central nas abordagens que aqui designamos genericamente por balísticas, é o de escalada. De facto, nesse tipo de abordagens, a escalada (desde a escalada da utilização dos produtos, até à escalada psicológica da solidão) pode ser considerada como uma espécie de causalidade eficiente, não apenas na determinação do percurso de consumo, mas também, por via dele, da trajectória de vida do sujeito, pois, como afirma Agra (1995, p.56) na análise crítica que faz a este conceito: “a ideia de «escalada» supõe um absoluto determinismo na mudança de um estado a outro do indivíduo sob o efeito de substâncias psicoactivas que se sucedem no tempo segundo uma ordem de tipo escalar. Entre as drogas ditas «leves» e «duras» existirá uma relação de sucessão necessária: iniciado o contacto com as primeiras é dada como certa a passagem para as duras num movimento de progressiva, rápida e imparável aceleração”

Em síntese, na vertente balística, o indivíduo que, na sua trajectória de vida se cruza com uma droga, esta indica-lhe o caminho a seguir que ele percorre com os olhos fixados nela. A droga constitui-se, pois, como o atractor maior (senão o único) da sua vida.

A esta perspectiva (que talvez possamos designar por substancialização do percurso de consumo) opõe-se a abordagem do consumo de drogas como um itinerário ou carreira, que, desde logo, relativiza e secundariza a importância das características farmacodinâmicas das substâncias psicoactivas para a interpretação e compreensão desse percurso. Suporta essa posição em várias investigações de carácter empírico e teórico-dedutivo como os primeiros estudos da etnologia das drogas. De facto, há mais de 50 anos, essas investigações revelaram que os efeitos das drogas não dependem apenas do princípio activo da substância, mas também do *setting*. Sublinharam, ao mesmo tempo, o papel das expectativas e dos estereótipos sócio-culturais na produção do efeito. O mesmo, aliás, viria alguns anos depois a ser referido por Becker (1977, p.182): “quando uma pessoa ingere uma droga, a sua experiência subsequente é

influenciada pelas suas ideias e crenças sobre aquela droga. O que ela sabe sobre a droga influencia a maneira como ela a usa, a maneira como ela interpreta os seus efeitos múltiplos e responde a eles, e a maneira como ela lida com as consequências da experiência”.

O que estas observações permitem pensar é que são múltiplas e diversas as possibilidades de relacionamento de um indivíduo com uma ou várias substâncias psicoactivas. Como também serão diferentes as trajectórias de consumo que daí resultarão²¹: algumas terminam no estado de “fusão psico-química”²²; outras chegam aos consumos ocasionais e/ou de fim-de-semana; outras ainda ficam no estado de dependência, já que, como refere Fernandes (1997, p.162), “consumir drogas não é ser toxicodependente, nem tão-pouco é ter necessariamente uma probabilidade muito dilatada de o vir a ser”. Não há, portanto (como pretende a teoria da escalada), uma só trajectória no uso desviante das drogas.

Dar conta dessa diversidade é o que permite o conceito de carreira. Surgido inicialmente na sociologia do trabalho, o conceito de carreira foi depois aplicado, primeiro por Goffman e posteriormente por Becker, às carreiras desviantes na generalidade. Becker (1977, p.72) define-o como uma “sequência de movimentos de uma posição à outra, no sistema ocupacional, feitas por um indivíduo que opera naquele sistema.” Hughes (cit. in Schehr, 1999a, p.32), aplicando o conceito às actividades profissionais define-o da seguinte forma: “na sua dimensão objectiva, uma carreira compõe-se de uma série de estatutos e de empregos claramente definidos, de sucessão de posições, de realizações, de responsabilidade e mesmo de aventuras. Na sua dimensão subjectiva, uma carreira é feita de transformações na perspectiva segundo a qual a

²¹ São várias as investigações empíricas que evidenciam essa diversidade de trajectórias do uso desviante de drogas. Por exemplo, Jaime Funés e Oriol Romani (1985, p.41), a propósito do estudo que realizaram com ex-heroinómanos, referem o seguinte “pese embora a unificação que o consumo de heroína podia ter produzido em todos eles não podíamos esconder a sensação de estar somando peras com maçãs e não só indivíduos diferentes cada um com as suas próprias idiossincrasias”.

²² Agra (1996, p.104) descreve assim este estado na trajectória de consumo “mais que instrumental, procura do prazer, o consumo de drogas ganha agora sentido «substancial». A vida neste tipo de toxicodependência, é feita, não só para as substâncias psicoactivas, mas de substâncias (...) um indivíduo consumidor de drogas foi dito «toxicodependente», agora é feito. Ele próprio crê não poder ser outro senão «toxicodependente» ”

pessoa percebe a sua existência como uma totalidade e interpreta a sua significação das suas diversas características e acções assim como tudo aquilo que lhe acontece”. Faupel, por seu turno, aplicando o conceito ao uso desviante de drogas, define-o “como o conjunto de estatutos, papéis e actividades significativamente relacionadas, em redor das quais o sujeito organiza alguns aspectos da sua vida”.

Assim, perspectivar o consumo de drogas como um itinerário ou carreira, para além de permitir constatar e analisar os diferentes usos que o mesmo indivíduo, ou indivíduos diferentes, fazem de uma ou de várias substâncias (e, dessa forma, perceber em que parte do percurso o seu consumo pode tornar-se problemático), evidencia também a influência do contexto (micro e macrosociológico) na organização e configuração do percurso de uso de drogas. Diga-se, de resto, que tomar o contexto como uma das macro-variáveis para a explicação do consumo de drogas é, afinal, aplicar a já estafada (de tão propagandeada) lei do efeito. É também reconhecer o papel ou função que as substâncias psicoactivas (a algumas das quais chamamos drogas) desempenham nesse contexto. É ainda admitir que é através dele que o uso de drogas adquire um significado simbólico e social na vida dos indivíduos.

Por outro lado, o que os estudos sobre os itinerários ou carreiras dos consumidores de drogas revelam é que eles não deixaram, por isso, de ser actores sociais. Pelo contrário, movem-se em espaços densos de sociabilidades, procuram e conseguem normalidades, gerem a sua vida, umas vezes na e para a droga e muitas outras fora dela. Dito de outra maneira, a carreira de consumidor de drogas não é só feita de e para a droga, mas também de actividades convencionais (como, por exemplo, ter um trabalho formal e regular), como, aliás, têm revelado vários estudos, de natureza etnográfica, sobre as drogas e as toxicodependências. É o que, por exemplo, nos diz Faupel (1991, p.43): “de facto, a maioria destes dependentes relatam que, ao longo da maior parte do seu percurso como consumidores de drogas, passaram bastante mais tempo em

actividades convencionais do que em papéis desviantes ou ilegais”. Enfim, às vezes desenvolvem os dois tipos de actividades (o que, diga-se, não é nada fácil) como um dos entrevistados de Faupel (op.cit., p.43) que “durante este período trabalhou como vendedor num pronto-a-vestir para homens, traficava e consumia drogas e era chulo nas horas vagas”.

Em síntese, quando analisada como itinerário ou carreira, a trajectória do consumo de drogas não é simples nem linear e, muito menos, redutível a uma interacção, feita em circuito fechado, entre uma substância com as suas propriedades farmacológicas e um indivíduo com as suas patologias psicológicas ou sociais. Pelo contrário, ela revela-se complexa e pluridireccional, com possibilidades de múltiplas bifurcações, e, tantas vezes, auto-reversível, como é o caso da saída da carreira de consumo por maturação (o que implica um certo rito de passagem, à maneira do que acontece com a reforma nas carreiras profissionais) ou por exaustão (devido aos obstáculos e dificuldades na manutenção do seu estilo de vida). É também uma trajectória que adquire sentido e significado por relação às outras trajectórias que o indivíduo percorre noutras esferas ou domínios da sua vida.

2.2 – CONTINGÊNCIAS DE CARREIRA. O TRABALHO COMO CONTINGÊNCIA DE CARREIRA DE USO DE DROGAS

Qualquer carreira, convencional ou desviante, tem carácter temporário. Significa, portanto, que tem um início, um período de desenvolvimento e também um fim. Quer a sociologia do trabalho (onde surgiu o conceito de carreira) quer a sociologia da desviância (para onde foi importado) têm dedicado grandes esforços à construção de formulações teórico-conceptuais que ajudem a dar conta desse processo.

É este o caso, com efeito, do conceito de “contingência de carreira”. Utilizado primeiro na sociologia do trabalho, para descrever e analisar o sucesso nos percursos profissionais, viria a ser aplicado por Becker ao estudo das carreiras desviantes, tendo sido por ele definido como “aqueles factores dos quais depende a mobilidade de uma posição à outra. As contingências de carreira incluem, tanto factos objectivos da estrutura social quanto mudanças nas perspectivas, motivações e desejos dos indivíduos” (Becker, 1977, p.72). Acrescenta que o conceito é útil para a compreensão das carreiras desviantes, não apenas porque permite identificar e descrever os factores em função dos quais se desenvolvem²³, mas também aqueles que evitam ou impedem a passagem para estados mais avançados da carreira. “Assim, por exemplo, estudos de delinquentes que não se tornaram criminosos adultos podem ensinar-nos muito mais do que estudos de delinquentes que progrediram no crime” (op.cit., p.60).

Na carreira de uso desviante das drogas é particularmente evidente e importante o papel das contingências. Foi, aliás, a partir da análise do comportamento dos fumadores de marijuana que Becker construiu o modelo sequencial (com várias contingências que intervêm em momentos diferentes do percurso) da desviância, pois “ao explicar o caso da marijuana por um indivíduo (...) devemos lidar com uma sequência de passos, mudanças, no comportamento e nas perspectivas do indivíduo para compreender o fenómeno (Becker, 1977, p.71). É também isso que têm sublinhado vários estudos das drogas de carácter etnográfico.

Faupel, por exemplo, considera que o percurso dos consumidores de heroína é profundamente afectado por factores objectivos da estrutura social e refere que no seu estudo

²³ A etiquetagem (Labelling) do indivíduo que violou a regra constitui para Becker um factor decisivo, uma contingência essencial no desenvolvimento da carreira desviante, pois, para o autor “um dos passos mais cruciais no processo de construir um padrão estável de comportamento desviante é, provavelmente, a experiência de ser apanhado e publicamente rotulado como desviante” (Becker, op cit. p.78). Nessa perspectiva, “o desvio não é uma qualidade do acto que a pessoa comete, mas a consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um «transgressor». O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal” (op. cit., p. 60).

“surgiram duas contingências completamente distintas que são particularmente significativas na percepção da direcção do percurso” (Faupel, 1991, p.38). Uma dessas contingências é a disponibilidade de droga, definida como “todas as eventualidades que tornam possível a inserção de uma quantidade de droga no organismo de alguém” (op.cit., p.38). Os consumos, e mesmo os padrões de consumo, seriam fortemente condicionados pela disponibilidade de drogas, que pode ser alta ou baixa, dependendo do êxito das estratégias desenvolvidas pelos consumidores para tornar a heroína mais acessível, quer seja pelo acréscimo de rendimentos (recorrendo ao tráfico de drogas, por exemplo, ou fazendo “biscates”, normalmente pagos à peça ou ao dia); quer seja por via da redução de custos (adquirindo o produto por grosso, por exemplo); quer seja, ainda, através da aprendizagem e refinamento das técnicas de uso (como seria o caso de alguém que aprende a injectar-se a si próprio). A estrutura de vida que para Faupel “pode ser entendida como a representação do grau de estabilidade do estilo de vida de um indivíduo” (op.cit., p.44) é, para este autor outra contingência de carreira de consumo de heroína. Assim, para além de alterações que podem ocorrer no estilo de vida específico dos consumidores – como, por exemplo, as mudanças verificadas no mercado das drogas, ou, tão-só, o desaparecimento de um dealer – são fundamentalmente as rupturas na estrutura mais geral e convencional de vida (de que são exemplos, a morte de um familiar próximo, a perda do emprego, situações de divórcio, etc.) que frequentemente têm consequências profundas “na natureza e extensão do consumo de heroína do sujeito” (op.cit., p.45).

De que modo e em que medida o trabalho, designadamente na forma como se encontra hoje organizado e pelas contradições que evidencia (ver capítulo I), pode ele também constituir uma contingência de carreira do uso de drogas?

Quando olhada nesta perspectiva, a literatura científica sobre drogas refere-se frequentemente ao trabalho como contingência inicial. Dito de outra maneira, temas como a

precariedade do trabalho; os baixos salários (sobretudo se comparados com os rendimentos proporcionados pelo tráfico de drogas); as condições físicas de exercício profissional e as questões psico-sociais associadas à situação de desemprego, entre outras, são frequentemente referidos como factores que favorecem o início de uma carreira de consumo de drogas. Esta forma de conceber as relações entre trabalho e drogas está presente desde os finais do século XIX, com a expansão das sociedades industriais. É também nessa altura, como é sabido, que o consumo de produtos psicotrópicos começa a ser considerado um problema social e sanitário, primeiro, e depois tornado objecto científico.

É nessa época histórica, com efeito, que proliferam os estudos sobre o alcoolismo na classe operária, que frequentemente concluem que as condições de trabalho e de vida conduzem a comportamentos de alienação, de que o abuso de álcool e a toxicomania em geral são a sua máxima expressão. É nesse sentido também que aponta um estudo citado por Bachmann e Coppel (1989, p.472), realizado em 1935 pela Organização Internacional do Trabalho que afirma: “se o hábito de fumar ópio influi sobre as condições de existência e do trabalho, ele é em grande medida determinado por essas condições. É entre os trabalhadores empregados em ocupações mais penosas que este hábito pernicioso está mais difundido”.

Refira-se, entretanto, que o tema da alienação associado às condições de vida (decorrentes, em larga medida, das condições de trabalho proporcionadas pelo modo de produção capitalista) está presente em muitas outras investigações, mais recentes, sobre o fenómeno das drogas. Podem servir-nos de exemplo os trabalhos de Dubet, nomeadamente em *La Galère* (1987), pois, como afirma Macquet (1994, p.18), “é igualmente este esquema geral de alienação que utiliza François Dubet para explicar a toxicomania dos jovens franceses saídos dos meios populares”. Em certa medida, é também esse o caso dos trabalhos etnográficos das drogas realizados por Philippe Bourgois (2001), já que para este autor, e como afirma Ogien (2000,

p.54), “o abuso de drogas é um epifenómeno que reflecte as dinâmicas de marginalização e de alienação sociais inerentes ao estado contemporâneo de produção capitalista”.

Noutras investigações, a relação do trabalho com o consumo de drogas surge como uma relação mais dinâmica, podendo, por isso, o trabalho ser considerado uma contingência de desenvolvimento. Este tipo de relação pode ser ilustrado com o exemplo apresentado por Becker (1997, p.81): “ embora os efeitos das drogas derivadas do ópio possam não prejudicar a capacidade de trabalho de uma pessoa, o facto de ser conhecido como dependente provavelmente levá-la-á a perder o emprego (...) o dependente em drogas vê-se forçado a outros tipos ilegítimos de actividades como a extorsão e o roubo pela recusa de empregadores respeitáveis em tê-lo por perto”. Na mesma linha, mas com resultados de sentido diferente, a investigação realizada na Catalunha pela equipa de Pallarez Gomez, sobre as trajectórias de vida de consumidores e ex-consumidores de heroína, conclui (tal como outros estudos etnográficos já o haviam feito)²⁴ que “há uma parte importante da amostra que trabalhou sempre de forma estável, facto que reforçou a sua normalidade e dificultou a sua identificação com a forma de vida de Junkie” (Gomez, 1996, p.100). Por seu turno, Jaime Funés e Oriol Romani, na investigação que já referimos no ponto anterior, constata também que muitos dos consumidores de heroína, cujas histórias de vida analisaram, nunca deixaram de ter uma actividade laboral legal. Sublinham, no entanto, que determinados tipos de trabalho, pela sua natureza e condições objectivas de realização, funcionam “como favorecedores de desenvolvimento de relação com as drogas” (Funés e Romani, 1985, p.84).

Outras investigações ainda, contrariando a tese do senso comum, segundo o qual “eles drogam-se porque não trabalham” evidenciam que o consumo de drogas pode jogar um papel de

²⁴ A relação entre consumo de heroína e trabalho tem sido objecto de várias referências. Assim, por exemplo, Alain Ehrenberg (1995, p.129) refere que “o doutor Marc Reisinger indica que teve numerosos contactos com populações de toxicómanos adultos que utilizam a heroína para se dopar e fazer face a uma vida profissional muito competitiva”.

manutenção do emprego e do trabalho. É nesse sentido que apontam, por exemplo, os trabalhos de Ingold e Toussirt sobre o consumo de cannabis em França, pois, segundo os autores (1998, p.49), “não é raro que os consumidores de cannabis consumam para trabalhar ou enquanto trabalham” e também o de Fernandes e Carvalho sobre os consumos problemáticos de drogas, no que designam por zona down e zona up, sendo que, nesta última os actores “consomem para poder trabalhar (a cocaína nos mundos artísticos, ...)” (2003, p.134).

Em resumo, a relação entre drogas e trabalho tem merecido algumas referências, ainda que dispersas e pouco aprofundadas, por parte do discurso científico das drogas. Essas referências reportam-se, as mais das vezes, à fase inicial e ao período de desenvolvimento da carreira de consumo. No entanto, e de acordo com o que nos foi possível apurar na revisão bibliográfica que efectuamos, escasseiam dados e reflexões sobre, por exemplo, as relações droga/trabalho no processo de saída da carreira do uso desviante de drogas.

PARTE B

ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III

ESTRATÉGIA DE CONHECIMENTO: ASSIM FOI O MÉTODO

1 – ABORDAGEM QUALITATIVA/INTERPRETATIVA

Ao designar este capítulo por estratégia de conhecimento, quisemos, desde logo, anunciar a perspectiva teórico-epistemológica, que adoptamos neste estudo. A noção de estratégia, com efeito, remete para a ideia de “álea”, quer dizer, o aleatório, o incompletamente determinado, o contraditório, o complexo. E é próprio da acção humana ser complexa e fundamentalmente indeterminada, desde logo porque nela intervêm as significações e o sentido que o sujeito confere aos seus actos. O comportamento humano é, pois, dotado de sentido. Mais do que um comportamento, é um comportamento com sentido, é uma conduta.

Ao perspectivar assim o homem e a acção humana aproximamo-nos das teses defendidas pelo interaccionismo simbólico e pela teoria do actor social. Importa, por isso, fazer-lhes uma breve referência, ainda que só para explicitar as suas premissas e tornar claros os seus núcleos conceptuais.

Herbert Blumer, no ensaio, *Symbolic Interactionism Perspective and Methods*, publicado pela primeira vez em 1969, após fazer referência a um conjunto de autores norte-americanos, como George Herbert Mead, John Dewey, W.I.Thomas, Robert Park, Florian Znaniecki e Louis Wirth, entre outros, afirma que o termo interaccionismo simbólico (que criou) é uma perspectiva acerca da vida dos grupos humanos e do comportamento do homem. Essa perspectiva assenta em três premissas básicas que configuram a natureza da interacção simbólica e que Blumer (s/d, p.2) define assim: “a primeira é que o ser humano orienta os seus actos face às coisas em função do que estas significam para ele (...), a segunda premissa é que o significado dessa coisa deriva de, ou surge, como consequência da interacção social que cada um mantém com o próximo. A terceira é que os significados se manipulam e modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao confrontar-se com as coisas que vai encontrando no seu caminho”.

Estas premissas, e os desenvolvimentos teóricos que permitem, para além de surgirem como crítica às teses das correntes dominantes na psicologia e na sociologia²⁵, têm também, e consequentemente, importantes consequências metodológicas, desde logo, no que se refere ao recorte do objecto de análise. Assim, do efeito conjugado destas três premissas resulta que o objecto de investigação das ciências sociais e humanas é, nesta perspectiva, não o comportamento mas, a acção que, incluindo o comportamento físico, se interessa sobretudo pelos significados que lhe atribui o actor e aqueles que com ele interagem. Consumir drogas, por exemplo, mais do que um comportamento de um indivíduo com as suas características biopsicossociais, é uma conduta, na qual intervêm as negociações simbólicas e o significado que daí resulta para o indivíduo, mas também para os grupos e contextos sociais nos quais actua. Da mesma maneira, trabalhar ou estar desempregado, não depende apenas de factores externos ao indivíduo (como, por exemplo, as condições do mercado de trabalho) mas sobretudo do significado e sentido que ele atribui ao acto de trabalhar e de não trabalhar.

Ou seja, a acção humana é, segundo o interaccionismo simbólico, uma interacção que se organiza e produz através da interpretação dos mundos da intersubjectividade. Blumer (s/d, p.6) diz-nos a esse propósito o seguinte: “as pessoas vêm-se necessariamente obrigadas a ter em conta os actos alheios no momento de realizar os seus próprios. A execução de tais actos implica um duplo processo: o de indicar aos outros o modo como devem actuar e o de interpretar as indicações alheias”.

²⁵ Essa crítica refere-se, desde logo, à tendência dominante, quer na psicologia, quer na sociologia para conceber e explicar o comportamento humano como o produto ou resultado da influência de diversos factores. “Assim, os psicólogos atribuem determinada forma ou exemplo do comportamento humano a factores tais como estímulos, atitudes, motivações conscientes ou inconscientes, diversos tipos de input psicológico, percepção e conhecimento, e outros aspectos de organização pessoal. De modo idêntico, os sociólogos baseiam as suas explicações noutros factores, como a posição social exigências do status, papeis sociais, perceptos culturais, normas e valores, pressão do meio e pertença a grupos” (Blumer, s/d, p.2)

Salientemos, ainda, a propósito das implicações metodológicas do interaccionismo simbólico, que o comportamento de alguém não pode ser descrito e muito menos explicado pelas suas manifestações exteriores e objectivas, já que, o comportamento se organiza na base de significações e veicula um sentido. E “o acesso que podemos ter ao sentido só pode fazer-se através do discurso do actor sobre as suas acções, não está inscrito na acção em si mesma” (Fernandes, 1997, p.91).

Se a perspectiva interaccionista nos encoraja a adoptar uma abordagem interpretativa, a teoria do actor social avisa-nos das insuficiências e mesmo dos perigos que representa o paradigma positivista e racionalista quando se trata de analisar e interpretar o comportamento e a acção humana. Com efeito, o que esta teoria (de que Herbert Mead é considerado o seu mais antigo fundador - depois seguido por outros teóricos como Touraine e Crozier - e também tido como o inspirador da corrente interaccionista) sublinha é a impossibilidade de explicar a acção humana através da causalidade elementar e determinística, que faria do indivíduo não um actor, mas um ser agido por factores de ordem psicológica, ou de ordem sociológica, ou de ambos os tipos. Ao contrário, e mesmo que o indivíduo não seja considerado inteiramente livre, “na medida em que é portador de um ponto de vista próprio que depende da posição que ocupa no sistema social, da história que foi a sua e dos projectos em torno dos quais se organiza a sua actividade” (Digneffe, 1995, p.205), ele é considerado um ser activo e complexo. Activo, porque define e organiza estratégias que contribuem para realizar um projecto de vida e de existência que é o seu. Complexo porque a sua acção não é apenas o resultado dos mecanismos próprios do esquema estímulo – resposta, já que, e como refere Manita (1998, p.281), “os estudos psicológicos revelaram já a existência de variáveis intermédias situadas entre o que habitualmente é designado por estímulo e o que é designado como resposta, contexto no qual as

dimensões cognitivas adquirem um papel fundamental, ao nível da construção de significados para as situações, estímulos e acções a realizar”.

Feitas estas breves considerações de natureza teórica acerca do homem e da acção humana, e se é verdade que o método deve ajustar-se às especificidades e exigências do objecto, estaria fundamentada a nossa opção por uma abordagem de carácter qualitativo ou interpretativo para estudar as relações entre trabalho e consumo de drogas, tanto mais que se trata de dois fenómenos com as suas lógicas e sentido próprios e envoltos em grande complexidade, como pensamos ter evidenciado ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Mesmo assim, parece-nos necessário, situar esta nossa opção por referência a um dos mais importantes temas de debate que atravessam hoje as ciências e a investigação científica.

Trata-se do papel, da subjectividade na investigação científica, bem como à relação entre o sujeito que conhece e o objecto de conhecimento. Refira-se, aliás, que foram estes temas que estiveram no centro do debate sobre a necessidade de conferir um estatuto epistemológico próprio às ciências sociais e humanas. Gadamer (1998, p.11) por exemplo diz, que “as ciências humanas adquirem assim uma valência «ontológica» que não pode deixar de ter repercussões sobre a sua concepção metodológica (...) as ciências humanas estão mais próximas da compreensão que o homem possui de si mesmo do que as ciências da natureza. A objectividade destas deixa de ser o ideal de um conhecimento sem equívoco e necessário”. A reivindicação de um saber autónomo para as ciências humanas surge numa altura em que o paradigma positivista (nomotético e objectivista) se impõe como racionalidade científica dominante e em que “as ciências humanas estão fascinadas pelo desenvolvimento das ciências «duras». O sucesso que observamos na física, na química, etc., torna-se urgente transportá-lo para a ordem do pensamento humano.” (Maffesoli, s/d, p.37).

Mesmo que ainda se mantenha, este debate está hoje bem mais relativizado, devido, além do mais, à reflexão surgida no interior das chamadas ciências naturais (nomeadamente, na física, na química, na biologia, na astrofísica, etc.). De facto, e sobretudo a partir da segunda década do último século, essas áreas do saber colocaram em causa grande parte, senão a totalidade, dos pressupostos do paradigma positivista. O princípio da incerteza de Heisenberg, mas também as investigações de Bohr, por exemplo, ao demonstrarem que não é possível observar ou medir um objecto sem o alterar, vieram colocar irremediavelmente em causa o princípio da objectividade do conhecimento, que, como é sabido, constitui um dos principais pilares do paradigma positivista e racionalista. Demonstraram, ao contrário, que todo o conhecimento tem a marca daquele que conhece, e é contextualizado, é local, diz Boaventura de Sousa Santos (1987, p.46).

Enfim, este debate que se instalou no seio das ditas ciências “duras”, levou, se não à emergência, pelos menos à consolidação de um novo paradigma de investigação, designado de interpretativo, hermenêutico ou construtivista, que “defende que os dados obtidos através dos diferentes tipos de metodologias, não são descrições de uma dada realidade, ou «verdade» objectiva, mas antes construções significativas resultantes da interacção entre o investigador, suas opções teóricas, epistemológicas, metodológicas (e mesmo sócio-culturais, políticas, ideológicas) e todos os actores envolvidos directa ou indirectamente nesse processo” (Manita, 1998, p.341).

Quanto à influência que este novo paradigma poderá vir a ter nas ciências sociais e humanas, contentemo-nos por agora em constatar com Maffesoli (s/d, p.38) que “é bom que o desenvolvimento contemporâneo das ciências «duras» nos obrigue a maior modéstia. E é divertido verificar que também aqui os protagonistas das ciências humanas vão estar em atraso”. Atraso esse, acrescentamos nós, manifestado, além do mais, na constatação e consideração do que para muitos teóricos do conhecimento é já hoje uma evidência: que não podemos continuar a

separar a ciência e a ética (Agra, 1996) e que é necessário e possível uma “ciência com consciência” (Morin, 1982) e um conhecimento prudente para uma vida decente (Sousa Santos, 1987, p.37)

1.1 – OBJECTO E OBJECTIVOS

A opção de estudar um tema ou objecto não é, certamente, um acto espontâneo e, muito menos, casual. É antes, parece-nos, o culminar de um processo sustentado em múltiplas e variadas razões e factores, desde os que se prendem com a sensibilidade pessoal, isto é, com a história e percurso de vida do investigador, até às razões de índole teórica e epistemológica. No nosso caso, aprendiz de investigador, descontada a sensibilidade pessoal, a decisão de estudar as relações entre o percurso laboral e o trajecto de consumo de drogas resultou, pelo menos, de dois tipos de razões.

No decorrer do nosso já longo percurso profissional, tivemos a oportunidade de acompanhar, em meio natural, não institucionalizado, o percurso de vida de muitos consumidores de drogas ilícitas. Observamos então que o trabalho e a actividade profissional pareciam constituir uma dimensão importante desses percursos. Se uns consumiam nas horas vagas, ou seja, depois do trabalho ou nos intervalos para almoço, adaptando assim o consumo às condições de trabalho (horários, rendimentos, tipo de actividade, etc.), outros adaptavam o trabalho ao consumo. Faziam incursões breves no mercado de trabalho quando outras fontes de financiamento do consumo falhavam ou quando era necessário “aliviar” o ambiente pesado que se vivia no seio da família ou precisavam de descansar um pouco do consumo (consumir drogas é uma vida “dura”, sobretudo quando se trata de drogas duras) e, mais frequentemente ainda, quando era necessário despistar um dealer, a quem se devia dinheiro ou a polícia que

desconfiava de tanto dinheiro (proveniente da actividade de tráfico) para quem estava desempregado. Ou seja, as drogas e o trabalho parecem desdobrar-se em múltiplos e variados relacionamentos na vida dos indivíduos, desde os que começam a consumir quando começam a trabalhar, até aos que deixam de trabalhar quando começam a consumir.

Nesta visão, digamos, “impressionista” pareceu-nos, portanto, que o consumo de drogas estaria, de uma ou outra forma, associado ao trabalho e à actividade profissional e que esta última poderia dar indicações importantes para compreender a forma como se organiza e estrutura o percurso de consumo de substâncias psicoactivas.

Curiosamente, quando iniciamos, na parte curricular do mestrado, as nossas leituras sobre drogas constatamos que eram praticamente inexistentes os estudos que tinham por objectivo central esclarecer esta relação. De facto, para além de alguns trabalhos, realizados para obtenção de um grau académico, sobretudo mestrado, que definiram como objecto o consumo de drogas em meio laboral (e que quase sempre concluíram que o consumo de drogas influencia negativamente a prestação profissional, quer ao nível da assiduidade, quer sobretudo no que se refere à produtividade, e que quase sempre leva a situações de desemprego)²⁶, a relação entre trabalho e drogas não constituiu até agora, de um modo explícito, preocupação da comunidade científica, quer da especializada em drogas, quer da especializada em trabalho. Note-se, contudo, que, sobretudo a partir do início dos anos 90 do último século, um conjunto de especialistas têm vindo a identificar a falta de investigação neste domínio como uma das lacunas do saber sobre drogas. É esse o caso, com efeito, de Albert Ogien e Monique Weinberger (1992, p.27) que

²⁶ A par de uma versão do senso comum, mas também do senso comum especializado, segundo a qual “eles drogam-se porque não trabalham” esse tipo de estudos parecem contribuir para confirmar uma outra versão, igualmente frequente, segundo a qual “eles não trabalham porque se drogam”. A estas duas versões, poderíamos nós acrescentar uma outra, talvez igualmente plausível, ou seja “eles trabalham porque se drogam”, pois é possível reunir evidência empírica que revela que para alguns indivíduos o trabalho é uma forma de gerir e manter o consumo de drogas.

colocam a seguinte questão: “ que relação se pode estabelecer entre situação de emprego, reestruturação do mercado de trabalho e desenvolvimento das toxicomanias?”.

A conjugação destas duas razões: (1) Constatação ao nível empírico da associação significativa entre consumo de drogas e trabalho e (2) Ausência de estudos e investigação sobre este tema, levou-nos a definir como objectivo genérico deste estudo a relação entre trajectórias laborais e trajectórias de consumo de drogas ilegais. Era necessário, no entanto, precisar os contornos dessa relação e definir níveis possíveis de análise. Foi isso o que procuramos fazer, quer através de conversas informais, exploratórias/prévias que mantivemos com alguns consumidores de drogas, quer pela revisão bibliográfica a que procedemos sobre os dois fenómenos, trabalho e drogas.

Dessa revisão bibliográfica já demos conta no primeiro capítulo. Mesmo assim, importa sublinhar agora que se trata de dois fenómenos que não são naturalmente dados, mas antes construções histórico-sociais, cujas configurações e representações têm vindo a mudar nas últimas décadas, sobretudo a partir dos finais dos anos 60 do último século.

Desta forma, ao longo desta caminhada (e nunca será de mais dizer que é a caminhar que se trilha e faz o caminho...) fomos obtendo referências de natureza teórica, mas também empírica, que remetem para a importância da subjectividade e do sentido na organização e configuração de cada um desses percursos e na relação entre eles. Assim, o nosso objecto, na sua definição mais operacional, é a análise, das relações entre trajectórias laborais e trajectórias de consumo de drogas ilegais, considerando os factos e acontecimentos na procura das suas significações e sentidos para os sujeitos.

Nesta perspectiva, definiram-se três vectores orientadores iniciais (dizemos iniciais, porque admitimos que outros pudessem emergir ou longo do processo de investigação, pois o recorte que se faz de um objecto está sempre sujeito a retoques, pequenos ou grandes) para esta

investigação: (1) os processos de desenvolvimento e organização de cada um dos percursos, procurando identificar os pontos de encontro e desencontro entre eles. Importa, por exemplo, saber a posição temporal relativa de cada um dos fenómenos, ou seja o consumo de drogas percebido como problemático é anterior, posterior ou ocorre em simultâneo com o exercício de uma actividade profissional? (2) Perceber de que forma interagem, no trajecto de vida do sujeito as significações associadas ao trabalho e as significações associadas ao consumo de drogas. Importa perceber, por exemplo, em que fases das trajectórias as duas práticas se apresentam com carácter complementar (ex. posso e devo manter uma actividade profissional, mantendo o consumo de drogas?) ou de oposição (ex. se sou toxicodependente não posso ser trabalhador) e (3) identificar e caracterizar estratégias desenvolvidas pelos actores na relação entre as duas trajectórias. Será necessário perceber, por exemplo, se a procura activa de ocupação ou emprego resulta de alguma estratégia associada ao consumo de drogas, ou seja, se a obtenção de uma ocupação ou emprego tem como objectivo o abandono, a interrupção estratégica ou a manutenção dos consumos.

2 – ESTRATÉGIA DE RECOLHA DE DADOS

Identificadas e definidas, nas suas linhas essenciais, as questões que serviram de fio condutor a este estudo, impunha-se adoptar uma estratégia de recolha de dados adequada a esses objectivos. É disso que daremos conta de seguida, não sem antes referirmos que se essas questões “permitem definir o âmbito e foco da investigação” (Machado, 2000, p.354), e, dessa forma, orientar a selecção de participantes no estudo e análise dos dados, os dados assim recolhidos, depois de analisados, podem obrigar à reformulação dessas questões de partida.

2.1 – CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Nas abordagens qualitativas, o conceito de amostra possui uma conotação e significado, digamos, radicalmente diferente do que lhe é conferido nas abordagens mais tradicionais. Se, nestas últimas, o critério de amostragem é definido pela sua representatividade externa relativamente a um universo, nas primeiras o critério é o da sua significatividade interna por relação à dimensão da realidade que é objecto de estudo, ou, como refere Ruquoy (1995, p.103) “nesta óptica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar”. Assim, a escolha das pessoas que irão fazer parte do estudo não é feita de maneira aleatória, mas dirigida e intencional, de forma a encontrar os sujeitos que melhor informação podem fornecer sobre o fenómeno que se pretende estudar.

São várias as estratégias de amostragem para a selecção intencional de casos, como a escolha de casos extremos ou desviantes; o método da bola de neve ou em cadeia; a amostragem teórica, assim designada pelos autores da Grounded Theory, entre outras. No nosso caso, optamos por constituir uma amostra que reúne as condições da amostra selectiva que Leonard Schatzman, (cit.in Strauss 1987, p.39) define assim: “a amostragem selectiva refere-se à decisão calculada de tomar como amostra um local específico, ou um tipo de entrevistado, de acordo com uma série de dimensões pré-concebidas mas razoáveis (tais como tempo, espaço e identidade) que são delineadas à priori para um determinado estudo”.

Fizemos esta opção, devemos acrescentar, não apenas porque as condições objectivas de realização desta investigação (prazo para a sua conclusão, recursos disponíveis, etc.) nos levaram a não prosseguir a ideia inicial de trabalhar a partir de uma amostra teórica, tal como é definida pela Grounded Theory, nomeadamente pelo tempo exigido para a sua construção por fases (o

que poderá vir a ser feito para aprofundar alguns dados resultantes do presente estudo). Fizemo-lo, também, porque a literatura sobre os dois fenómenos em estudo (trabalho e drogas) nos permitiu identificar variáveis estratégicas (importantes para o nosso objectivo) ou seja, “as variáveis que, em função de reflexões teóricas e de estudos anteriores, se espera que desempenhem um papel importante no campo do problema estudado” (Michelat, cit. in Digneffe, 1995, p.213).

Assim, a selecção dos participantes foi feita, em primeiro lugar, em função das informações que estes poderiam fornecer sobre o fenómeno em estudo. Para isso, recorreu-se a testemunhos privilegiados (alguns deles técnicos - mas não só – que trabalham em instituições de apoio comunitário e social da cidade do Porto) com o objectivo de sinalizar indivíduos que tivessem percursos de consumo de drogas e de actividade profissional suficientemente densos e prolongados para que pudessem configurar o que nos manuais de metodologia qualitativa é frequentemente designado por “peritos experienciais”, ou seja, “aqueles que possuem sobre o fenómeno um conhecimento particular e aprofundado e que podem maximizar a informação que pretendemos recolher” (Machado, 2000, p.35).

Este primeiro critério foi razoavelmente conseguido, já que os sujeitos que foram escolhidos para fazer parte deste estudo apresentam, para o consumo de drogas, períodos situados entre os 7 e os 13 anos e para o trajecto profissional entre os 9 e os 23 anos. Para além de apresentarem percursos relativamente longos, quer de trabalho, quer de consumo de drogas, cada um dos sujeitos apresenta também percursos bastante diversificados. No que diz respeito ao trabalho, exceptuando um caso que relata apenas dois períodos ou fases profissionais, todos os outros referem pelo menos cinco, sendo que um deles refere dez. Embora sejam em menor número (já que há períodos em que se repete a actividade) regista-se, mesmo assim, uma considerável variedade de actividades profissionais desenvolvidas.

Quanto ao trajecto de consumo de drogas, embora as substâncias mais referidas sejam o cannabis, a heroína e a cocaína, há também referência a outras, como o ópio, a morfina, os alucinógenos, os “drunfos” e a metadona. Saliente-se ainda que as substâncias mais constantes ao longo do percurso de consumo de todos os sujeitos são a heroína e a cocaína.

Com o objectivo de proporcionar a apreciação e análise global dos aspectos a que sumariamente acabamos de fazer referência, apresentamos de seguida sinopses individuais dos trajectos profissionais e de consumo dos sujeitos da amostra.

MULHER

42 ANOS

I.C. Anos 70

PERCURSO LABORAL

IDADE	Actividade
30/31	Ajudante de Apoio Domiciliário a Idosos (IPSS) (x)
16/17	Cabeleireira
ANOS	1 2 3 4 5 6 7 8 9

(x) Actividade Valorizada mais positivamente

PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

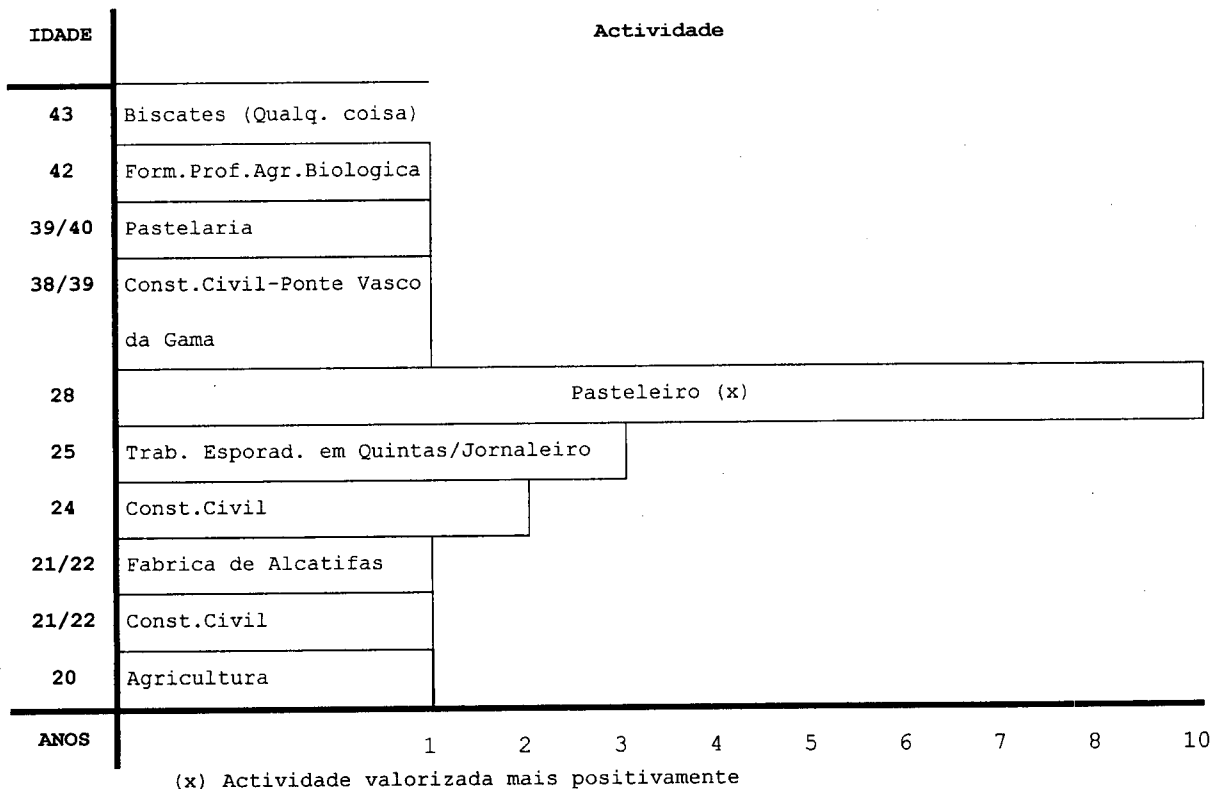
IDADE	SUBSTÂNCIA
25/26	Metadona
23	Heroína
18/19	Ópio, Morfina, Alucinogéneos, Heroína, Cocaína (Percepção da Dependência)
16/17	Cocaína
15	Cannabis

HOMEM

43 ANOS

I.C. Anos 70

PERCURSO LABORAL



PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

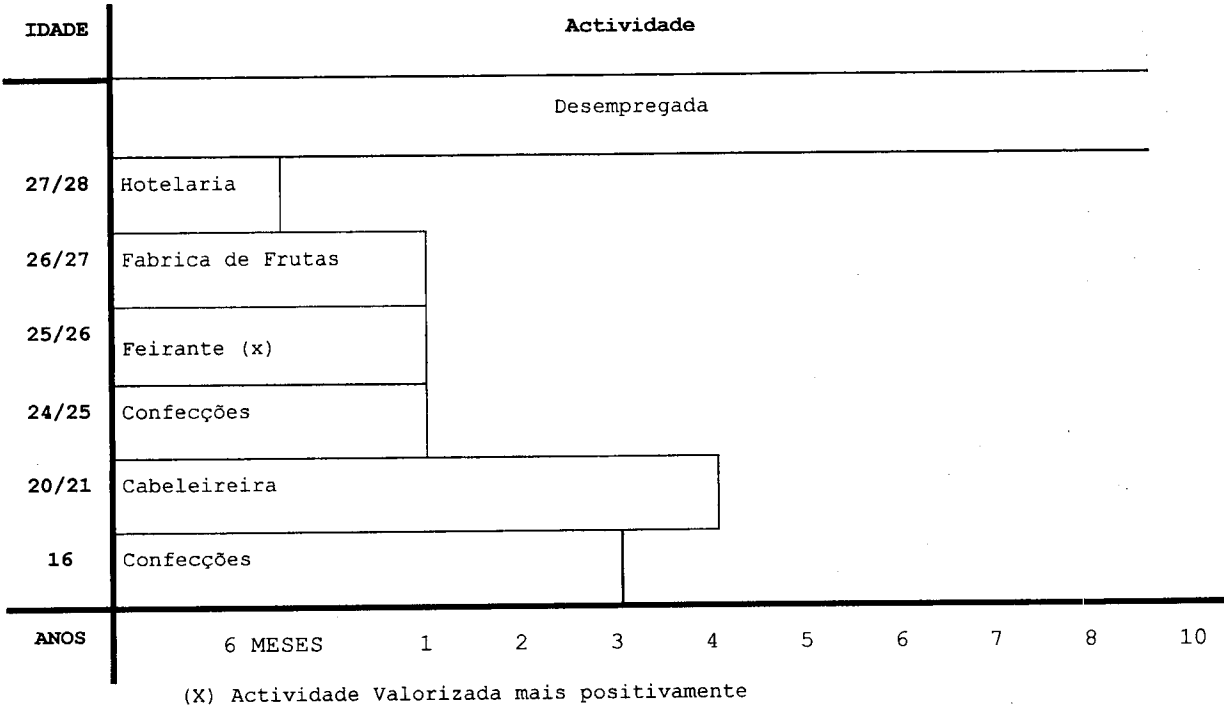
IDADE	SUBSTÂNCIA
36	Heroína (Percepção da Dependência)
27/28	Heroína
26/27	Cocaína
25/26	Heroína
24/25	Haxixe+ Pastilhas
15/16	Cannabis

MULHER

38 ANOS

I.C. Anos 80

PERCURSO LABORAL



PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

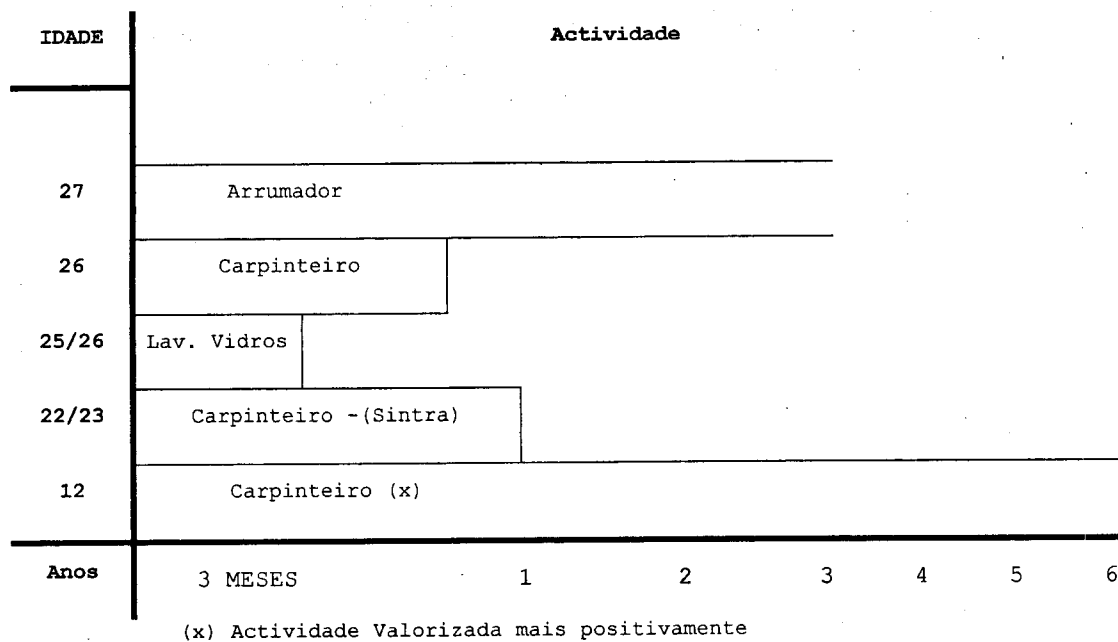
IDADE	SUBSTÂNCIA
35/36	Programa de Metadona
30/31	Cocaína
26/27	Heroína e Cocaína (Percepção da Dependência)
24/25	Heroína

HOMEM

32 ANOS

I.C. Anos 80

PERCURSO LABORAL



PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

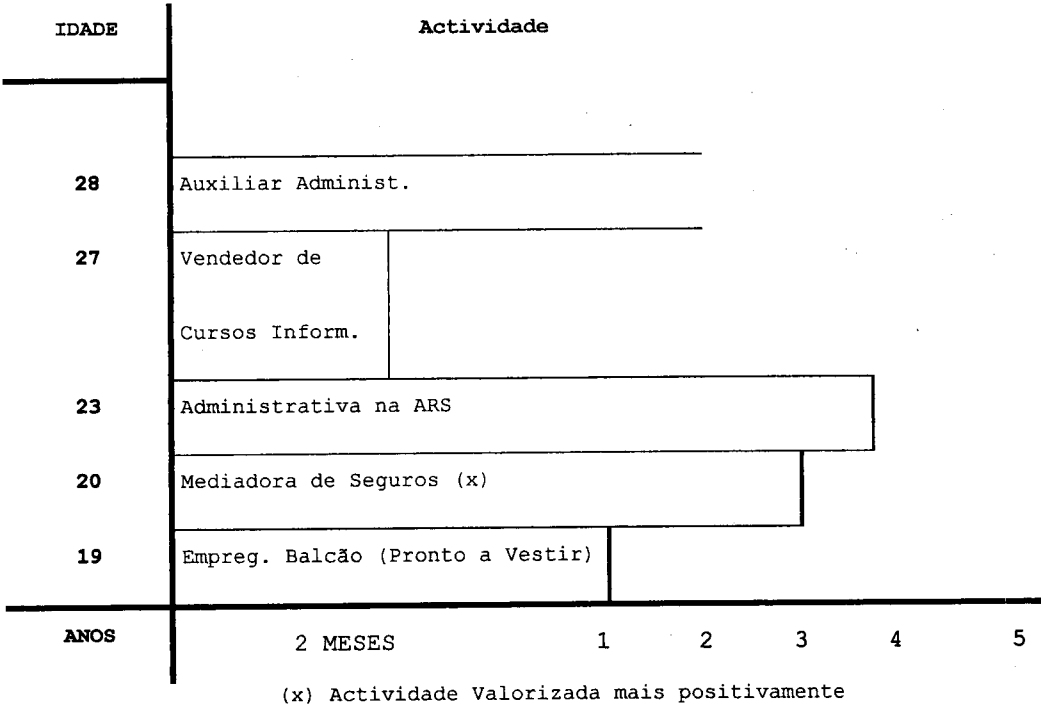
IDADE	SUBSTÂNCIA
22	Heroína (Percepção da Dependência)
20/21	Heroína - Cocaína
15	Cannabis

MULHER

30 ANOS

I.C. Anos 90

PERCURSO LABORAL



PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

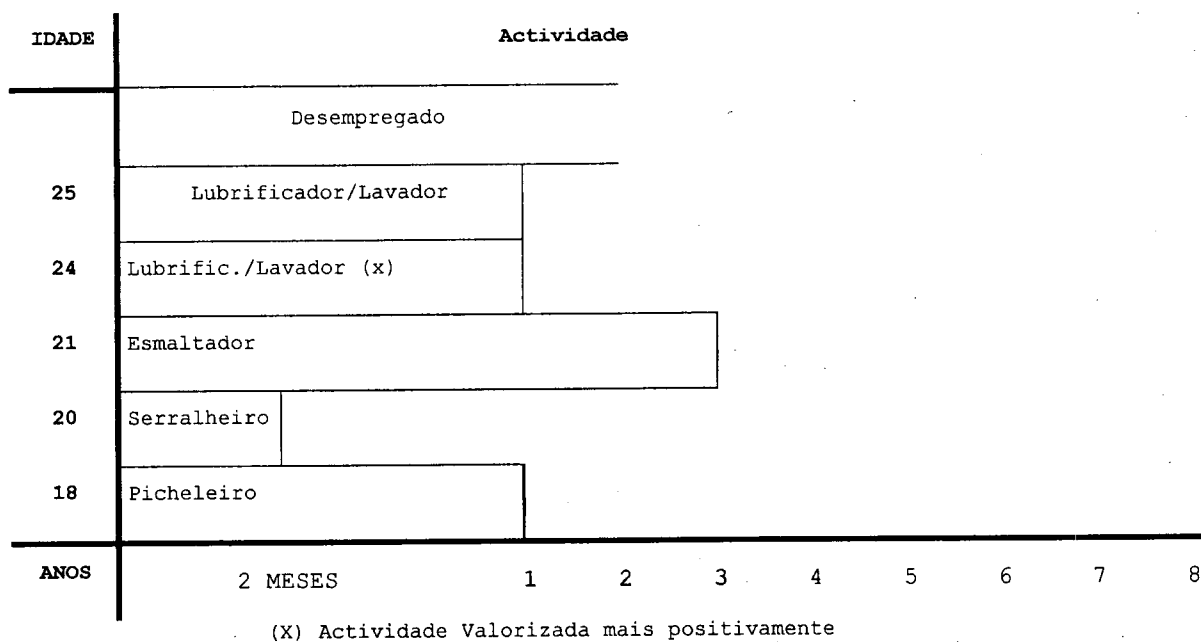
IDADE	SUBSTÂNCIA
26	Heroína (Percepção da Dependência)
25	Cocaína
15	Cannabis/Haxixe

HOMEM

27 ANOS

I.C. Anos 90

PERCURSO LABORAL



PERCURSO DE CONSUMO DE DROGAS

IDADE	SUBSTÂNCIA
26	Haxixe, Heroína
17	Cocaína
16	Heroína e "Drunfos" (Percepção da Dependência)
13	Cannabis - Haxixe

O critério da densidade dos percursos foi conjugado com outras duas variáveis discriminatórias ou estratégicas: o género e a década de início de consumo. Quanto à importância e pertinência da primeira (género), lembremos apenas que, no que diz respeito ao trabalho, sobretudo a partir do início da década de 70, se assistiu ao ingresso generalizado das mulheres no mercado de trabalho, sendo que os anos 90 são referidos por vários autores como a década da “feminização” do mercado de trabalho e das profissões. Quanto à década de início de consumo, o que ela nos permite é, além do mais, situar a influência do contexto sócio-cultural nos dois fenómenos em estudo.

Assim, e no que se refere ao trabalho, é reconhecido por todos os teóricos especialistas (De Coster, 1994; Schnapper, 1998; Gorz, 1991; Offe, 1992; Meda, 1999; Dubet, 1999; entre outros) que nas décadas de 70, 80 e 90 se registaram profundas transformações, quer no que diz respeito aos elementos objectivos de configuração do trabalho e do emprego (ver capítulo I) quer nas suas representações colectivas e individuais. Estas mesmas épocas são frequentemente referidas por vários autores (Comas, 1989; Funés e Romani, 1985; Gomez, 1996; entre outros) como períodos de mutações importantes no fenómeno das drogas, nomeadamente quanto “aos contextos culturais, às ideologias, aos hábitos de relação e até aos padrões de consumo” (Funés e Romani, 1985, p.41). Também Agra (1998), a partir do conceito de Plano de Significação Existencial (P.S.E) identifica quatro grandes períodos de transformação histórica do fenómeno droga: (1) fim dos anos 60 e início da década de 70, em que a droga é “invenção de si e do mundo”; (2) finais dos anos 70, em que a droga é “espectáculo de si e o consumo dos prazeres”; (3) anos 80, em que a droga é “o prazer do consumo” e, finalmente, (4) a partir da década de 80, em que a droga é “fusão psico-química”.

Desta forma, a amostra para este estudo é constituída por seis indivíduos, dois (um homem e uma mulher) por década (70, 80 e 90) de início de consumo, cujas características sócio-demográficas, existentes na altura em que foi realizado o estudo, damos conta no quadro seguinte:

AMOSTRA: GÉNERO E DÉCADA DE INÍCIO DE CONSUMO

Década de 70	Década de 80	Década de 90
1 Homem: 43 anos; Solteiro; residente em Barcelos; a frequentar curso de formação profissional	1 Homem: 32 anos; Solteiro; residente em Ramalde (Porto); Arrumador de Automóveis	1 Homem: 27 anos, Solteiro; residente na Foz do Douro (Porto); Desempregado
1 Mulher: 42 anos; Divorciada; residente na Sé (Porto); Empregada numa Instit. Particular de Solidariedade Social	1 Mulher: 38 anos; Viúva; residente em Lordelo do Ouro (Porto); Desempregada	1 Mulher: 30 anos; Solteira; residente em Campanha (Porto); Trabalhadora/Estudante do Ensino Superior; a trabalhar numa Autarquia

2.2 –RECOLHA DE DADOS: ENTREVISTA QUALITATIVA

Por referência à posição teórico-epistemológica que adoptámos neste estudo e ao recorte do objecto que efectuámos, utilizamos como técnica ou instrumento de recolha de informação a entrevista qualitativa, muitas vezes também designada por entrevista intensiva ou em profundidade. Independentemente da designação, o que individualiza este formato de entrevista, em termos metodológicos, é o facto de permitir “através da recolha de um conjunto de dados, de

saberes privados a construção do sentido social da conduta individual ou do grupo de referência desse indivíduo” (Alonso, 1999, p.228).

Na opção por este formato de entrevista, tivemos, também em conta que é o que melhor permite abordar aspectos específicos da vida de um indivíduo ou de um grupo, situando-os no contexto mais alargado da sua biografia. De facto, e ainda que o nosso objectivo fundamental esteja centrado em dois aspectos da vida dos nossos sujeitos (trabalho e consumo de drogas) a sua abordagem é feita tendo em conta a dimensão biográfica desses aspectos particulares.

Para a concretização da entrevista elaboramos previamente (sobretudo com base na revisão bibliográfica que efectuamos, mas tendo em conta também as indicações que obtivemos nas entrevistas exploratórias a que fizemos referência no ponto anterior) um guia (cf. anexo 1) que contempla cinco temas gerais a abordar: (1) situação ou forma de vida actual; (2) percursos e relações familiares; (3) percurso escolar; (4) percurso profissional e (5) percurso de consumo de drogas. Mesmo que cada um destes temas gerais inclua um conjunto diverso de assuntos ou questões a tratar, qualquer um desses assuntos ou sub-temas poderia ser abordado a propósito de qualquer um ou dos vários temas gerais.

O que se pretendeu, foi compreender os fenómenos a partir da perspectiva do informante, ou seja das associações factuais e conceptuais que estabelece no processo de construção de significados, ou como refere Machado (2000, p.359) citando Fontana e Frey, “a entrevista qualitativa denuncia as influências que sofreu dos métodos etnográficos, com o seu propósito de imersão na cultura dos participantes e de acesso ao modo como estes constroem significados”.

Além disso, e ainda que exista uma ordem e um tipo de formulação das perguntas, o modo e momento em que foram formuladas tiveram em conta as características e competências dos entrevistados, ou seja, a possibilidade de criarem o seu próprio espaço de narratividade, já que “o objectivo é criar uma relação dinâmica em que, pela sua própria lógica comunicativa se

vão abordando os temas de acordo com o tipo de sujeitos que entrevistamos” (Alonso, 1999, p.234).

Desta forma, foram realizadas (em meio natural, ou seja, no café, em casa dos entrevistados ou em casa do entrevistador) pelo autor da dissertação entrevistas (com duração variável entre uma e duas horas e meia) a seis indivíduos que, após lhes terem sido explicados os objectivos, deram o seu acordo em participar no estudo, tendo sido mais tarde contactados telefonicamente para nos informarem do dia, hora e local em que pretendiam realizar a entrevista. Confrontados com o pedido para se proceder à gravação da conversa, todos eles concordaram. Exceptuando um caso, em que a realização da entrevista registou sucessivos adiamentos, todas as restantes foram realizadas nas condições e prazos inicialmente acordados.

3 – PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para analisar as narrativas produzidas pelos sujeitos acerca dos seus trajectos laborais e de consumo de drogas ilegais, utilizamos a análise de conteúdo, mais precisamente, a análise categorial.

Assim, terminada a gravação das entrevistas procedemos à transcrição integral dos seus conteúdos. Optou-se, no entanto, por não transcrever alguns elementos discursivos, como silêncios, pausas, risos, por nos parecer que não eram pertinentes para os nossos objectivos.

Iniciamos, então, o trabalho de descoberta com a leitura, muitas vezes repetida, de cada uma das entrevistas. As primeiras leituras, “livres” e sem preocupações de sistematização, serviram-nos, fundamentalmente, para obtermos uma ideia genérica acerca do que cada sujeito

nos contou: os factos e os acontecimentos, mas também a forma como os interpretou e lhes conferiu sentido no desenrolar do fio (tantas vezes repleto de laços e nós) da sua vida. Após esta leitura de “impregnação”, e decorrido algum tempo, relemos os materiais, agora já com o objectivo de fazer um resumo dos principais temas abordados por cada um dos entrevistados. Simultaneamente fomos registando algumas ideias e hipóteses interpretativas que foram surgindo no decorrer dessas leituras.

Tratou-se, pois, de uma fase de exploração do material, no decorrer da qual foram comparados e confrontados os conteúdos das várias entrevistas, o que nos permitiu identificar e definir (ainda que com carácter provisório) as linhas ou vectores de análise do tema genérico deste estudo, isto é, das interacções entre as duas trajectórias. Permitiu-nos, também, identificar, desde logo, algumas das categorias que viriam a integrar a grelha de análise que só ficou concluída (isto é, a definição precisa do conteúdo de cada uma das categorias, bem como a sua ordenação), no entanto, com o trabalho de codificação dos materiais, de que daremos conta já de seguida.

3.1 – PROCESSO DE CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

No processo de codificação, utilizamos a frase como unidade de análise, por nos parecer, dados os objectivos deste estudo, a que melhor preserva e evidencia os significados, pois, como tem sido frequentemente referido, se a análise por parágrafo condensa demasiada informação, a codificação por linha pode conduzir à fragmentação dos significados.

No processo de categorização, adoptamos um procedimento essencialmente indutivo, ou seja, as categorias não resultaram de qualquer grelha de conteúdos previamente existente, mas do

que foi sugerido pelas entrevistas, isto é, foram construídas a partir dos dados (Maroy, 1995). Com esse propósito, procedemos a uma análise categorial por milha, seguindo as regras definidas para este tipo de análise (Bardin, 1977).

Assim, numa primeira fase deparamo-nos com 23 categorias. Analisado em pormenor o seu conteúdo semântico, verificamos que se repartiam por três grandes temas e que, dentro de cada tema, era possível e aconselhável fazer alguns reagrupamentos, em função da proximidade semântica dos seus conteúdos (Manita, 1998), desde que algumas dessas categorias iniciais incluíssem subcategorias.

Resultaram, assim, 13 categorias (9 das quais com subcategorias, estas últimas no total de 21) e três temas categoriais: o trabalho; as drogas; e a relação entre trabalho e drogas.

Vejamos, pois, quais são essas categorias e, de forma resumida, a que se refere cada uma delas.

TRABALHO

Categoria 1 – Representações do Trabalho

1.1– Definição de Trabalho: inclui as referências à forma como os sujeitos conceptualizam o trabalho. Ex: *“acho que o trabalho dignifica o homem”*; *“se uma pessoa quer ter bens materiais tem que lutar para os ter, o trabalho é uma maneira de os conseguir”*; *“o trabalho começa por ser uma distracção. É uma maneira de ocupar o tempo”*; *“de certa forma é a liberdade (...) é a independência”*; *“para além de uma ocupação é uma maneira de se ganhar dinheiro”*.

1.2 – Posição Face ao Trabalho: engloba as afirmações dos indivíduos no que se refere à importância do trabalho nas trajetórias de vida, em geral, e da sua, em particular. Ex: *“eu não dou qualquer valor ao trabalho, não dou qualquer importância ao trabalho”*; *“o trabalho é essencial para mim, para conseguir os meus objectivos”*; *“o trabalho para mim, é isso, faz-nos crescer. Faz uma pessoa crescer como ser humano, como adulto”*; *“e a solução foi essa, foi ir trabalhar, para ter dinheiro, não é, para comer, para dormir”*.

Categoria 2 – Condições de trabalho

2.1 Condições materiais: inclui as referências feitas pelos indivíduos ao salário, horários de trabalho, condições contratuais e condições físicas do exercício da actividade profissional. Ex: *“não tive tempo, porque entretanto fiz uma ano de casa e, pronto, o contrato acabou e eu vim-me embora”*; *“acho que trabalhava muito para aquilo que recebia”*; *“era 90 contos, mas andava o dia inteiro a acartar ferro”*; *“fui eu que deixei, porque queria algo mais, queria, sei lá, fazer algo mais, ganhar mais algum”*; *“e tínhamos dias de pegar às seis da manhã e largar à meia-noite”*; *“principalmente na altura do Inverno, sabe como é, às seis da manhã, estar ali à beira do Rio, cuidado, aquilo até corta, o frio até corta”*.

2.2 Sociabilidades: integra as referências ao tipo de relações estabelecidas com os patrões, chefes e colegas de trabalho. Ex: *“se calhar, via-me como um filho e ensinou-me tudo o que sabia (...) tínhamos uma boa relação”*; *“gostei de trabalhar aí por causa do*

ambiente, não foi muito por causa do serviço que fazia, mas foi mais por causa do ambiente de trabalho”; “não, não, não gostava do ambiente de trabalho. E também isso acho que influencia, influenciava-me um bocado a faltar ao trabalho (...) quando ia, ia sem gosto, sem vontade, ia mesmo porque tinha que ser”.

2.3 Natureza da Actividade: inclui referências à natureza e tipo de tarefas realizadas no âmbito da actividade profissional. Ex: *“eu não gostava era o seguinte: aquilo entupia as fossas, assim como dos esgotos e não sei quê, pronto, e muitas vezes calhou eu acabar de almoçar e ter que ir desentupir logo uma fossa; e uma pessoa ainda com o almoço todo no estômago, tem que ir logo assim, pronto”; “gosto de trabalhar com ferramentas (...) gosto de trabalhar com as mãos, de, quer dizer, fabricar coisas”; “lidar com pessoas, eh, ter o contacto, ter comunicação. Depois, é um trabalho que eu não faço num local só”.*

Categoria 3 – Ingresso na vida activa

3.1 Começar a Trabalhar: razões/atribuições: inclui as referências relativas aos motivos ou razões pelas quais os sujeitos iniciaram o percurso profissional. Ex: *“ eu dormia em minha casa, mas como o meu pai não tinha possibilidades de me sustentar nas refeições (...) e tive que ir trabalhar, fui trabalhar com 19 anos”; “eu sempre achei que, a partir do momento em que cheguei a Portugal, sozinho, sem nada (ainda por cima) eu sempre achei que o trabalho era a única solução. Era a única saída”; “ quando os meus pais disseram que precisavam que eu fosse trabalhar (...)”.*

3.2 Forma de Ingresso: engloba as afirmações relativas aos canais de acesso, à forma como os sujeitos conseguiram o seu primeiro emprego. Ex: *“era fácil arranjar emprego. Bastava ir ao jornal (...) pedia muitos aprendizes, eh, aprendizes para muita coisa (...)”*; *“tinha um grupo de amigos (...) e perguntaram-me se eu queria ir para lá trabalhar e eu fui”*; *“eh, foi através do conhecimento do meu pai”*; *“porque, sei lá, pronto, essa oficina de picheleiro onde eu trabalhei, era a oficina que fazia a manutenção de serviços que eram precisos na coisa onde a minha mãe trabalhava (...) a minha mãe como conhecia o patrão de lá, e tal, pronto”*.

3.3 Profissão desejada/actividade conseguida: engloba as referências dos sujeitos à primeira experiência profissional efectivamente conseguida e executada, por referência às expectativas e preferências de uma carreira profissional. Ex: *“ não, não era, não era. Eu sempre, eu sempre tinha a esperança, não sei sempre quis mais, queria algo melhor, não é; mas não se proporcionou, prontos”*; *“gostava, mas já gostava um bocado de vadiar”*; *“ora bem, para mim, eu como não tinha nada, era bom”*; *“eu sabia que com os estudos que tinha e com aquilo que eu sabia em relação a profissões, a trabalhos e não sei quê, sabia que também não conseguia muito melhor do que aquilo”*.

3.4 Significado: integra as referências à avaliação da importância do primeiro emprego no trajecto profissional e no trajecto de vida do sujeito. Ex: *“marcou-me. Aprendi muita coisa – aprendi”*; *“foi, foi bastante importante, principalmente a nível económico”*; *“eu dou-lhe muita importância, no sentido em que não aproveitei”*; *“comecei a trabalhar porque tinha que trabalhar, porque era obrigatório trabalhar e prontos”*.

Categoria 4 – Razões da mobilidade profissional: engloba as afirmações dos sujeitos relativas às razões pelas quais mudaram de emprego e/ou de actividade profissional. Ex: *“por norma ou acabavam os contratos ou as fábricas fechavam, davam falência, não é”*; *“as coisas vão surgindo e às vezes agarra-se”*; *“porque eu na altura, pronto, durante essas mudanças eu consumia, durante essa altura consumia sempre e pronto”*.

Categoria 5 – Experiência dos períodos de não trabalho:

5.1 Práticas de desenrascanço: integra as referências à realização de actividades alternativas ao trabalho assalariado. Ex: *“tive uma altura em que estive nove meses desempregada e fiz bastantes coisas, também. Eu fiz Arraiolos, fiz Arraiolos”*; *“estive desempregada porque não fazia descontos, mas fiz algumas coisas”*; *“quando eu às vezes trabalho, não é, tenho um senhor lá num talho que eu faço todos os dias limpeza no talho (...)”*; *“trabalhei aí assim numas quintas, nuns serviços, umas vindimas (...) uns dias a jornaleiro e quê, mas isso era um serviço, um biscates para desenrascar”*.

5.2 Organização/Gestão do tempo: inclui referências à forma como o sujeito organiza o tempo quotidiano. Ex: *“quando não há nada que fazer, há que ir para os vícios”*; *“ia para a praia, no tempo de verão eu ia passear”*; *“divertia-me mais quando estava desempregado, porque saía mais do bairro e era capaz de ir jogar bilhar, ir tomar um café aqui, fazer isto ou fazer aquilo”*.

DROGAS

Categoria 6 – Representações sobre drogas e toxicodependência

6.1 – Posição face às drogas: tal como em relação ao trabalho, nesta categoria estão incluídas afirmações relativas à avaliação da importância das drogas no trajecto de vida do sujeito. Ex: *“porque, para já, eu não tinha deixado a escola tão cedo. Porque os meus irmãos deixaram a escola e tal e eu quis continuar a estudar, só deixei a escola quando me meti nas drogas”*; *“se não fosse as drogas, eu acho que seria totalmente diferente. O pai do meu filho estaria vivo ainda”*; *“porque toda a gente, todos os toxicodependentes que eu conheço, e eu também, se nunca se tivessem metido, não é, tinham uma vida diferente”*.

6.2 Definição de toxicodependência: engloba as afirmações relativas à concepção e percepção da toxicodependência. Ex: *“a toxicodependência é uma merda. Leva as pessoas a perderem a dignidade”*; *“é uma maneira de estar na vida de muita gente, de muitas pessoas que gostam de estar na vida”*; *“é uma doença que pode ser tratada”*; *“neste momento eu, em relação a mim e a muita gente, espero que à maior parte das pessoas, penso que é uma fase que passa”*.

Categoria 7 – Iniciação ao consumo de drogas

7.1 Razões: engloba as referências aos motivos e razões pelos quais o sujeito iniciou o consumo de drogas. Ex: *“a meu pedido, porque eu tive curiosidade de experimentar*

cocaína”; “procurei emoções fortes, queria coisar”; “eu acho que a família em si não tem nada a ver”; “acho que foi curiosidade. E depois, lá está, experimentei, gostei, e dei continuidade”.

7.2 Substâncias: inclui afirmações relativas às substâncias com que os sujeitos iniciaram o consumo. Ex. *“eu comecei com 15 anos a fumar uns charritos, umas passitas”; “foi logo drogas duras, cocaína e heroína injectada”; “eu nunca injectei, foi sempre tudo fumado, heroína e cocaína”; “eu não considero o consumo de haxixe como tendo sido o início dos meus consumos”.*

Categoria 8 – Manutenção do consumo: engloba as referências às razões pelas quais os sujeitos deram continuidade ao consumo de drogas. Ex: *“tenho de ser sincero, gostei e tenho andado estes anos todos, se eu não gostasse não andava estes anos todos a consumir”; “depois vem o prazer que as drogas dão”; “a ociosidade e a cabeça cheia, estar chateado comigo próprio”; “depois já tinha que consumir para pôr o corpo bem”; “depende do sítio em que a gente habita”.*

Categoria 9 – Percepção da dependência

9.1 Fase do trajecto de vida em que ocorre: reporta-se a afirmações relativas à fase do trajecto de vida, bem como à fase do trajecto de consumo em que é percebida a dependência de drogas. Ex: *“mas acho que a nível psicológico, fiquei logo dependente. Porque eu a primeira vez que experimentei gostei logo”; “a ficar mesmo dependente, foi*

mais ou menos nos últimos anos em que trabalhei aqui”; “passado um mês já estava agarrada fisicamente. Foi logo, porque eu acho que queria ser dependente de drogas, pelos vistos”.

9.2 Substâncias: integra as referências às substâncias às quais é atribuída a dependência.

Ex: *“depois experimentei uma ou duas vezes a heroína, depois experimentei a cocaína, eh, depois experimentei novamente a heroína, mais uma vez e tal, até que cheguei a um ponto em que comecei a precisar”; “eu comecei a consumir coca e passado nem um mês comecei logo a consumir heroína”; “foi logo a heroína e a cocaína, na prata. Comecei a fumar, mas depois fumar já não me dizia nada. Foi isso que me levou também a ficar, depois já estava agarrado também ao pico”.*

Categoria 10 – Períodos de não consumo

10.1 Razões para interromper: integra afirmações que dizem respeito os motivos pelos quais os indivíduos decidem interromper o consumo. Ex: *“aos 25 anos, começo-me a sentir fisicamente a recair. Eu com essas paragens conseguia, de alguma forma, reabilitar-me minimamente, porque o consumo consecutivo, sem parar, não dura muito anos”; “interrompi por causa do trabalho”; “chegava à conclusão que não, pá, isto não é vida, eu estou a entrar pelo cano, qualquer dia vou fazer tijolo. Até fiz paragens a frio”; “a vida das drogas é muito stressante”.*

10.2 Recurso a dispositivos institucionais: engloba as referências feitas sobre os dispositivos socio-sanitários, bem como à avaliação da sua intervenção. Ex. *“não, não*

quis metadona. A metadona é um substituto químico, é droga”; “eu já ando há dez anos no Centro de Recuperação da Toxicodependência, no CAT, aqui na Boavista”; “não havia actividades, actividades lúdicas”; “tudo bem, levem os toxicodependentes a fazer tratamento, mas mal acabem o tratamento, arranjem alguma coisa para fazer, porque senão não adianta o tratamento”.

DROGAS E TRABALHO

Categoria 11 – Períodos de não trabalho e consumo de drogas: reporta-se a informações relativas à influência dos períodos de desemprego, mais precisamente, aos períodos de não trabalho no trajecto de consumo de drogas. Ex: *“quando eu saí de trabalhar, aí sim, é que me meti mesmo na droga e a fundo”; “porque uma pessoa anda aí sem trabalhar e tem que matar o tempo e querer refugiar-se em alguma coisa”; “eu tentei e consegui, só depois como saí de trabalhar, pumba”; “nunca foi por causa dos consumos que eu deixei de trabalhar”.*

Categoria 12 – Consumir e Trabalhar

12.1 Atribuições/Significações: engloba as referências de natureza factual e simbólica relativas à questão da conciliação entre o consumo de drogas e a manutenção de uma actividade profissional, convencional, formal e regular. Ex: *“eu não conseguia, apesar de continuar a trabalhar, manter a fachada, por assim dizer. Não me sentia bem no meio dos meus colegas de trabalho (...) eu não queria ser igual a eles, eram muito certinhos.*

Queriam casar e ter filhos, queriam ter um emprego, e eu deixei de querer isso”; “eu podia estar a trabalhar em qualquer lado se me aceitassem. Só que sabendo que eu sou toxicodependente ninguém me aceita”; “ainda por cima, inspirada com uma dose de heroína, eu vendia tudo a toda a gente (...) fui a melhor vendedora nesse mês”; “até cheguei a estar empregado e a consumir, mais do que uma vez”; “nunca foi por causa dos consumos que eu deixei de trabalhar”..

12.2 Estratégias: inclui as afirmações relativas às actividades (à sua organização e planeamento) desenvolvidas com vista a manter as duas práticas. Ex: *“porque a gente enquanto está a trabalhar, se arranja a dose para levar para o trabalho, prontos, leva aquela dose e aquela acaba e a gente depois só, como está a trabalhar, só tem possibilidade depois à noite de consumir”; “quando recebia ao fim do mês ia controlando o dinheiro, tirava aquela parte que era para a minha mãe, e a parte que ficava para mim ia controlando para me dar para eu ir comprando e consumindo. Durante o dia consumia de manhã, quando ia para pegar. Depois, consumia à hora do almoço e depois só consumia quando saía de lá”.*

Categoria 13 – Disponibilidade Financeira e Consumo de Drogas: Integra as referências à forma e ao modo como a disponibilidade financeira (particularmente os rendimentos do trabalho) é relacionada com o trajecto de consumo de drogas. Ex: *“foi precisamente nessa altura em que eu me enterrei mesmo (...) ainda eu trabalhava a pasteleiro. Foi nessa altura porque ganhava bem”; “não estava mesmo agarrado. Mas como tinha muito dinheiro, quando fui ver já estava agarrado”.*

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Iniciaremos a apresentação de resultados com a descrição analítica dos discursos que integram cada uma das categorias encontradas. Para além de podermos sinalizar e apontar elementos de síntese interpretativa, procuraremos, neste primeiro momento, identificar as características, as tendências e a forma como esses núcleos discursivos se repartem pelas duas variáveis que definimos no início deste estudo (género e década de início de consumo).

Passaremos, depois, à sua interpretação e síntese integrativa, quer por referência ao conjunto dos dados empíricos, quer por referência às questões de natureza teórica atrás enunciadas relativamente aos dois fenómenos: trabalho e consumo de drogas.

1 – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS CATEGORIAS

1.1 – REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO

Sendo possível identificar, no conjunto dos sujeitos, as duas dimensões ou níveis referidos tradicionalmente como constitutivos das representações do trabalho, a dimensão expressiva e a dimensão instrumental, parece ser, no entanto, esta última, a valorização instrumental, a que predomina *“toda a gente precisa de trabalhar, toda a gente precisa de ganhar dinheiro”*; *“e acima de tudo tem que se ganhar dinheiro”*. Esta tendência desenha-se quando dizem o que é o trabalho e acentua-se quando avaliam a sua importância nas suas vidas e na dos outros *“na minha vida, o trabalho foi muito importante, principalmente a nível económico. Eu nunca gostei de pedir nada a ninguém e o trabalho permite ter dinheiro”*.

A predominância da dimensão instrumental, não é, no entanto, homogénea no seio do grupo, verificando-se descontinuidades várias, desde as diferenças quanto aos elementos de

natureza instrumental que são mais valorizados pelos sujeitos (dinheiro, ocupação de tempo) passando pela questão da segurança do emprego *“é um trabalho muito importante para mim, porque dá-me segurança”*, até à sua diferenciação por género. Com efeito, são sobretudo as mulheres quem mais acentuam a dimensão instrumental do trabalho. Uma delas (pertencendo ao grupo de início de consumo nos anos 70), quando lhe perguntamos porque trabalhava, respondeu *“porque depois em compensação do trabalho vem a remuneração. Ninguém trabalha de graça”*. Uma outra (esta pertencente ao grupo dos anos 90), à mesma questão responde: *“é só mesmo com o trabalho, com o dinheiro do trabalho, é que consigo manter a minha independência”*.

Por outro lado, é sobretudo nos sujeitos mais novos com início de consumo nos anos 80 e 90, que a vertente instrumental do trabalho é claramente evidenciada: *“eu não dou qualquer valor ao trabalho. Trabalho porque é uma forma de ganhar dinheiro (...) toda a gente trabalha para conseguir ter bens materiais”*.

O que estes dados sugerem é que, quanto a este aspecto, os sujeitos que participaram neste estudo não se afastam da tendência dominante (ver ponto 3.2 do Capítulo I) para a crescente instrumentalização do trabalho.

1.2 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

De forma significativamente coerente, as referências às condições de trabalho surgem como um elemento discursivo importante quando os sujeitos falam dos seus trajectos profissionais. Mesmo que este seja um dado, em alguma medida, esperado – já que todos os sujeitos fizeram o seu trajecto profissional no designado segmento secundário do mercado de trabalho (ver ponto 2.2 do Capítulo I) -, o que nos parece importante sublinhar aqui é o facto das

condições de trabalho, sobretudo as de natureza material, serem referidas como uma contingência quer da carreira profissional quer do trajecto de consumo de drogas.

Com efeito, todos os entrevistados se referem às condições de trabalho (salário, horário de trabalho, relações de trabalho, tipo de actividade desempenhada) como um elemento importante no desenrolar do seu percurso laboral. Quatro deles (dois homens e duas mulheres) atribuem a essas condições a interrupção da sua primeira experiência profissional, como sugestivamente nos diz um deles *“não foi gratificante, porque o ordenado não era compatível com o número de horas que eu fazia, com o trabalho que eu fazia, não cumpria horários que eu entrava às sete e meia da manhã e muitas vezes eram onze horas da noite ainda lá estava. Ele nem sequer falava em dias de folga, trabalhava trinta e um dias por mês, nem sequer se falava em aumento de salário, não se falava em nada. E eu cheguei a um ponto e disse «desculpe mas eu não aguento mais» despedi-me”*.

Por outro lado todos os sujeitos tiveram pelos menos uma experiência de trabalho precário ao longo da sua carreira, tendo sido essa aliás, a condição contratual predominante de quatro deles, e mesmo única para os dois sujeitos que começaram a trabalhar nos anos 90. Saliente-se ainda que as condições de trabalho, e particularmente o fim de contrato, são a razão identificada por quatro dos nossos sujeitos para que tivessem terminado a experiência profissional que mais valorizaram. É isso que resulta claro da afirmação do nosso entrevistado que *“não dá qualquer valor ao trabalho”*: *“acho que até foi o único sitio que eu estive para não me vir embora, que eu fiquei assim um bocado triste de ter sido despedido. Apesar de saber que ia para lá já com essa condição, quando acabasse o contrato de seis meses e depois (...) mas fui com aquela esperançazita que o patrão até mudasse de ideias e me deixasse lá ficar, pronto, não deu”*.

No que se refere à associação entre condições de trabalho e trajecto de consumo de drogas (explicitamente referida por quatro dos entrevistados), a relação estabelecida pelos sujeitos parece operar num duplo sentido: por um lado, enquanto constrangimento que leva ao consumo, ou seja, regressam ao consumo ou aumentam os seus padrões porque deixaram de trabalhar, porque terminou o contrato ou porque abandonaram o trabalho por não estarem satisfeitos com as condições em que era exercido; por outro lado, como recurso utilizado pelos sujeitos para manterem o consumo, isto é, procuram (e encontram...) trabalho precário e com condições salariais particulares (pagamento ao dia, p. ex.) como estratégia de manutenção de consumo, o que fica bem expresso na seguinte afirmação: *“tive um emprego que foi de vendedora de cursos de informática. Eu utilizava isso porque aquilo era através de contratos e quanto mais se vendesse mais se recebia ao fim do dia (...) eu fui para esse emprego por causa da heroína”*.

1.3 – INGRESSO NA VIDA ACTIVA/COMEÇAR A TRABALHAR

O trabalho como emergência. Parece ser esse o sentido do discurso da maioria dos entrevistados quando falam das razões pelas quais começaram a trabalhar. Com efeito, nenhum dos sujeitos que participaram neste estudo atribui a entrada na vida activa a um acto planeado ou previamente preparado *“eu fui trabalhar porque era obrigatório trabalhar, e prontos. Sei lá, porque, sabe como é, há uns anos atrás os pais arranjavam-nos os empregos e eu tinha que os manter, não é.”*.

Três deles, aliás, atribuem ao trabalho o facto de terem interrompido o seu percurso escolar, *“a minha mãe, os meus pais, uma família numerosa, somos sete irmãos, o meu pai e a minha mãe na altura eram os únicos a trabalhar. Eu era o filho, o rapaz mais velho, a minha*

irmã mais velha já trabalhava também, só que era preciso mais algum. E então tive que sair da escola e portanto ir trabalhar”.

A ausência de recursos financeiros, e sobretudo económicos, constituem as razões próximas, referidas por cinco dos nossos entrevistados, para começarem a trabalhar (o que poderá, talvez, ajudar a compreender as representações que têm do trabalho): *“porque eu tinha ficado sem mãe, o meu pai não tinha rendimento, não trabalhava e o Estado dava-me, atribuía-me na altura seis contos por mês pela morte da minha mãe. Não dava nitidamente para nada. Tive que começar a trabalhar”.*

Em situação de emergência, estreitam-se as possibilidades de escolha. Para cinco dos nossos entrevistados, com efeito, a primeira experiência profissional não correspondeu às suas preferências, às suas expectativas de carreira profissional, *“não, claro que não era isso que eu esperava fazer na vida. Mas eu não tinha formação para nada e estava desesperada”*; *“ora bem, não era isso que esperava, mas como eu não tinha mais nada, era bom”.*

Em síntese, para a maioria dos entrevistados, a primeira experiência profissional é interpretada e atribuída a contextos de vida marcados por alguma vulnerabilidade, quer das situações familiares e sócio-económicas, quer dos recursos pessoais mobilizáveis de natureza escolar e de formação profissional. A importância e o significado que lhe atribuem na configuração do seu trajecto profissional e do seu percurso de vida em geral, apresenta contornos de tipo instrumental; é sobretudo valorizado como um momento de desenrancanço numa fase da vida.

É revelador, a esse propósito, que quatro dos seis sujeitos não tenham retomado, ao longo do seu diversificado trajecto profissional, a primeira actividade exercida, ainda que esta tenha decorrido por um período de tempo considerável, de um a três anos (ver sinopses na p.87). Mais significativo, ainda, é o facto de apenas para um dos sujeitos (precisamente, um dos que

retomou, por duas vezes, a primeira actividade) essa actividade ser a mais valorizada; todos os outros, valorizam mais positivamente outras actividades exercidas ao longo do seu trajecto laboral.

1.4 – RAZÕES DA MOBILIDADE PROFISSIONAL

Tratando-se, pois, de indivíduos que não construíram a sua carreira profissional a partir da primeira experiência laboral, mas que, pelo contrário, experimentaram múltiplas e diversas actividades, como interpretam eles as mudanças ocorridas no seu trajecto profissional?

Dos seis sujeitos que participaram neste estudo, apenas um não faz referência às razões de mudança de emprego e/ou de actividade profissional. Os outros, atribuem essas mudanças a dois tipos ou ordem de factores: às condições de funcionamento do mercado e ao consumo de drogas.

As condições de funcionamento do mercado de trabalho surgem em primeiro lugar, sobretudo para os indivíduos que começaram a trabalhar nos anos 80 e 90. Para além da referência às condições de exercício do trabalho (como salário, horário, condições contratuais, tipo ou natureza da tarefa), são aqui também definidas as expectativas criadas pela flexibilidade do mercado laboral²⁷. Dito de outra forma, algumas das mudanças são expressamente atribuídas ao conhecimento tácito dos sujeitos sobre a flexibilidade, diremos nós alargada (isto é, rotação frequente, quase diária, de trabalhadores), que caracteriza as áreas do mercado de trabalho (ex: hotelaria, construção civil) onde podem operar, até porque não são, na maior parte dos casos, exigidos saberes profissionais especializados. As afirmações de três dos nossos sujeitos são, parece-nos, particularmente elucidativas desta atitude: *“sei lá, as mudanças era (...) deixava um*

²⁷ Sobre o tema da flexibilidade e as consequências ao nível individual do “Capitalismo Flexível” ver Richard Sennet (2001), *A corrosão do carácter, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*.

obtinha outro”; “quando eu queria trabalhar arranjava sempre emprego, só que não prestavam”; “quando me chateavam muito, vinha-me embora, eu sabia que podia arranjar outro emprego, às vezes pior, mas não interessa”. Ou seja, são oportunidades de emprego de exclusão.

O consumo de drogas é também referido como um dos factores a que é atribuída a mobilidade profissional, nomeadamente pelas suas consequências na perda/abandono do emprego. As atribuições feitas pelos sujeitos não estão, no entanto, associadas às propriedades farmacológicas das drogas *“se eu pudesse, eu podia estar ainda hoje a consumir como estou e a trabalhar”*; *“eu não tenho medo, não, ponham-me a trabalhar ao pé de qualquer carpinteiro e faço o que ele faz”*, mas à forma de organização/gestão do tempo que o consumo de drogas, designadamente pelo seu estatuto legal, implica. Nestas condições, torna-se difícil o cumprimento de horários, exigidos para um emprego convencional, formal, tal como nos diz um dos nossos entrevistados: *“eu na altura cumpria com o serviço que me davam e tal. E até acho que foi por isso que até ainda cheguei a durar um ano. Acho que era um bom empregado, tirando o faltar muito (...). Para conseguir a dosezita para o outro dia, ia para a cama porque horas da noite. No outro dia via-me aflito para me levantar”*.

1.5 – EXPERIÊNCIA DOS PERÍODOS DE NÃO TRABALHO

Não se sai de um emprego hoje para entrar noutro amanhã. Todos os nossos sujeitos o confirmam. No percurso profissional de todos eles, com efeito, verificam-se vários e prolongados períodos de desemprego, antes e depois do consumo problemático de drogas.

Quatro deles fazem longas referências a esses períodos. Falam-nos, nomeadamente, do que faziam e fazem para substituir os rendimentos que obtinham do trabalho regular e convencional, do tipo de actividades que desenvolvem para conseguirem os recursos financeiros

necessários à sua vida: *“quer dizer, faço de vez em quando, sei lá, os chamados biscates, pá, que me aparecem. Um gajo tem que se desenrascar”*; *“é por isso que ajudo nos talhos. Ajudo no peixe, Vou fazer entregas, carrego (...) tenho que me fazer à vida”*.

Os períodos de desemprego não são vividos de forma particularmente dramática por nenhum dos nossos entrevistados, não confirmando assim as perspectivas miserabilistas do desemprego (ver ponto 3.3 do capítulo I): *“é claro que é sempre chato, mas paciência, arranja-se sempre alguma coisa para fazer”*; *“eu tentava sempre fazer alguma coisa, tentava sempre ocupar o meu tempo da melhor maneira”*; *“arranjava sempre ocupação e até digo que dessa vez que caí no desemprego vivi muito bem”*. No entanto, são sobretudo os homens que referem terem recorrido mais frequentemente às actividades de desenrascanço e, às vezes, ao trabalho clandestino. Das três mulheres entrevistadas, apenas a que começou a trabalhar nos anos 90 se lhe refere *“mas eu fazia Arraiolos para vender, para poder ganhar dinheiro, porque eu precisava de dinheiro (...) também trabalhei numa pequena fábrica de costura. Fui para lá dar a ferro e rematar pontas (...) era clandestina, pagavam-me ao dia ou à semana”*.

O recurso a esta forma de trabalho não surge apenas na fase de vida marcada pelo consumo problemático de drogas. Mesmo que para alguns indivíduos seja mais frequente nessa fase, todos os entrevistados referem que já o tinham feito em períodos de desemprego ocorridos anteriormente.

Se os sujeitos revelam atitudes em larga medida semelhantes quanto ao modo de responder às consequências de natureza económica e financeira resultantes das situações de não trabalho formal e regular, já apresentam algumas diferenças quando se referem à forma como organizam/gerem o tempo nessas situações. Assim, para os indivíduos que começaram a trabalhar nos anos 70 e 80, os períodos de desemprego produzem algumas desorientações na forma de gestão do tempo quotidiano, levando mesmo ao desinteresse e desinvestimento noutras

dimensões ou esferas de vida *“acho que uma pessoa desempregada não tem nenhum motivo, não sabe como passar o tempo”*; *“é, não trabalhar, não fazer nada, é deprimente, deixa de se ter interesse por tudo na vida”*; *“a gente senta-se, espera que as horas passem, espera pelo outro dia e pronto”*.

Para os indivíduos mais novos e com ingresso no mercado de trabalho nos anos 90, o tempo de desemprego é vivido sobretudo como um tempo diferente, que permite fazer coisas diferentes do que se faz quando se está a trabalhar, *“quando estava desempregado podia ir mais vezes, parava mais nos jovens da Pasteleira, ia até lá jogar pingue-pongue ou beber um café, ou beber um sumo e conversar com os amigos. O trabalho é sempre um bocado prisão”*; *“no trabalho uma pessoa não pára de trabalhar é para trabalhar e só para trabalhar ... Quando se sai do trabalho é aquela vida de casa, não tem tempo para mais nada. Quando se está desempregado temos mais tempo para outras coisas diferentes”*; ou interpretado como um período de oportunidade para a mudança de actividade profissional e de vida *“porque eu na altura, nesses nove meses em que estive desempregada, concorri e fiz testes para o banco, para o Montepio e entrei, ao mesmo tempo que para a ARS (...). Já que estava desempregada tentei mudar para melhor. Tentei mudar a minha vida”*.

1.6 REPRESENTAÇÕES SOBRE DROGAS E TOXICODEPENDÊNCIAS

Em termos genéricos, todos os nossos entrevistados avaliam de forma negativa as consequências do consumo de droga na sua vida *“se não fosse as drogas, eu acho que a minha vida seria diferente. Diferente em tudo, em todos os aspectos, porque eu era uma pessoa que tinha muitos projectos para a vida”*. No entanto, apenas dois dos sujeitos, um homem e uma mulher, fazem referência às dimensões ou esferas de vida em que as consequências do consumo

de drogas são avaliadas negativamente: O homem, porque atribui ao consumo de drogas a interrupção do seu percurso escolar, o que foi vivido como um acontecimento negativo na sua vida: *“se for ver bem as coisas, os melhores dias que eu passei, os melhores tempos que eu passei na minha vida, foi quando andei na escola, enquanto andei a estudar. Se não fosse a droga eu teria continuado a estudar”*; a mulher refere as implicações que o consumo de drogas teve na vida familiar, atribuindo-lhe explicitamente a morte do companheiro e do pai do filho *“ele morreu por causa da droga (..) eu tive, eu vivi não casei; mas vivi maritalmente com o pai do meu filho. E tinha uma vida bonita, até era feliz mediante as nossas possibilidades se ele não tivesse morrido tudo seria diferente”*.

Todos os restantes entrevistados, parecem revelar alguma dificuldade em identificar os domínios vitais que foram influenciados negativamente pelo consumo de drogas e, muito mais ainda, em descrever a forma como operou essa influência. Dois deles manifestaram, aliás, dúvidas quanto ao sentido dessa possível influência *“eu acho que tudo teria sido muito diferente, não sei se para melhor se para pior, não faço ideia como poderia ter sido”*. O que estes dois entrevistados enfatizam e lamentam é o dinheiro que gastaram por causa da droga *“o dinheiro que gastei, e gastei nas drogas, podia ter aplicado noutras coisas. Podia estar, prontos, não digo bem, mas podia ter outras condições de vida que agora não tenho”*.

Significativo para os objectivos deste estudo, é o facto de nenhum dos nossos entrevistados referir o trabalho e a trajectória profissional, como um dos domínios ou esfera de vida em que o consumo de droga tenha tido influência negativa. Pelo contrário, duas mulheres que na altura da entrevista se encontravam a trabalhar, atribuem ao trajecto de consumo de drogas o facto de terem conseguido esse emprego *“uma das coisas que me trouxe este emprego foi mesmo, não é comum dizer, mas é verdade, foi a toxicodependência”*; *“encontrei este emprego porque era toxicodependente e actualmente sinto-me bem comigo própria”*.

A posição dos indivíduos face às drogas, quando analisada por década de início de consumo denuncia uma tendência evolutiva para alguma desdramatização e relativização do papel do consumo de drogas, enquanto elemento central e predominante na estruturação e desenvolvimento do trajecto de vida. Sendo necessário, certamente, fazer estudos mais finos sobre esta questão, recorrendo a outras metodologias e a outras forma de triangulação, essa tendência é em alguma medida corroborada quando se analisa a forma como os nosso sujeitos conceptualizam e descrevem a toxicodependência.

Assim, para os indivíduos que iniciam o consumo de drogas nos anos 70 e 80 a toxicodependência, uma vez instalada, é algo de que é difícil sair e livrar-se totalmente, *“porque um toxicodependente nunca se cura totalmente da droga, nunca, nunca se cura. E depois também fica sempre psicologicamente afectado”*; *“para mim a toxicodependência, já disse, é uma doença. É quase como o cancro, vírus ou o caraças, porque se a partir do momento em que se torna uma dependência é difícil, é impossível se livrar dela”*. Diferentemente para os dois sujeitos que iniciam o consumo nos anos 90, embora façam várias referências ao poder da droga sobre as suas vidas, o que sublinham é o carácter episódico, transitório do estado de dependência de drogas *“eu já pensei muita coisa acerca de toxicodependência. Mas é uma fase, é uma fase da vida de uma pessoa. É uma fase que pode passar, que passa”*; *“ eu não posso dizer que o toxicodependência seja um mal da sociedade ou que seja isto ou aquilo, porque não sei: penso que é uma maneira de estar na vida, durante uma fase da vida”*.

1.7 – INICIAÇÃO AO CONSUMO DE DROGAS

Os nossos sujeitos fazem longas referências às razões pelas quais iniciaram o consumo de drogas. Como outras investigações sobre o fenómeno droga têm revelado, também a maioria dos nossos entrevistados atribui o início do consumo à curiosidade, experimentar o que a droga dá *“sei lá, na altura, numa de ver se era bom. Se há tanta gente a fazer, eles não saem, é porque é bom. Dão tanto dinheiro por uma coisa de nada, deixa lá ver e tal”*; *“comecei por curiosidade, uma experiência de idade”*.

Sendo referido por todos os sujeitos, a curiosidade adquire, no entanto, maior centralidade nos discursos dos indivíduos que situam o início do consumo de drogas nos anos 70 e 80. Para os que iniciaram nos anos 90, a principal razão, a causa próxima referida é a influência dos amigos, do grupo de pares, como diz um dos nossos entrevistados: *“os meus colegas já fumavam todos, e não sei quê, e eu via-os fumar e eles diziam que era porreiro, não sei quê, não sei que mais, e então experimentei, e depois gostei”*. Para duas mulheres, por seu turno, a curiosidade aparece associada à influência dos namorados *“ele, para não deixar, tentou-me meter e eu prontas, enquanto pude resisti, até que um dia, prontas, deixa lá ver, deixa lá ver como é”*; *“porque era uma forma de nos identificarmos um com o outro. É horrível dizer isto, mas é a verdade, não tínhamos muito mais em comum”*.

Para além de nos falarem acerca das razões pelas quais iniciaram o consumo de drogas, alguns dos nossos entrevistados referem também os factores que não tiveram qualquer influência nesse acontecimento das suas vidas. Nenhum dos entrevistados atribui o início do consumo de drogas a dificuldades económicas, à falta de emprego ou disfuncionalidades familiares. Dois deles, aliás, referem explicitamente que o emprego ou a família não tiveram qualquer influência nesse processo *“o caminho que escolhi da droga não tem nada a ver com a falta de emprego ou com a minha família. Eu acho que a família em si não tem nada a ver”*; *“eu não me meti das*

drogas por ter qualquer tipo de problema na minha família. Uma coisa de que não me posso queixar é da relação com a minha família". No entanto, as mulheres, sem atribuírem, uma influência directa do ambiente e condições familiares no início de consumo de drogas, sempre lhe atribuem alguma importância quando analisam o seu percurso de vida em geral e particularmente a fase em que se iniciaram nos consumos: "é claro que influenciou a minha vida o facto do meu pai ser alcoólico. De chegar, de ser uma pessoa que viva da noite e chegar sempre de manhã a casa. E estar a dormir todo o dia. E exigir da minha mãe, que trabalhava tabaco, comida e muito mais"; "a minha mãe era cozinheira. Passava muito tempo fora de casa. Era uma pessoa que vivia em função do trabalho, da cozinha. E eu andava um bocado, tinha um bocado de liberdade a mais. A minha mãe foi uma pessoa um bocado fraca. A minha mãe vivia maritalmente com um senhor de quem eu não gostava. Era alcoólico. Eu hoje, mesmo em conversas, mesmo com ela eu culpo a minha mãe por um percurso muito difícil que tive".

Por outro lado, fazem também explicitamente referência às substâncias psicoactivas com as quais iniciaram a sua carreira de consumo de drogas. A este propósito, o primeiro dado a sublinhar é o facto de nenhum dos sujeitos referir o haxixe, como a substância que marca o início do consumo, ainda que a maioria deles o tenha consumido, com mais ou menos regularidade, durante alguns anos. Esta ideia está presente em todos os sujeitos quando se referem ao haxixe na sua história de consumo e é claramente expressa por uma das nossas entrevistadas: "eu não considero o consumo de haxixe como tendo sido o início dos meus consumos".

O que estes dados sugerem é que o haxixe, apesar do seu estatuto legal e classificação farmacológica, é desqualificado como droga, tal como refere um dos nossos sujeitos: "eu não acho que o haxixe seja uma droga, mas pronto, é considerado estupefaciente, não é. Porque eu nunca tive, nunca me criou uma dependência, nunca tive problemas com o haxixe. Só me punha

bem disposto (...) é capaz de fazer menos mal do que o tabaco ou de beber dois canecos de whisky ou de qualquer outra coisa, penso eu”.

Assim, a substância que marcou o início dos consumos dos nossos entrevistados é a heroína, depois associada à cocaína *“foi logo drogas duras, foi logo heroína injectada”*. Apenas a entrevistada que situa o início do seu consumo nos anos 90, refere ter iniciado com a cocaína e só depois experimentou a heroína. Vale a pena parece-nos, transcrever o que esta entrevistada refere acerca dos efeitos de cada uma dessas substâncias *“a heroína a mim dava-me uma sensação de conforto. Ou seja, era como se, de vez em quando (e eu sinto isso, acho que toda a gente sente) existem correntes de ar dentro do nosso corpo (..) a heroína conforta todos os buraquinhos, todos os espacinhos. É confortável. A cocaína (..) é ao contrario, dá conforto na mesma, porque não se sente sede nem fome. Não se tem essas necessidades, mas faz com que as emoções sejam mais fortes”*.

1.8 – MANUTENÇÃO DO CONSUMO

As drogas desempenham, pois, uma função. Também elas têm uma dimensão instrumental. Aliás, um tipo ou ordem de razão referidas pelos nossos entrevistados para manterem o consumo de drogas é, justamente, *“o prazer que as drogas dão”*. Sobretudo os dois indivíduos mais jovens, com início de consumo nos anos 90, que participaram neste estudo, atribuem, com efeito, a continuidade do consumo de droga a um acto, em alguma medida, autodeterminado *“eu acho que queria ser dependente de drogas. Não tenho outra explicação. Eu sentia-me bem, pelos menos identificava-me com aquilo”*; *“porque eu gostava, sei lá, acho que só pode ser essa a razão, uma pessoa gosta do efeito que aquilo faz. Deseja andar sobre o efeito daquilo, apesar de saber que trás consequências. Mas acho que continuei a consumir porque eu*

gostei de consumir e gosto de consumir". Embora este tipo de razões não esteja completamente ausente do discurso dos outros quatro entrevistados, o que estes salientam, no entanto, são factores exteriores ao indivíduo na manutenção dos consumos o qual é representado como um acto hetero-determinado, quer pela função e poder das substâncias, quer pelas suas características sociais e problemas do meio. Surgem assim frequentes referências às propriedades farmacológicas das substâncias, sobretudo da heroína, para provocar dependência que obriga à manutenção do consumo para fazer face à síndrome da abstinência *"a heroína, depois já tinha que consumir para por o corpo bem. Cheguei a um ponto, como eu era injectável, a droga, já não tinha veias para isso"*; *"era só mesmo para aliviar. Eu consumia para aliviar mesmo, para não sentir dor, não sentir frio, não sentir suores. Já consumo porque o corpo quer"*. A falta de ocupação, é outro dos factores a que é atribuída a manutenção e mesmo o retorno ao consumo *"quando não há nada para fazer, à que ir para as veias. A ociosidade leva as pessoas a criar vícios e a mantê-los. Não adianta o tratamento se não temos nada para fazer"*. As referências ao meio, ao local de residência e/ou de vida adquire também uma considerável relevância no discurso dos nossos entrevistados. A pressão do meio traduz-se, quer no incitamento ao consumo por parte de amigos e vizinhos, quer porque é um meio onde a droga existe como resulta clara na seguinte afirmação: *"mesmo que agente queira sair, a gente quer sair, mas também vive num meio, no mundo onde ela há. É preciso ver que é muito importante, a gente vive num mundo onde ela há"*.

1.9 – PERCEPÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Como acabamos de referir, a dependência é um dos aspectos importantes (e às vezes central) na descrição que os indivíduos fazem do seu trajecto de consumo de drogas. Começemos

pois, por analisar o momento ou fase de consumo em que situam a percepção e vivência da dependência.

Diga-se, antes de mais, que quanto a este aspecto, os nossos entrevistados tendem a agrupar-se por género e por década de início de consumo. De facto, o que as mulheres que participaram neste estudo nos dizem é que decorreu relativamente pouco tempo (entre um e dois anos) entre a fase considerada de início do consumo e a fase de instalação da dependência, *“eu tomei consciência que estava dependente quase logo a seguir a ter experimentado”*. Os homens referem um espaço de tempo mais alargado, entre 1 e 10 anos, tal como nos diz um dos nossos entrevistados com início de consumo nos anos 70: *“eu consumi cocaína, haxixe, heroína durante muitos anos. Só depois é que comecei a ver que sem, sem a dose de heroína que não me estava a sentir bem”*. Vemos, pois, que o percurso de consumo revelado por este sujeito e também pelos outros dois homens que participaram neste estudo, não confirma a ideia de escalada (ver ponto 2.1 do Capítulo II).

Por outro lado, o tempo que medeia entre o início de consumo e a percepção da dependência vai diminuindo à medida que se avança na década considerada de início. Também neste aspecto (cf. ponto anterior) são os indivíduos que situam o início de consumo nos anos 90 que parecem diferenciarem-se mais nitidamente dos restantes. Para eles, com efeito, a dependência é quase instantânea *“eu acho que foi logo quando experimentei”*; *“porque eu a primeira vez que experimentei gostei logo e depois não pensei em parar mais”*. Trata-se, parecem-nos, de uma outra forma de perspectivar a dependência, valorizando sobretudo a dimensão psicológica, o que poderá também ter subjacente e querer evidenciar uma outra atitude face às drogas.

As substâncias que surgem associadas à instalação da dependência são invariavelmente a heroína e a cocaína. Esta última, de resto, é referida apenas por um dos sujeitos, tendo sido, aliás,

essa a substância com que iniciou o consumo “*eu comecei por consumir logo muito e senti que estava dependente da cocaína*”. Embora assuma maior centralidade no discurso dos indivíduos que iniciaram o consumo nos anos 80 (confirmando assim o que tem sido referido por vários autores, ou seja que é nessa década que a heroína funciona como marcador das drogas) e à heroína (sobretudo quando, depois de uma fase em que é fumada, passa a ser injectada) que todos os outros sujeitos atribuem a dependência “*a heroína, a heroína, a heroína é que me deitou abaixo*”.

Quando nos falam da dependência, os nossos entrevistados fazem a essa propósito referência às circunstâncias existenciais em que ela ocorre. Quatro deles (dois homens e duas mulheres, cujo início de consumo abrange as três décadas) referem, nomeadamente, a situação laboral em que se encontravam. Sem estabelecer uma relação directa entre os dois factos, sublinham, no entanto, que se encontravam empregados quando o consumo de drogas começou a revelar-se problemático “*trabalhava, trabalhava nas frutas. Tinha um bom emprego*”; “*eu comecei a ficar mesmo dependente da heroína quando trabalhei na carpintaria em Pedrouços*”; “*já tinha tido contacto com a heroína, só que, prontos, não era dependente ainda. Nos últimos anos em que trabalhei ali na pastelaria é que fiquei mesmo dependente*”. As questões relacionais/afectivas parece que adquirem também alguma importância, mais para as mulheres do que para os homens, nesta fase do trajecto de consumo. Duas delas, com efeito, referem a influência dos companheiros: “*nós consumimos sempre os dois. Foi sempre uma cumplicidade até ao fim. Três anos de cumplicidade. Quando reparamos já estávamos dependentes. A partir daí é que foi o descalabro total*”.

1.10 – PERÍODOS DE NÃO CONSUMO

A dependência de drogas, uma vez instalada, obriga ao consumo. Mas aconselha também a interrupção. Não se pode consumir sem parar de vez em quando. Parecem ser estas, com efeito, as linhas essenciais que orientam o discurso dos nossos entrevistados quando falam do seu trajecto de consumo de drogas.

Porque decidem eles interromper o consumo, a maioria das vezes, para depois o retomarem? As razões ou motivos são múltiplos e variados. É possível, no entanto, distinguir, desde logo, as interrupções feitas com o objectivo de abandonar o consumo e as interrupções de natureza estratégica, que têm por finalidade, mais ou menos explícita, ganhar tempo e resistência física, atitude que fica bem expressa nas seguintes afirmações: *“fingi que estava a fazer uma desintoxicação. Mas realmente não tinha vontade nenhuma de a fazer. Eu considero que foi uma forma de recuperar energias”*.

Quando a intenção é abandonar definitivamente o consumo, são apresentados três principais factores na base de tal decisão: (1) a degradação física que o consumo de drogas produz, o que é particularmente enfatizado pelo grupo das mulheres: *“quando comecei a ficar um farrapo humano, a perder saúde, a perder quilos! Quando comecei a ver-me ao espelho, a ver-me bem e que me estava a tornar um ser humano muito degradante, decidi deixar mesmo as drogas”*; (2) razões de ordem familiar, designadamente a existência de filhos, que, tal como o anterior é sobretudo referida pelas mulheres: *“eu comecei a pensar no meu filho. Vê-me drogada, sofre com isso, sofre represálias pela parte de fora. Não consegue olhar para a minha cara, não gosta daquilo”*; *“quis abandonar as drogas por causa do meu catraio, do meu filho e também de mim própria?”*; (3) o dinheiro que se gasta nas drogas, este sobretudo valorizado pelos homens:

“a primeira razão era porque não, não, destruía o dinheiro todo. Todo o dinheiro que tivesse era para as drogas. Não podia continuar a ser assim, decidi abandonar!”

Antes de fazerem este tipo de interrupção para abandonar o consumo, todos os entrevistados fizeram, porém, muitas outras, cujo objectivo parece ser sobretudo de natureza estratégica, isto é, suspendem o consumo para poderem continuar a consumir. Ao que nos dizem fazem-no porque é difícil aguentar ininterruptamente o consumo de drogas, não apenas pelos problemas de ordem física e de saúde que provocam – *“o nosso organismo não aguenta muito tempo a consumir consecutivamente”*, mas também pelo cansaço que gera: *“é uma vida muito stressante (...) uma pessoa acorda de manhã e está preocupada como é que vai arranjar dinheiro para tirar a ressaca (...) e depois não há a droga que a gente quer”*.

Ao fazerem este tipo de interrupção no consumo os sujeitos visam, além do mais reabilitarem-se, como nos diz um deles *“eu, com essas paragens consegui de alguma forma reabilitar-me minimamente. Com essas paragens eu conseguia minimamente, conseguia recuperar-me, reabilitar-me fisicamente. Assim eu podia sair e retomar, sair e retomar. Por isso é que andei muitos anos e estou bem de saúde”*.

Nestes períodos, chamemos-lhes de interrupção estratégica, os sujeitos utilizaram um leque muito variado de recursos e de estratégias. Algumas vezes e pelo menos alguns deles tentaram suspender o consumo sem qualquer tipo de apoio, o que é descrito como uma experiência bastante difícil: *“tentei deixar mesmo a frio, não gastar dinheiro mas passei bem mal”*. A maior parte das vezes, no entanto, recorreram às instituições de carácter socio-sanitária onde, além do mais, é possível *“conseguir a metadona para me aguentar”*.

Foi também com o objectivo de fazer uma interrupção do consumo de drogas que alguns dos nossos entrevistados fizeram incursões no mercado de trabalho. Três deles referem, com efeito, que algumas das actividades profissionais que desenvolveram foi porque era trabalho

temporário e ao dia e que, portanto, podiam abandonar em qualquer momento. Só o fizeram, porque, em vez de “ressacar” a frio, em casa, sempre seria mais fácil “ressacar” a trabalhar, tal como no diz um deles: *“prontos, eu fui para esse emprego, porque foi uma fase em que eu queria descansar, deixar a toxicodependência, como havia muito pessoal à espera para consulta e tal, eu disse «ui, esperar não sei quanto tempo, quantos meses não vai dar» peguei decidi «não, vou arrancar mesmo a frio, mesmo sem medicação, mesmo sem nada, eu vou sair daqui» e fui trabalhar para Lisboa”*.

1.11 – PERÍODOS DE NÃO TRABALHO E CONSUMO DE DROGAS

Da descrição analítica que até agora realizamos das categorias relativas ao trabalho e das respeitantes às drogas, surgiram já algumas referências que remetem para a interacção entre trajectórias de consumo e trajectórias laborais. Vimos, designadamente, que os nossos entrevistados estabeleciam algum tipo de relação quando falavam da mobilidade de emprego e/ou de actividade profissional ou quando referiam o processo de iniciação ao consumo de drogas, ou, ainda, a propósito das razões e das estratégias de interrupção do consumo, que tratamos no ponto anterior.

É, no entanto, quando descrevem a sua experiência dos períodos de não trabalho, ou, mais simplesmente, dos períodos de desemprego que os sujeitos estabelecem relações, ou, pelo menos associações entre esses períodos e o consumo de drogas. Não para nos dizerem que foi por causa das drogas, e muito menos dos seus efeitos, que deixaram de poder trabalhar, tal como afirma um dos nossos entrevistados – *“eu nunca tive esse problema. Nunca foi por causa do consumo de drogas que eu deixei de trabalhar, quer dizer que eu sai de um emprego”*, mas sim

para falarem das implicações, várias, que os períodos de não trabalho tiveram no processo de desenvolvimento dos trajectos de consumo de drogas.

Essas implicações são de vária ordem. A mais significativa, no entanto, é a ausência de ocupação do tempo. De facto, o que os sujeitos sublinham é a falta de ocupação que os períodos de desemprego provocam ou agravam. A esta questão referem-se todos os nossos entrevistados. São, contudo, os indivíduos mais velhos e que começaram há mais tempo a carreira profissional e também o percurso de consumo de drogas que mais a valorizam. Um desses indivíduos diz-nos que: *“quando se está desempregado não se tem nada que nos ocupe as horas, não se tem nada que distraia a cabeça. Então uma pessoa está sempre a consumir, porque está ali sem fazer nada e puxa para ir consumir. A gente tem mais tempo para ir consumir a heroína e dedica-se mais àquilo, por assim dizer”*, ou como refere um outro *“no desemprego não se sabe o que se há-de fazer. Anda-se aí parece uma barata tonta, parece um maluco. E então o que é que se vai fazer? Aquilo que sabe, ir para a droga, é isso”*.

São por outro lado, os sujeitos que iniciaram o consumo de drogas nos anos 80 que atribuem de forma mais directa, diremos até quase mecânica, à ausência de ocupação (que não quer dizer só falta de trabalho) a crescente problematização da sua relação com as drogas, nomeadamente pelo aumento e agravamento dos padrões de consumo: *“depois, prontos, andei aí, foi quando me espetei mesmo a fundo. Eu quando estava a trabalhar dava só uns “chutos” de vez em quando, é como lhe digo na prata (...) não arranjei aquilo que queria, tinha aí um emprego em vista falhou, não deu. Comecei a deixar andar e fui-me enterrando. Foi aí que eu comecei a injectar”*. De forma mais directa e significativa ainda, uma das nossas entrevistadas refere *“foi não trabalhar e eu não ter, eu agarrei-me mais às drogas, foi precisamente por estar desempregada, não é. Eu meti-me mais na droga quando sai de trabalhar”*.

Refira-se ainda que, mais uma vez, também em relação a este aspecto, os indivíduos mais novos e que iniciaram o consumo de drogas nos anos 90, se diferenciam dos restantes. De facto, embora o refiram, a importância que concedem dos períodos de não trabalho no desenvolvimento e estruturação dos seus percursos de consumo, é muito reduzida ou praticamente nula. É isso que nos diz um deles *“não posso dizer que foi o desemprego que me fez fazer isto ou aquilo”*.

Em síntese, quando nos falamos da história das suas relações com as drogas, os indivíduos do nosso estudo não estabelecem nenhuma ligação com o trabalho, por exemplo, na fase de iniciação ao consumo (ver ponto 1.7 deste capítulo). Já o fazem quando se referem ao processo de desenvolvimento do seu percurso nas drogas. Ao que parece, é difícil controlar as drogas quando não se tem mais nada para fazer.

1.12 – CONSUMIR E TRABALHAR

Todos os nossos entrevistados referem terem tido ao longo do seu percurso laboral pelo menos uma experiência de trabalho, no decorrer do qual consumiram drogas ilegais. Na descrição que fazem dessa experiência, é possível identificar o significado que lhe atribuem no contexto do seu trajecto de consumo de drogas e, mais globalmente por relação ao seu percurso de vida e também os procedimentos e estratégias que implementaram para manterem as duas práticas.

Se todos desenvolveram actividades laborais, convencionais, formais e regulares, sendo consumidores de drogas, diga-se, desde já, que são os homens que apresentam percursos de vida em que os dois fenómenos surgem mais frequentemente associados e com uma duração média mais elevada. Um deles, aliás, sempre trabalhou com drogas, isto é, já era consumidor regular

quando iniciou a carreira laboral e assim se manteve nas várias e diversificadas actividades profissionais que experimentou.

Vale a pena, por isso, escutarmos o que nos dizem estes três indivíduos acerca da forma como conseguiram conciliar as duas práticas e, sobretudo como interpretam e avaliam a influência desses períodos no desenrolar das suas vidas, particularmente no que se refere ao trajecto do consumo de drogas. Assim, o que qualquer um deles afirma é que é possível e até natural e normal trabalhar e consumir substâncias psicoactivas: *“eu acho que é possível trabalhar e consumir heroína ou outra droga qualquer. Eu conseguia conciliar as duas coisas, conseguia”*; *“eu posso muito bem consumir e trabalhar, porque se eu tiver aquela dose para consumir amanhã, depois, pronto, eu trabalho como qualquer um”*; *“eu consumia heroína e sempre cumpri com o meu trabalho. Fazia o mesmo que os outros empregados que lá estavam, nunca faltava. Entrava às 8 e saía às 18 horas, e se durante aquele tempo faltei um dia ou dois, foi muito”*.

Dois deles referem, a propósito, o exemplo dos indivíduos que estão em tratamento com drogas de substituição (por exemplo, a metadona) e que estão a trabalhar, para sublinharem, também, a diferença da atitude social face a esta e às outras drogas *“eu conheço muito tipos que estão na metadona e que estão a trabalhar. Mas têm que ir tomar a metadona todos os dias. É uma droga. Têm que ir tomar aquilo todos os dias. É uma droga, e os patrões sabem. Se fosse heroína ai meus Deus, porque, não sei, as pessoas têm uma mentalidade diferente”*.

Quando nos falam dos períodos em que consumiram e trabalharam, os nossos sujeitos descrevem demoradamente os procedimentos e estratégias que adoptaram para adaptar as necessidades de consumo às exigências e condições de trabalho, o que evidencia, além do mais, uma assinalável capacidade de organização e planeamento por parte destes indivíduos. É isso que sugere a seguinte afirmação: *“à noite arranjava o artigo para o dia seguinte. Comprava a*

dose para o outro dia, uma para de manhã, outra para a hora do almoço e uma para a tarde. Às vezes não conseguia, naqueles dias em que eu não conseguia, assim naqueles dias em que eu ia trabalhar sem, sem conseguir, sem consumir, já era mais difícil mas tinha que me aguentar à bronca”.

Dos relatos que acabamos de transcrever, parece ser possível concluir, que estes nossos entrevistados, mesmo estando em estado de dependência, fazem a gestão dos consumos em função dos horários de trabalho e de outras condições laborais. Esse é, aliás, o aspecto por eles particularmente valorizado quando avaliam a importância do trabalho nas suas trajetórias de consumo de drogas. O que salientam, com efeito, é que quando consumiam e trabalhavam tinham maior controlo sobre as drogas, eram eles que as controlavam, e não se sentiam controlados por elas, embora gostassem delas. E esse controlo não era apenas nos períodos de trabalho, como refere um dos indivíduos *“a gente controla mais as drogas, porque a gente enquanto está a trabalhar, pá, se arranjar a dose para levar para o trabalho, prontos, leva aquela dose e aquela acaba e a gente depois só (como está a trabalhar) só tem possibilidades depois à noite de consumir”*, mas também nos consumos para além, ou fora, do trabalho, como refere um outro: *“e então quando estava a trabalhar e a consumir tinha mesmo que controlar, tinha mesmo que ser só aquilo, porque senão já no outro dia ia sentir”*. Ou seja, a propósito das drogas, estes nossos entrevistados parecem confirmar as teses que concebem o trabalho, além do mais, como instância de controlo dos desejos e das tensões existenciais individuais.

Notemos, para concluir, que as mulheres que participaram neste estudo revelam uma posição de algum modo diferente da manifestada pelos homens relativamente à possibilidade de conciliação entre o acto de trabalho e a prática de consumir. A maioria delas pensa mesmo que não é possível conciliar as duas práticas, seja por causa das drogas, seja pela atitude que adoptam relativamente a elas: *“há pessoas que eu conheci, conheci pessoas que conseguiam tomar drogas*

e trabalhar, manter alguns empregos. Conheci muita gente. Mas ao fim de algum tempo de uma pessoa utilizar drogas, basta estar atento, é quase impossível trabalhar”; “eu cheguei mesmo a concluir para mim, eu separo completamente as coisas, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Eu não conseguia, apesar de continuar a trabalhar. Se eu estava a viver uma fase de droga eu era só droga”.

A esta atitude, digamos, mais de carácter “existencial” que separa o mundo do trabalho e o mundo das drogas na vida, ou numa fase particular da vida, do sujeito, aparece associada outra perspectiva, digamos, “substancial” que atribui às drogas e aos seus efeitos a impossibilidade de manter uma actividade profissional sendo consumidor de drogas, *“até porque não podia exercer, estar a trabalhar e a depender do pó. Até que tive que optar, ou trabalho ou droga”,* ou de conseguir um emprego: *“eu se calhar pensei, pensei, foi sempre que era ridículo eu procurar um emprego. Está-me a ver assim com 40Kg a apresentar-me para pedir emprego?”.*

1.13 – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONSUMO DE DROGAS

Trabalhar, vimo-lo, às vezes é, além do mais, uma forma de controlar o consumo de drogas. Embora essa seja uma consequência do trabalho referida pelos nossos sujeitos, o que eles sublinham, no entanto, é que (tal como a maioria das pessoas) trabalham para ganhar dinheiro (cf. Ponto 1.1 deste Capítulo), em alguns casos aliás, somente com o objectivo de financiar o consumo, como nos diz uma das nossas entrevistados *“foi num emprego que eu arranjei a vender cursos de informática. Foi uma forma de eu arranjar dinheiro para consumir”.*

Quando analisam e nos falam do seu percurso de consumo, quatro dos nossos seis entrevistados estabelecem explicitamente uma relação entre a disponibilidade financeira e o consumo de drogas. Essa relação é de sentido positivo, ou seja, variações na disponibilidade

financeira implicam variações no mesmo sentido nos padrões de consumo, designadamente; no que diz respeito à quantidade e à frequência do consumo quotidiano. Dito de outra forma, a quantidade e a frequência diária de consumo não depende apenas, nem principalmente, das necessidades (de natureza vária) criadas pelas substâncias, mas também do dinheiro disponível para consumir. Um dos nossos sujeitos afirma a este propósito: *“eu consumia heroína, três vezes, quatro por dia, no máximo. Nos dias em que não há graveto só uma ou duas vezes. É claro que já vai custar. Por exemplo, para dormir já vai ser difícil”*. No mesmo sentido, um outro refere *“eu normalmente tento desenrascar-me para arranjar dinheiro para consumir, duas ou três vezes por dia. Só de vez em quando é que se sai um bocadito fora. Quando há um bocadinho de dinheiro a mais. Às vezes. A mais, nunca é demais, não é, a gente é que pensa, e então. O dinheiro parece que queima os bolsos”*.

É neste contexto que surgem as referências ao trabalho, mais precisamente aos rendimentos obtidos pelo trabalho, como um dos factores que condicionam os percursos de consumo. Três dos sujeitos que participaram neste estudo atribuem, com efeito, ao aumento de disponibilidade financeira proporcionado pelo acréscimo de vencimento a ocorrência de bifurcações importantes no seu percurso de consumo de drogas. Essas bifurcações foram, de resto, vividas e interpretadas pelos indivíduos como momentos ou fases de agravamento dos padrões de consumo: *“foi precisamente nessa altura em que eu me enterrei mesmo. Foi nessa altura porque ganhava bem, o facto de ter algum dinheiro levou-me a procurar assim, algo mais”*; *“é isso que leva a, havendo dinheiro no bolso, como por exemplo quando vim de Lisboa, quando saí do emprego de Lisboa, pagaram-me, trazia bastante. Foi chegar aqui e durante um mês e pouco não se fez mais nada. Foi só gastar o dinheiro que se trazia. Em quê, na droga. Na droga, no álcool e muitas mais coisas”*.

Em síntese, enquanto espaço de ocupação, o trabalho pode constituir uma forma de controlo do consumo de drogas, como vimos no ponto anterior. Já o dinheiro que através dele se ganha, pode desregular o consumo.

2. ELEMENTOS DE SÍNTESE INTEGRATIVA

Chegados aqui, feita a descrição analítica das categorias, no decorrer da qual se procurou identificar as suas características e tendências discursivas por relação ao género e à década de início de consumo faremos agora uma síntese dos dados que essa análise fez imergir e permitiu identificar.

Antes, porém, parece-nos necessário tecer algumas considerações, ainda que de forma breve, quer sobre o estatuto dos dados assim obtidos, ou seja, o grau de confiança que eles nos podem merecer, quer sobre a síntese integrativa que deles faremos. O estatuto dos dados coloca, desde logo, a questão da sua validade.

Notemos, a este propósito, que, tal como tem sido salientado por vários autores, a validade (assim como a fidelidade) dos conhecimentos obtidos através de uma investigação de natureza qualitativa, com postulados e procedimentos específicos, não pode ser aferida pelos mesmos critérios utilizados nas investigações de recorte quantitativo. A importância concedida por estes últimos à replicabilidade dos resultados, por exemplo, é de difícil, se não impossível, aplicação nas investigações como a nossa, que visam compreender os significados conferidos pelos sujeitos às suas acções, já que os significados são produzidos através da interacção social e interpessoalmente. São, portanto, circunstanciados e estão contextualmente enraizados. Por outro lado, decorre dos postulados da investigação qualitativa a impossibilidade de assegurar a validade dos seus resultados através da sua representatividade numérica ou estatística. Como refere Pais (2001, p. 109): “as metodologias qualitativas orientam-se por uma epistemologia

interpretativa ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo, basta representar o caso. Aliás, um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir”. Ou seja, à validade dos resultados aferida pela sua representatividade externa opõe-se, nas metodologias qualitativas, a validade interna, isto é, a forma como se ligam as diversas componentes de uma investigação entre si, a sua coerência lógica, ou, como refere Machado (2000, p. 370), citando Mishler (1990), “a validade deixa pois de poder ser encarada como um indicador obtido através de um procedimento estatístico separado das restantes fases da investigação, antes devendo ser percebida como parte do processo pelo qual o investigador torna o seu estudo «confiável»”.

Foi, com efeito, essa coerência programática que procuramos garantir nesta investigação, concretizada, desde logo, na definição dos objectivos, passando pelos procedimentos de amostragem e pelo formato de entrevista que adoptamos, até à natureza essencialmente indutiva das categorias que construímos e cuja descrição ilustramos com expressões dos próprios sujeitos. Parece-nos, assim, possível conferir aos resultados desta investigação um estatuto de credibilidade. Importa, no entanto, salientar que a inexistência de outros estudos do género impossibilita, além do mais, que os resultados agora obtidos possam ser confrontados. De resto, parece-nos que será necessário proceder à triangulação deste dados, quer através de metodologias do mesmo tipo, mas utilizando amostras mais alargadas e, porventura, mais diversificadas, quer através de outro tipo de metodologias.

Enfim, quanto à interpretação que faremos desses dados, ela está intimamente relacionada com a perspectiva teórico-epistemológica que adoptamos. Por isso, e como qualquer acto interpretativo, ela é provisória e também limitada mas pensamos que adequadas aos dados.

2.1 – ENTRE O TRABALHO E AS DROGAS, PROJECTOS E TRAJECTOS

Quando nos falamos de trabalho e de drogas e da interpretação e da avaliação que fazem destes dois fenómenos nos seus trajectos de vida, os nossos entrevistados deixam perceber duas formas, pelo menos, de interacção entre eles: (1) as drogas nos trajectos laborais e (2) o trabalho nos projectos das drogas.

Assim, no que se refere ao primeiro tipo de interacção, ou seja, a influência do consumo de drogas no trajecto laboral, refira-se que, essa influência é sentida e valorizada apenas nas fases mais avançadas do percurso de trabalho. Sublinhe-se, aliás, que a maioria dos sujeitos tinha já desenvolvido um percurso laboral relativamente longo e diversificado antes de consumir regularmente drogas e muito antes ainda de se considerar delas dependentes. O que significa, além do mais, que o facto de trabalhar não evitou que os sujeitos se iniciassem e/ou agravassem o consumo de drogas. As drogas surgem, portanto, depois e apesar do trabalho, não se confirmando assim a tese segundo a qual o trabalho é o grande integrador, porque fonte de realização pessoal e social (cf. Ponto 3.2 do Capítulo I).

Mesmo sem drogas (ou, pelo menos, sem que os seus usos sejam considerados problemáticos) o percurso laboral dos indivíduos revela-se já, e desde a sua fase inicial, bastante irregular, com saídas e entradas frequentes no mercado de trabalho, e pouco consistentes, com sucessivas mudanças de actividade profissional ou laboral. Esta fraca sustentabilidade do emprego na carreira laboral dos sujeitos relaciona-se, desde logo, com o segmento do mercado de trabalho em que todos os sujeitos operam. Referimo-nos ao segmento secundário, caracterizado sobretudo pela precariedade, quer das condições materiais do exercício da actividade, quer do vínculo laboral (cf. ponto 3.2, do Capítulo I).

De facto, é a essas condições de realização do trabalho, com destaque para a precarização do vínculo laboral, e não às características ou ao tipo de conduta dos indivíduos, que os sujeitos

atribuem a grande mobilidade que caracteriza os seus percursos laborais. E, desde logo, os longos e numerosos períodos de não trabalho.

Por outro lado, é nesses períodos de espera por um novo emprego que situam os principais momentos de ruptura e as principais bifurcações ocorridas, quer no trajecto laboral, quer no percurso de consumo de drogas. Do trabalho, porque o emprego seguinte é considerado pior do que o anterior (nomeadamente no que se refere ao tipo de vínculo laboral e das condições materiais de trabalho); das drogas, porque esses períodos tiveram como consequência o agravamento dos padrões de consumo. Note-se, contudo, que não é estabelecida uma relação directa e muito menos unívoca entre os períodos de não trabalho, ou simplesmente de desemprego, e o consumo de drogas. De facto, para além de nenhum dos sujeitos atribuir ao emprego ou à falta dele a iniciação do consumo de drogas (cf. Ponto 1.7 deste Capítulo), a crescente problematização da relação com drogas é genericamente atribuída à falta de ocupação, o que não significa apenas, nem fundamentalmente, falta de emprego.

De resto, é quando é vivida e experimentada como um estado de dependência que os nossos entrevistados atribuem à relação com drogas alguma influência no desenrolar do seu percurso laboral. Essa influência é, no entanto, diferentemente avaliada pelos nossos sujeitos. Se, para as mulheres, o estado de dependência de drogas, nomeadamente da heroína, é uma condição que quase impossibilita a continuidade do exercício de uma actividade profissional (não apenas pelos seus efeitos farmacológicos, mas também pelas formas específicas de organização do tempo que cada uma das práticas implica e exige); para os homens, o facto de terem experimentado períodos mais frequentes e prolongados de desemprego a partir da fase de instalação da dependência de drogas, é mais facilmente atribuído à forma como está organizado o trabalho e à reacção social face às drogas, do que a estas. Para eles, mais do que para elas, é possível e viável consumir drogas ilegais e manter um emprego convencional e regular.

Quer seja pelas drogas ou pela reacção social a elas, quer seja pelo trabalho, todos os indivíduos que participaram neste estudo, referem terem sentido dificuldades acrescidas na manutenção de um emprego a partir da vivência do estado de dependência, o que, em alguns casos, ocorreu apenas decorridos alguns anos de consumo problemático. É a propósito da percepção da dependência que emerge, aliás, uma outra forma de interacção entre trabalho e drogas.

Com efeito, às drogas nos trajectos laborais, sucede o trabalho nos projectos das drogas. Esta forma de interacção é, de resto, de dois tipos: (1) trabalha-se para manter a droga e (2) trabalha-se para acabar com a droga. A primeira evidencia-se através das múltiplas tentativas feitas pelos indivíduos para conseguirem uma ocupação ou um emprego (ainda que, se possível, precário e com condições, de algum modo, específicas de realização e, sobretudo, de remuneração, como o pagamento à semana ou ao dia, p.ex.) quando se encontram sem ele e experimentam um estado acentuado de dependência de drogas. Diga-se, entretanto, que essas tentativas são frequentemente bem sucedidas, o que revela que existe um mercado de trabalho para as drogas, ou, mais exactamente, adequado ao consumo de drogas, como provavelmente existirá (e valeria a pena fazer investigação sobre este tema) um mercado das drogas adaptado ao trabalho, nomeadamente aos horários de trabalho.

Este tipo de interacção manifesta-se também pelo conjunto de procedimentos e estratégias que os indivíduos adoptam para manterem o emprego, com o objectivo de financiar e manter o consumo de drogas controlado, o que obriga, desde logo, à gestão planeada e integrada dos consumos. Enfim, trabalha-se para manter o consumo de drogas, também quando se fazem interrupções estratégicas dos consumos. Como vimos, alguns dos nossos sujeitos, fizeram interrupções no consumo para descansarem da droga, tendo utilizado o trabalho como estratégia

e como forma de aguentar a “ressaca”, preferindo “ressacar” a trabalhar a “ressacar” a frio, isolado em casa.

Para além de se trabalhar para manter as drogas, também se trabalha com o objectivo de interromper definitivamente o seu consumo. Algumas das actividades profissionais experimentadas ou retomadas ao longo dos percursos laborais dos nossos sujeitos denunciam essa intencionalidade. De acordo com os resultados do nosso estudo, tentar conseguir trabalho com o objectivo de abandonar as drogas, apenas ocorre depois de um longo e denso percurso de consumo. Por outro lado, e apesar de todos os sujeitos terem desenvolvido, pelo menos, uma actividade profissional com esses objectivos, apenas duas mulheres parecem tê-lo conseguido. De facto, na altura em que foi realizada a entrevista, essas mulheres encontravam-se a trabalhar há já alguns anos.

Em síntese, o trabalho e as drogas desdobram-se em múltiplos relacionamentos na vida dos indivíduos. Dessa multiplicidade de relacionamentos, é possível, no entanto identificar formas ou tipos de interacções e também alguns aspectos ou dimensão de significativa importância, parece-nos, no estabelecimento e desenvolvimento dessas formas de interacção. É de duas delas que, de modo breve, falaremos a seguir.

2.2 – FICAR DEPENDENTE NO TRABALHO

O estado de dependência de substâncias psicoactivas constitui, como acabamos de ver, um dos aspectos ou dimensões importantes da interacção entre trabalho e drogas. Dissemos, aliás, que a percepção da dependência surge como um elemento em torno do qual se processa uma bifurcação quer no percurso de consumo de drogas, quer no trajecto laboral, quer na relação entre eles.

A literatura sobre o fenómeno droga, quando analisa os percursos de consumo, descreve, frequentemente, a fase que antecede o estado de dependência como um período da vida dos sujeitos marcado, sobretudo, pela progressiva desvinculação social e familiar. Os dados deste estudo não confirmam essa relação.

Com efeito, apenas um dos nossos entrevistados (mulher com início de consumo nos anos 70) descreve um percurso de relação com as drogas em que o estado de dependência surge num contexto de forte desvinculação, isto é, abandono da escola, ausências prolongadas da residência familiar, inexistência de actividade profissional. Os outros assinalam a percepção da dependência em contextos de vida relativamente estruturados e organizados.

De particular interesse e relevância para este estudo é o facto de quatro deles referirem que perceberam a dependência de drogas numa fase da sua vida em que exerciam de forma regular, e há já algum tempo, uma actividade profissional convencional. Três destes indivíduos tinham já, por outro lado, uma longa história de relacionamento com drogas, que consumiam há já alguns anos.

Assim, e ainda que nos pareça necessário desenvolver outros estudos, com recurso a outras metodologias que permitam esclarecer mais aprofundadamente o uso de drogas em situação e em contexto de trabalho, o que este dado sugere é, além do mais, que o trabalho, por si só, não impede que os indivíduos passem de um uso relativamente integrado e controlado a um relacionamento mais problemático com drogas. Aliás, como vimos (cf. pontos 1.12 e 1.13 deste capítulo), se pela sua vertente ocupacional o trabalho significa, para alguns dos indivíduos que participaram neste estudo, um modo e mesmo uma estratégia para controlar o consumo de drogas, o dinheiro que através dele se consegue, pode contribuir para descontrolar o consumo.

De facto, os três indivíduos (dois homens e uma mulher) que referiram ter consumido regularmente drogas (incluindo aquela substância a que atribuem a instalação da dependência, a

heroína) no período em que desenvolveram uma actividade profissional atribuem ao dinheiro que ganhavam o aumento progressivo, quer em termos de quantidade, quer no que se refere à frequência do consumo de drogas, até sentirem que estavam delas dependentes. Ou seja, para além de estarem de acordo com os resultados de outros estudos que revelam a disponibilidade financeira como uma contingência de carreira do uso de drogas (cf. Ponto 2.2, do Capítulo II), estes dados sugerem que essa disponibilidade financeira pode ser proveniente do trabalho.

2.3 – CONSUMIR NAS HORAS VAGAS. HORAS VAGAS PARA CONSUMIR

Mesmo em estado de dependência de drogas, é possível trabalhar. É isso o que nos dizem os nossos sujeitos. Mais do que ser possível, particularmente nas fases de maior problematização da relação com drogas, o trabalho parece significar para os indivíduos que participaram neste estudo, uma actividade necessária. Em primeiro lugar, porque constitui uma forma de financiar as despesas que o consumo implica, o que, diga-se a propósito, não constitui, em si mesmo, um comportamento específico deste grupo e, muito menos, excepcional relativamente ao comportamento da maioria das pessoas que trabalham (cf. capítulo I). De facto, contrariando a ideia muito generalizada, segundo a qual os indivíduos dependentes de drogas recorreriam sobretudo, e em primeiro lugar, à prática de delitos, nomeadamente ao crime de natureza aquisitiva (roubo, furto, tráfico) como forma de conseguir dinheiro para consumir, o que os nossos dados revelam é que foi fundamentalmente pelos rendimentos obtidos através do trabalho que os sujeitos financiaram a sua longa carreira de consumo de drogas. Revelador disso mesmo é, por outro lado, o facto de apenas um deles (mulher, com início de consumo nos anos 80) ter referido história criminal, tráfico de drogas, no seu percurso de vida. Os outros são pois “toxicodependentes «puros», sem história criminal” (Agra, 1998).

Saliente-se, aliás, que, enquanto outros estudos (cf. nomeadamente, Fernandes e Carvalho, 2003) referem que alguns utilizadores de drogas consomem para trabalhar, os nossos sujeitos, pelos menos a partir da fase de instalação da dependência, trabalham para consumir, o que significa, de algum modo, a radicalização da dimensão instrumental do trabalho (cf. Ponto 1.1 deste capítulo). Fazem-no, no entanto, não apenas como meio de financiar o consumo. Trabalhar, é também, para a maioria deles uma forma de controlar o consumo, aspecto este que é particularmente valorizado, em primeiro lugar, pelos homens e, depois, pelos indivíduos mais velhos e que iniciaram o consumo nos anos 70 e 80.

De facto, o que nos dizem é que, mesmo dependentes de drogas, nos períodos em que trabalharam conseguiram manter controlado o consumo. O trabalho constituía, pois, um instrumento ou recurso de gestão da dependência. No entanto, consumir e trabalhar, sendo possível, não é fácil.

Desde logo, porque exige capacidade e condições de organização e planeamento diário dos consumos. É necessário adquirir no dia anterior o que se vai consumir no dia seguinte, uma vez que não é possível, por razões de disponibilidade financeira, mas também por via do estatuto legal das drogas, o abastecimento “por grosso”. Mesmo assim, e exceptuando algumas dificuldades pontuais com o abastecimento (porque, o dealer não apareceu na noite anterior, por exemplo), o que os indivíduos referem é que conseguiram fazer essa gestão.

Depois, porque é necessário evitar ser identificado e rotulado toxicodependente pelas colegas e, sobretudo, pelas chefias. Para o conseguir, os indivíduos fazem referência a vários procedimentos e estratégias. Uma delas, a mais significativa para eles, é consumir nas horas vagas, isto é, de manhã, normalmente uma hora antes de começar a trabalhar; no intervalo para almoço e, depois, no fim do horário de trabalho.

Essa estratégia foi importante, antes de mais, para que os indivíduos tivessem conseguido manter esse emprego por períodos de um a três anos, até porque consideram que desempenhavam normalmente, com eficiência, as tarefas e funções que lhes foram confiadas. De resto, essas experiências de trabalho terminaram, não por abandono voluntário, mas porque foram forçados a abandonar.

A propósito deste acontecimento, reapareceram dois temas que percorrem, aliás, todo o discurso dos sujeitos, em particular quando se referem às fases ou ciclos de vida que consideram mais importantes e significativos: a precariedade do vínculo laboral e a reacção social face às drogas. É, com efeito, a algum destes dois factores (mais ao primeiro do que ao segundo) que atribuem o fim dessa experiência, o que interpretam como um acontecimento com consequências importantes e até decisivas, quer no trajecto laboral, quer no percurso de consumo de drogas.

Relativamente a este último, assinalam o fim dessa experiência profissional como um momento de bifurcação para o progressivo agravamento dos padrões de consumo. Com efeito, mais do que qualquer outro período de não trabalho que os sujeitos experimentaram ao longo do seu percurso profissional, é nesse período que situam o início do consumo verdadeiramente problemático e claramente disruptivo. Até porque, se até aí consumiam nas horas vagas, a partir dessa altura têm horas vagas para consumir. De resto, a importância concedida e atribuída a esta fase, deixa perceber, parece-nos, o nível de investimento pessoal e de expectativas colocadas nessa experiência. Mais do que ser concebida como uma forma de abandonar o consumo de drogas, essa experiência parece ter constituído e representado uma estratégia para manter a dependência socialmente integrada.

BIBLIOGRAFIA

- Agra, C. (1995). *Da Rapsódia à Sinfonia*. Sentido para a Composição dum Sistema de Pensamento na Área das Drogas. *Toxicodependências*, I, 1, 26-32.
- Agra, C. (1998). *Entre droga e crime. Actores, espaços e trajectórias*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Agra, C.M. & Fernandes, J.L. (1993). Droga Enigma, Droga Novo Paradigma. In C. Agra (Coord.), *Dizer a Droga, Ouvir as Drogas*. Porto: Radicário.
- Agra, C.M. (1996). *Fundamentação epistemológica. Projecto droga-crime: estudos interdisciplinares*-volume II. Lisboa: GPCCD/Ministério da Justiça.
- Alonso, L.E.. *Sujeto y Discurso: El lugar de la entrevista abierta en las prácticas de la Sociologia Cualitativa* in J.M. Delgado e J.Gutierrez (eds), *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales* (pp 225-240). Madrid: Editorial Síntesis.
- Arendt, A (1995). *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitário (7ª.Edição).
- Atlan, H. (1994). *Com razão ou sem Ela*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed.70.
- Becker, H. (1997). *Uma Teoria da Acção Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Blumer, H. (s/d). *El Interaccionismo Simbolico, Perpsectiva y Metodo*. Barcelona: Hora.S.A.
- Borges, G.C. & Pires, M.L. (1999). Escola, Trabalho e Emprego. In J.M.Pais (coord.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: SEJ/ICS.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Ed. Difel.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão Social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Comas, D. (1986). Uso de Drogas: Del Paradigma Lewiniano al Nueve Rol de las Expectativas Simbólicas. *Jano*, 30, 17-22.
- Comas, D. (1989). La Construcción Social de la imagen del drogodependiente: consecuencias para la prevención y la atención, in v.v.a.a. *Jornal de Psicologia de la intervención social*. Madrid: Inersa.
- Coninck, F. & Godard, F. (1989). Les Formes Temporales de la Causalité; in *Revue Française de Sociologie*, XXXI, p.p. 23-53.
- De Coster, M & Pichault, F. (1994). *Traité de Sociologie du Travail*. Bruxelles: De Beek.

- Dejours, C Molinier, (1994). Le Travail Comme Enigme. *Sociologie du Travail*. Paris: Le Seuil (Número Hors – Série, pp. 35-44).
- Delgado, J.M. & Gutiérrez, J. (eds.1995). *Métodos e técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Sintesis.
- Digneffe, F. (1995). *Do individual ao social: a abordagem biográfica*. In L. Albarello et al. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva (pp-203-243).
- Dubar, C. (1997). *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Dubet, F. (1987). *La Galère: Jeunes en Survie*. Paris: Fayard.
- Dubet, F. (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dubet, F. (1999). Le travail et ses Sociologies. *Sociologie du Travail*, Paris, Le seuil, 40 ans de Sociologie du Travail (Conference Introductive, pp.1-24).
- Ehrenberg, A. (1995). *L'Individu Incertain*. Paris: Calmann-Lévy.
- Escobedo, A. (1990). *El Libro de los Venenos*, Madrid: Mondadori.
- Escobedo, A. (1996). *Historia elemental de las drogas*. Barcelona: Anagrama.
- Escobedo, A. (1997). *La cuestión del cáñamo-una propuesta constructiva sobre hachis y marihuana*. Barcelona: Anagrama.
- Faupel, C. (1991). *Shooting Dope. Career Patterns of Hard-core Heroin Users*. University of Florida, Press.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. C. (2003). *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Fernandes, L. (1990). *Os Pós Modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas*. Porto: F.P.C.E.-UP.
- Fernandes, L.(1997). *Actores e Territórios Psicotrópicos, Etnografia das Drogas numa Periferia Urbana*. Porto: FPCE-UP.
- Funes, J. & Romani, O. (1985). *Dejar la Heroína, Vivencias, Contenidos y Circunstancias de los Procesos de Recuperación*. Madrid: Cruz Roja Española.

- Gadamer, H-G (1998). *O problema da Consciência Histórica*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Gomes, J.P. (1996). *El Placer del Escorpion – Antropología de la Heroína y los Yonquis (1970-1990)*. Lleida: Editorial Milénio.
- Gorz, A (1991). *Metamorphoses du Travail Quetê du Sens – Critique de la raison economique*, Paris: Glileè.
- Grell, P. & Wery, A. (1993). – *Heros Obscurs de la Précarite* – Paris: L’Harmattan.
- Habermas, J. (1993). *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (2000). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ingold, R. & Toussirt, M. (1998). *Le Cannabis en France*, Paris: Anthropos.
- Kuhn, T. (1983). *La Structure des Revolutions Scientifiques*. Paris: Flammarion.
- Lalivè d’Epinay, C. (1994). *Significations et Valeurs du Travail, de la Société Industrielle à nos Jours*. In M. de Coster e F.Pichault, *Traité de Sociologie du Travail*. Bruxelles: De Beek.
- Laurie, P. (1969). *Las Drogas: aspectos médicos, psicológicos y sociales*. Madrid: Alianza.
- Machado, C. (2000). *Discursos do Medo, Imagens do Outro. Estudos sobre Insegurança Urbana na Cidade do Porto*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Macquet, C. (1994). *Toxicomanies: aliénation ou Styles de Vie*. Paris: L’Harmattan.
- Maffesoli, M. (s/d). *O conhecimento do quotidiano*. Lisboa: Vega Editora.
- Manita, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão. Análise Empírico-Crítica de duas Figuras do Comportamento Desviante: Criminosos e Consumidores de Drogas*. Porto:– F.P.C.E.-UP.
- Maroy, C. (1995). A análise qualitativa de entrevistas. In L.Albarelo *et al.* *Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (p.p. 11-154). Lisboa: Gradiva.
- Matza, D.(1981). *El Proceso de Desviación*. Madrid:Taurus Ediciones.
- Meda, D. (1999). *O Trabalho: um valor em vias de extinção*, Lisboa: Fim de século.
- Mongin, O (1998). O Desencanto Democrático In E. Morin, & I. Prigogine,(eds) – *A Sociedade em Busca de Valores*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Morin, E. & Prigogine, I (ed.1998). *A sociedade em Busca de Valores*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morin, E. (1982). *Science avec conscience*. Paris: Fayard.
- Morin, E. (1995). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Offe, C (1992). *La sociedad del trabajo – Problemas Estructurales y perspectivas de futuro*, Madrid: Alianza Editorial.
- Offe, C. (1997). – Precariedad Y Mercado Laboral. Un Análisis a Médio Plazo de las Respuestas Disponibles, in *Que CRISIS? Retos e transformaciones de la sociedad del trabajo*. Tercera Recusa – Hirugarren: Prentsa, Donostia.
- Ogien, A. & Weirenberg, M. (1992). *Le development de la recherche sociologique et ethnologique sur les pratiques de l'usage de drogues*. In A. Ehrenberg e P.Mignon (Eds). *Penser la Drogue, Penser les Drogues. Vol.I*. Paris: Editions Descartes.
- Ogien, A. (2000). *Sociologie de La Deviance et Usages de Drogues. Une Contribution de la Sociologie Americaine*. Paris: Groupement de Recherche Psychotropes, Politique et Societés – CNRS.
- Pais, J.M (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates*. Porto: Ambar.
- Pais, J.M. (Coord., 1999). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: SEJ/ICS.
- Passeron J.C. (1990). Biographies, Flux, Itinéraires, Trajectoires - in *Revue Française de Sociologie*, XXXI, pp 3-22.
- Pineau, G. & Le Grand, J.L. (1993). *Les Histoires de Vie*. Paris: PUF.
- Pronovost, G. . *Loisir et Travail*. In M. de Coster e F.Pichault, *Traité de Sociologie du Travail*. Bruxelles: De Beet.
- Ruquoy, D. (1995). *Situação de entrevista e estratégia do entrevistador*. In L.Albarelo e al. *Práticas e Métodos de investigação em ciências sociais (pp 85-116)*. Lisboa: Gradiva.
- Schehr, S. (1999). *La Sociologie du Travail Française à L'Epreuve de la differenciation Sociale*. *Sociologie du Travail*, 41, pp. 329-342.
- Schehr, S. (1999a). *La vie Quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: PUF.

- Schnnapper, D. (1994). Travail et Chômage in de M. de Coster & F. Pichault, *Traité de Sociologie du Travail*, Bruxelles: De Beek.
- Schnnapper, D. (1998). *Contra o Fim do Trabalho*. Lisboa: Terramar Editores.
- Sennet, R (2001). *A corrosão do carácter, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sousa Santos, B. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Strauss, A. (1987). *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge: University Press.
- Szasz, T. (1990). *Drogas y Ritual: La Persecucion Ritual de Drogas, Adictos e Inductores*. Madrid: Fundo de Cultura Económica.
- Szasz, T. (1994). *Nuestro derecho a las drogas*. Barcelona: Anagrama.
- Touraine, A. (1991). Au-delà d'une société du Travail et des Mouvements Sociaux? In *Sociologie et sociétés*, vol.XXIII, 2, Antonomme, pp.27-41.
- Touraine, A. (1996). *O retorno do actor. Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Willis, P. (1991). *Aprendendo a ser trabalhador. Escola, resistência, e reprodução social*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

ANEXOS

GUIA DE ENTREVISTA

TRAJECTÓRIA DE CONSUMO DE DROGAS/TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL

1. SITUAÇÃO OU FORMA DE VIDA ACTUAL

- ◆ Zona de residência. Há quanto tempo. Gosta da zona onde vive. Com quem habita.
- ◆ Estado Civil.
- ◆ Trabalho. Outras formas de subsistência.
- ◆ Principais actividades diárias.

2. PERCURSO E RELAÇÕES FAMILIARES

- ◆ Local de Nascimento.
- ◆ Até que idade viveu com a sua família de origem. Razões referidas para abandonar (se for o caso) a família de origem. Os pais ainda estão vivos?
- ◆ Principal ocupação dos pais (profissão).
- ◆ Tipo de relação que estabelece com a família nuclear (pais, irmãos, etc.).
- ◆ Influência da família de origem no percurso de vida do entrevistado.
- ◆ Principais acontecimentos na vida familiar de origem.
- ◆ Vida familiar actual.

3. HISTÓRIA ESCOLAR

- ◆ Habilitações. Idade de ingresso na escola. Escolas que frequentou.
- ◆ Apreciação geral sobre o percurso escolar (se aconteceram reprovações, obter dados sobre o momento do percurso escolar em que ocorreram, bem como as atribuições conferidas pelo sujeito).
- ◆ Gostaria de ter continuado a estudar.

- ◆ Opinião sobre a escola e o sistema escolar.

4 PERCURSO PROFISSIONAL

□ Primeira experiência profissional

- ◆ Idade. Como conseguiu esse trabalho. Duração.
- ◆ Natureza do trabalho (assalariado, trabalho por conta própria, trabalho precário, etc.).
- ◆ Tipo ou área de actividade. Era essa a actividade esperada.
- ◆ Razões para ter terminado.

□ Última actividade profissional

- ◆ Como conseguiu esse trabalho e duração.
- ◆ Natureza do trabalho.
- ◆ Tipo de Actividade.

□ Outros empregos/actividades profissionais entretanto realizadas

- ◆ Definir cronologia das actividades profissionais desenvolvidas (desde a primeira até à última).
- ◆ Principais razões de mudança de actividade profissional.
- ◆ Das actividades profissionais desenvolvidas qual foi a que proporcionou maior grau de satisfação.

□ Fases/Períodos de não-trabalho

- ◆ Foram muitos e longos os períodos de não-trabalho? (situar estes períodos de não-trabalho no tempo do sujeito). Como sentiu e viveu esses períodos?
- ◆ Algun desses períodos teve especial importância e influência no desenrolar da sua vida?
- ◆ De um modo geral, de que forma ocupava/geria o tempo no período de não-trabalho.

□ Apreciação global sobre o percurso laboral

- ◆ Importância do trabalho na vida do sujeito.

- ♦ Valorização dos períodos de trabalho e de não-trabalho na definição da trajectória de vida do entrevistado.

5 HISTÓRIA DE CONSUMO DE DROGAS

- ♦ Idade de Início; tipo de substância consumida/substância predominante no consumo.
- ♦ Razões referidas para o início do consumo.
- ♦ Evolução do consumo. (tipo de substâncias consumidas, padrões de consumo).
Identificação de fases ou períodos na trajectória de consumo.
- ♦ Dependência de drogas (em que fase da vida do sujeito sentiu a dependência de drogas);
descrever pormenorizadamente o contexto de vida (familiar, laboral, escolar, etc.) em que é sentida a dependência.
- ♦ O percurso de consumo foi continuado ou registaram-se períodos de não-consumo.
Identificação do período mais longo de não-consumo.
- ♦ Razões apontadas pelo entrevistado para que tenham ocorrido esses períodos de interrupção do consumo.
- ♦ Nesses períodos recorreu a alguma ajuda institucional e/ou a algum apoio técnico.
- ♦ Nesse período desenvolveu alguma actividade profissional (se a resposta for positiva caracterizar em detalhe essa actividade, nomeadamente quanto aos tipos; à natureza do trabalho; às relações do entrevistado com as chefias e a hierarquia, bem como com os colegas; grau de satisfação com o trabalho, salário.
- ♦ Razões apontadas para retomar o consumo.